

# **UNIVERSIDADE DE ÉVORA**

## **MESTRADO EM INTERVENÇÃO SÓCIO-ORGANIZACIONAL NA SAÚDE**

Curso ministrado em associação com a **Escola Superior de Tecnologia da Saúde de Lisboa - IPL**

(Adequado ao Processo de Bolonha conforme Registo na DGES nº. R/B-AD-917/2007)

Área de Especialização

**Políticas de Administração e Gestão de Serviços de Saúde**

### **Estudo Preparatório para a Criação do Observatório de Inserção Profissional dos Diplomados da ESTeSL**

Trabalho de Projeto de Mestrado apresentado por:

**Patrícia Raquel Leitão Correia**

N.º Matricula 6477

Orientador:

**Prof. Doutor David Miguel de Oliveira Cabral Tavares**

**Évora/Lisboa**

**Julho 2013**

“Haja ou não haja frutos,  
pelo Sonho é que Vamos”.

Sebastião da Gama

## **Agradecimentos**

Não poderia, nesta ocasião, deixar agradecer a todos aqueles que, pelo apoio e estímulo tornaram possível a realização deste projeto:

À Presidência da ESTeSL pelo incentivo ao desenvolvimento deste curso de mestrado, e às facilidades concedidas na flexibilidade de trabalho.

Ao Prof. Manuel Correia pelo seu apoio e incentivo em todo o percurso deste curso de mestrado, ao qual agradeço sinceramente.

Ao Professor Doutor David Tavares pela sua orientação, apoio, disponibilidade e pela sua opinião e crítica, ao qual penhoradamente agradeço.

Aos Entrevistados que colaboraram na entrevista, pela partilha do seu saber e experiência, cujo contributo foi fundamental para a realização deste projeto.

À Arlinda, pela amizade, e como Dr.<sup>a</sup> Arlinda Cabral, pelo apoio, disponibilidade e acompanhamento ao longo de todo este projeto, obrigada por não me deixares desistir.

À Sónia Ramos, por ter aceitado acompanhar-me neste desafio, obrigada, assim foi mais fácil.

Ao Manel, pela amizade, agradeço todos os momentos com um especial carinho, obrigada pelo teu incentivo.

Por fim mas não por último, um agradecimento muito especial, aos meus pais, irmã, cunhado e sobrinho que sempre me apoiaram nos momentos mais difíceis.

Bem-haja a todos por tudo.

## Resumo

Com o presente trabalho pretende-se recolher informação que permita fundamentar a criação do Observatório de Inserção Profissional dos Diplomados da Escola Superior de Tecnologia da Saúde de Lisboa (ESTeSL), que tem como objetivo acompanhar as trajetórias profissionais dos seus diplomados. Para tal, recorreu-se à revisão bibliográfica e documental, para integrar as transformações ocorridas no ensino superior em Portugal, com particular destaque para o aumento do número de diplomados, foram realizadas entrevistas a especialistas sobre o tema, de forma a identificar as principais linhas orientadoras de ação.

**Palavras – chave:** inserção profissional; diplomados do ensino superior; observatório

## **Abstracts**

With the present work it's intended to collect information to support the creation of the Professional Insertion Observatory for the Graduates of Lisbon School of Health Technology (ESTeSL) that has the objective of tracking the career paths of its graduates. To this end, we resorted to bibliographic and documentary review, to incorporate the changes in the higher education in Portugal, with emphasis on increasing the number of graduates, interviews were conducted with experts on the subject, in order to identify the main guidelines for action.

**Keywords:** professional insertion; higher education graduates; observatory

<b>Introdução</b> .....	<b>9</b>
<b>CAPÍTULO I Contextualização do ensino superior e do ensino das Tecnologias da Saúde em Portugal</b> .....	<b>13</b>
I.1. Origem do ensino superior e do ensino das Tecnologias da Saúde em Portugal	13
I.2. A expansão do ensino superior e do ensino das Tecnologias da Saúde em Portugal.....	17
I.3. Os diplomados do ensino superior e do ensino das Tecnologias da Saúde em Portugal.....	23
<b>CAPÍTULO II A Inserção Profissional dos diplomados do ensino superior em Portugal</b> .....	<b>26</b>
<b>CAPÍTULO III Metodologia</b> .....	<b>30</b>
III.1. Opções metodológicas.....	30
III.2. Pesquisa documental e bibliográfica.....	30
III.3. Entrevista .....	31
<b>CAPÍTULO IV Projeto - “Criação do Observatório de Inserção Profissional dos Diplomados da ESTeSL”</b> .....	<b>34</b>
IV.1. Enquadramento: Transformações sociais que justificam a criação do observatório .....	34
IV.1.1. Fatores para a criação do observatório .....	35
IV.2. Condições necessárias para a criação do observatório .....	38
IV.2.1. Procedimentos para criação do observatório .....	38
IV.3. Proposta de Intervenção Socio-Organizacional – “Criação do Observatório de Inserção Profissional dos Diplomados da ESTeSL” .....	40
IV.3.1. Atividades desenvolvidas pelo observatório .....	40
IV.3.2. Perspectivas futuras.....	41
IV.3.3. Identificação dos recursos necessários .....	42
IV.3.4. Análise SWOT .....	43
IV.3.5. Proposta de Cronograma para o 1.º ano de funcionamento do Observatório de Inserção Profissional dos Diplomados da ESTeSL .....	46
<b>Conclusões</b> .....	<b>47</b>
<b>Referências Bibliografia</b> .....	<b>49</b>
<b>Referências documentais</b> .....	<b>53</b>

<b>Anexos .....</b>	<b>56</b>
<b>Anexo I – Rede escolas públicas e privadas das áreas das Tecnologias da Saúde.....</b>	<b>57</b>
<b>Anexo II – Vagas, matriculas - 1.º ano 1.ª vez, das áreas das Tecnologias da Saúde: público e privado (2011/12).....</b>	<b>58</b>
<b>Anexo III – Mapa de Portugal com distribuição regional, do ensino superior público universitário .....</b>	<b>59</b>
<b>Anexo IV – Mapa de Portugal com distribuição regional, do ensino superior público politécnico .....</b>	<b>60</b>
<b>Anexo V – Identificação dos recursos necessários para a “criação do Observatório de Inserção Profissional dos Diplomados da ESTeSL” .....</b>	<b>61</b>
<b>Anexo VI – Guião de entrevista .....</b>	<b>62</b>
<b>Anexo VII – Entrevista 1 .....</b>	<b>64</b>
<b>Anexo VIII – Entrevista 2.....</b>	<b>74</b>
<b>Anexo IX – Entrevista 3.....</b>	<b>85</b>
<b>Anexo X – Análise de conteúdo .....</b>	<b>100</b>

## Índice de gráficos

<b>Gráfico n.º 1</b> – Evolução do número de estudantes inscritos no ensino superior (1900 - 2011) .....	17
<b>Gráfico n.º 2</b> – Evolução do n.º de estudantes inscritos no ensino superior: total, por subsistema e por tipo de ensino (1990 – 2011).....	20
<b>Gráfico n.º 3</b> - Total de inscritos nos cursos das Tecnologias da Saúde: 1995/96 a 2010/11 .....	21
<b>Gráfico n.º 4</b> - Total de inscritos na ESTeSL 1995/96 a 2012/13.....	22
<b>Gráfico n.º 5</b> - Total de diplomados no ensino superior: 1940 - 2010 .....	23
<b>Gráfico n.º 6</b> - Total de diplomados em Tecnologias de Saúde: 1995/96 a 2009/10 .....	24
<b>Gráfico n.º 7</b> - Total de diplomados na ESTeSL 1995/96 a 2009/10.....	25

## Índice de quadros

<b>Quadro n.º 1</b> - Estudantes inscritos no ensino superior: total, por subsistema e por tipo de ensino (1990 -2011) .....	19
<b>Quadro n.º 2</b> - Cronograma do 1.º ano do Observatório de Inserção Profissional dos Diplomados da ESTeSL.....	46

## Índice de figuras

<b>Figura n.º 1</b> - Mapa de Portugal com distribuição regional, do ensino superior público universitário .....	15
<b>Figura n.º 2</b> - Mapa de Portugal com distribuição regional, do ensino superior público politécnico .....	15

## Introdução

A inserção profissional dos diplomados do ensino superior é uma problemática que faz parte das preocupações das instituições do ensino superior, de quem é esperado que façam o acompanhamento dos diplomados que formam. Se anteriormente tal atuação dependia da vontade das instituições, atualmente deriva de normas estabelecidas pelo Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior (RJIES), publicado na Lei n.º 62/2007, de 10 de Outubro.

Com o presente estudo pretende-se recolher informação e dados que permitam fundamentar a criação do Observatório de Inserção Profissional dos Diplomados da Escola Superior de Tecnologia da Saúde de Lisboa (ESTeSL), que tem como objetivo acompanhar as trajetórias profissionais dos seus diplomados. Assim, o objetivo do presente estudo consiste em recolher informação sobre as linhas orientadoras para a criação de um observatório de inserção profissional de diplomados da ESTeSL, nomeadamente: i) identificar os motivos que levaram à implementação de um Observatório de Inserção Profissional de Diplomados do Ensino Superior; ii) conhecer as normas/regras de funcionamento de observatórios de Inserção Profissional de referência; iii) conhecer as atividades e estratégias de ação de observatórios de Inserção Profissional de referência; iv) conhecer a estrutura ideal de um observatório de Inserção Profissional de Diplomados; v) identificar os recursos materiais, humanos e financeiros necessários para a criação do observatório, tendo em vista a sua exequibilidade.

A inserção profissional dos diplomados do ensino superior no mercado de trabalho é uma problemática que merece, aqui particular atenção dado que este trabalho tem como objetivo desenvolver um estudo preparatório de identificação dos requisitos necessários para a criação do Observatório de Inserção Profissional dos Diplomados da Escola Superior de Tecnologia da Saúde de Lisboa, do Instituto Politécnico de Lisboa (ESTeSL-IPL).

O trabalho encontra-se estruturado em quatro capítulos. No primeiro apresenta-se uma contextualização do ensino superior em Portugal, relativamente à sua expansão e evolução do número de diplomados no ensino superior, e apresenta-se a área em estudo, tal como o caso específico da ESTeSL-IPL. No segundo capítulo apresenta-se um breve enquadramento teórico sobre a problemática da inserção profissional de diplomados do ensino superior em Portugal e como campo de investigação. No terceiro e quarto capítulos apresenta-se respetivamente a metodologia adotada e o projeto de intervenção socio-organizacional – “Criação do Observatório de Inserção Profissional dos Diplomados da ESTeSL”. Na parte final do trabalho apresentam-se as principais

conclusões deste estudo, com vista à criação do Observatório de Inserção Profissional dos Diplomados da ESTeSL.

Na realização deste trabalho de projeto foram entrevistados especialistas na área inserção profissional dos diplomados do ensino superior que trabalham em observatórios. Nesta audição utilizou-se o método qualitativo de recolha de informação através realização de entrevista semi-diretiva.

A visibilidade social crescente da questão da inserção profissional dos diplomados do ensino superior tem estado na origem do aparecimento de trabalhos de natureza científica desenvolvidos com base na recolha de dados sobre o percurso dos diplomados (Alves, M.G. 2005). No âmbito das instituições do ensino superior, e após a identificação da necessidade da recolha contínua e sistemática dos dados referentes às trajetórias profissionais dos diplomados, depara-se com duas lógicas de ação, nomeadamente a implementação de observatórios, a título de exemplo, encontram-se os seguintes Observatórios: i) Gabinete de Estágios e Observatório de Emprego da Universidade da Beira Interior (GEOG); (ii) Observatório da Inserção Profissional dos Diplomados da Universidade NOVA de Lisboa (OBIPNOVA); (iii) Observatório de Emprego da Universidade do Minho; Observatório do Emprego da Universidade do Porto; (iv) Observatório de Empregabilidade do Instituto Superior Técnico de Lisboa (OEIST); (v) Observatório de Estudos da Sociedade e Economia (OESE); (vi) Observatório de Inserção no Mercado de Trabalho do instituto Miguel Torga (OIMT); (vii) Observatório de Inserção na Vida Activa dos diplomados do Instituto Politécnico de Setúbal (OIVA-IPS); (viii) Observatório dos Percursos dos Estudantes da Universidade de Lisboa (OPEST) ou na lógica da recolha periódica desses dados.

No início contextualiza-se o ensino superior em Portugal. Nesse âmbito, incidiu-se primeiro no ensino universitário e posteriormente, já nas duas últimas décadas do século XX, no ensino superior politécnico. Deste subsistema de ensino, faz parte a Escola Superior de Tecnologia da Saúde de Lisboa, desde dezembro de 1993, ainda que a sua génese se reporte a 23 de setembro de 1980, mas apenas com formação técnica e, por isso, não integrada no sistema educativo nacional. Foi nos anos 80, que se deparou em Portugal com o aumento significativo da oferta formativa a nível do ensino superior.

Os profissionais preparados pela ESTeSL, desde a sua fundação até aos finais dos anos 90 do século que entretanto terminou, dispunham de oferta de trabalho na sua totalidade, sobretudo nas instituições de saúde de natureza pública. Importa referir que até essa data apenas existiam três escolas públicas e uma privada a preparar técnicos de diagnóstico e terapêutica – Coimbra, Lisboa, Porto e a Escola de Reabilitação de Alcoitão, respetivamente.

Nos finais dos anos 90, assiste-se à criação de diversas escolas privadas e outras escolas superiores de saúde públicas, o que levou a um aumento exponencial de oferta formativa nesta área ao nível dos cursos de Análises Clínicas e Saúde Pública, Cardiopneunologia, Farmácia, Fisioterapia, Radiologia, o que condiciona a oferta de empregabilidade para os diplomados que anualmente se formam. Com este aumento, a relação entre o ensino superior e o mercado de trabalho deixa de ser vista como uma relação natural, para passar a constituir uma relação de dificuldade para os que querem aceder ao mercado de trabalho após a obtenção do diploma.

Este aumento de oferta formativa faz-se acompanhar pelo crescimento do número de diplomados nas diversas áreas em que se formam os Técnicos de Diagnósticos e Terapêutica. No entanto estes diplomados não constituem um grupo homogéneo no contexto nacional visto que ao longo do tempo depara-se com um período de crescimento abruço do número de diplomados em Tecnologias da Saúde a nível nacional até 2009, seguindo-se uma quebra, situação semelhante aos diplomados da ESTeSL, facto que pode estar associado à passagem de dois ciclos a um ciclo de formação, de isto é, licenciatura bietápica ao processo de Bolonha.

Estas alterações podem apresentar possíveis repercussões ao nível da empregabilidade destes diplomados, tendo em conta, por um lado, que a conjuntura socioeconómica requer o seu acompanhamento, e por outro, torna-se expectável que os observatórios de inserção profissional dos diplomados assumem um papel duplo para além da informação produzida, um papel crescente na publicitação pública e um outro papel de acompanhamento dos órgãos de gestão das instituições de ensino superior, nomeadamente no plano de oferta formativa, tendo em conta o objetivo de facilitar a inserção dos seus diplomados.

A partir da década de 90, assiste-se à emergência do tema da inserção profissional nos debates públicos nacionais, devido ao alargamento da oferta do ensino superior e ao aumento da procura deste nível de ensino, inicialmente destinado às elites, mas atualmente constituído por públicos diversificados. Até meados dos anos 70 do século XX, o ensino superior em Portugal era caracterizado como sendo seletivo e elitista, visto que cerca de 4/5 dos estudantes provinham de apenas um décimo das famílias (Oliveira, 2000, citado por Sousa, 2004). Nas últimas décadas, temos assistido a um movimento de expansão significativa da oferta de ensino superior em Portugal (quer através do sector público quer do sector privado), e da massificação do acesso ao ensino superior que resulta de mudanças ocorridas nos últimos 50 anos e que traduzem “*um processo de democratização*” (Balsa, 2008, p. 250).

As discussões sobre o ensino superior em Portugal contribuíram para a configuração de novas problemáticas, a emergência de novas reorganizações na rede do ensino superior e a criação de novas políticas educativas destinadas a este nível de ensino (Tavares, 2008).

## **CAPÍTULO I Contextualização do ensino superior e do ensino das Tecnologias da Saúde em Portugal**

### **I.1. Origem do ensino superior e do ensino das Tecnologias da Saúde em Portugal**

O ensino superior em Portugal emerge no século XIII, inicialmente denominado por “Estudos Gerais”, mais concretamente em 1288, quando se assiste à criação da primeira universidade em Coimbra, pelo Rei D. Dinis (Ehrensperger, 2009). Durante vários séculos foi a única universidade em Portugal. A Universidade de Évora foi a segunda universidade portuguesa, criada aproximadamente 300 anos depois, em 1558, tendo, no entanto, sido extinta em 1759 pelo Marquês de Pombal<sup>1</sup>, Secretário de Estado do Reino durante o reinado de D. José I (Magalhães, 2004).

Apenas no início do século XX foram criadas mais universidades em Portugal. Em 1911, após a implantação da República, surgem a Universidade de Lisboa e a Universidade do Porto. Mais tarde, em 1930, é criada em Lisboa a quarta universidade portuguesa, a Universidade Técnica (Gonçalves, 2012; Magalhães, 2004).

No entanto, o sistema de ensino superior foi ao longo de vários anos influenciado pela Ditadura Militar (1926-1932), pelo Estado Novo (1933-1974) (Alves, M.G. 2005). Neste período, as universidades destinavam-se à formação das elites e encontravam-se reservadas a uma pequena minoria da juventude portuguesa (Alves, N. 2008; Magalhães, 2004).

Na mesma década, é criada em Portugal, em 1967, a primeira Universidade que não era estatal, de natureza concordatária, a Universidade Católica Portuguesa. Esta década marca, por esta via, o período decisivo para o alargamento do ensino superior Português.

No início dos anos 60, a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) elaborou um relatório sobre Portugal, denominado por “Le project regional mediterranée”, onde destacava a necessidade de se dar resposta às solicitações e complexidades do desenvolvimento económico e social português, através da criação de estruturas para a formação de quadros médios e superiores habilitados para o exercício de atividades técnicas. Assim, nos anos 70, assiste-se à reforma do sistema educativo preconizada pelo Ministro Veiga Simão que contemplava a criação do ensino politécnico,

---

<sup>1</sup> De acordo com DL n.º 402/73, a Universidade de Évora reabre (Alves, M.G. 2007, p. 84).

ou seja, a implementação do ensino superior de curta duração (sistema Binário<sup>2</sup>), de forma a dar resposta à crescente procura social de formação de nível superior<sup>3</sup>.

Durante 20 anos, o ensino superior politécnico conferiu o grau de “Bacharel” em diversas áreas profissionais. Com a alteração da Lei de Bases do Sistema Educativo de 1986, pelo Ministro Marçal Grilo (Lei 115/97 de 19 de Setembro), o ensino superior Politécnico passa a deter competência para atribuir o grau de “Licenciado”, nomeadamente através das licenciaturas bietápicas (bacharelato + licenciatura), o que se traduz numa alteração significativa do ensino superior em Portugal.

No final dos anos 90, com as novas políticas do ensino superior, ao nível nacional e ao nível europeu, iniciou-se informalmente o Processo de Bolonha, com a Declaração de Sorbonne (1998), que culminou na implementação da Declaração de Bolonha em Junho de 1999. O ensino superior politécnico passou a conferir dois graus, o grau de “Licenciado”, equivalente à obtenção do diploma de 1.º ciclo, e o grau de “Mestre”, equivalente ao 2.º ciclo, segundo as normas do Processo de Bolonha.

Neste sentido, “e entre todos os níveis de ensino em Portugal, o ensino superior é talvez aquele que, nas últimas décadas, mais se transformou, sofrendo alterações a nível estrutural, institucional, económico, demográfico e social” (Urbano, 2011, p. 3).

O ensino superior em Portugal, é composto pelo sistema de ensino público e pelo sistema de ensino privado, encontrando-se organizado segundo um sistema binário, constituído pelo subsistema universitário e pelo subsistema politécnico.

No que se refere ao subsistema universitário: *“As universidades, os institutos universitários e as demais instituições de ensino universitário são instituições de alto nível orientadas para a criação, transmissão e difusão da cultura, do saber e da ciência e tecnologia, através da articulação do estudo, do ensino, da investigação e do desenvolvimento experimental”*.<sup>4</sup> No que se refere ao ensino superior politécnico: *“Os institutos politécnicos e demais instituições de ensino politécnico são instituições de alto nível orientadas para a criação, transmissão e difusão da cultura e do saber de natureza*

---

<sup>2</sup> O sistema binário de ensino superior introduzido pela Reforma de Veiga Simão foi implementado somente em 1979, com a publicação do Decreto-Lei n.º 513-T/79, de 26 de Dezembro, e do Decreto-Lei n.º 513-L1/79, de 27 de Dezembro que instituíam um “subsistema orientado para uma formação profissionalizante, o ensino politécnico” (Gonçalves, 2012, p. 76).

<sup>3</sup> Veiga Simão propunha uma reforma no ensino superior que possibilitasse a Portugal “*ultrapassar o carácter aristocrático do sector universitário, alagar as carências da investigação científica*” (Stoer citado por Gonçalves 2012, p. 74).

<sup>4</sup> N.º1 do artigo 6.º, da Lei n.º 62/2007 de 10 de Setembro (RJIES).

*profissional, através da articulação do estudo, do ensino, da investigação orientada e do desenvolvimento experimental*<sup>5</sup>.

De acordo com o RJIES, o ensino superior em Portugal tem como finalidades<sup>6</sup>: i) qualificação de alto nível dos portugueses, a produção e difusão do conhecimento, bem como a formação cultural, artística, tecnológica e científica dos estudantes, num quadro de referência internacional; ii) valorizar a atividade dos investigadores, docentes e funcionários, estimular a formação intelectual e profissional dos estudantes e assegurar as condições para que todos os cidadãos devidamente habilitados possam ter acesso ao ensino superior e à aprendizagem ao longo da vida; iii) promover a mobilidade efetiva de estudantes e diplomados, tanto a nível nacional como internacional, designadamente no Espaço Europeu de ensino superior; iv) participar, isoladamente ou através das suas unidades orgânicas, em atividades de ligação à sociedade, designadamente de difusão e transferência de conhecimento, assim como de valorização económica do conhecimento científico; v) contribuir para a compreensão pública das humanidades, das artes, da ciência e da tecnologia, promovendo e organizando ações de apoio à difusão da cultura humanística, artística, científica e tecnológica, e disponibilizando os recursos necessários a esses fins.

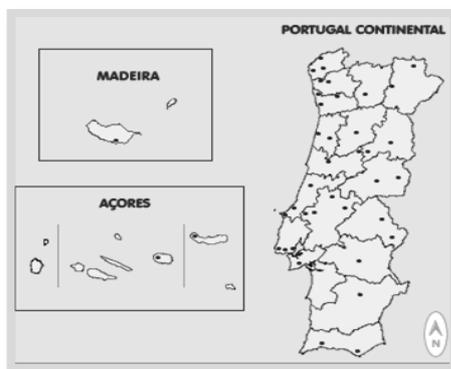
De uma fase inicial em que existiam poucas universidades, em Coimbra, Porto e Lisboa, assiste-se a uma expansão e reconfiguração na rede das instituições do ensino superior público, universitário e politécnico (Anexos III e IV). Atualmente, quer o Continente, quer as Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira contam com a presença destas instituições tendo em vista dar resposta ao aumento da procura do ensino superior que se tem registado em todo o país.

**Figura n.º 1** - Mapa de Portugal com distribuição regional, do ensino superior público universitário



Fonte: DGES, MCTES (2012)

**Figura n.º 2** - Mapa de Portugal com distribuição regional, do ensino superior público politécnico



Fonte: DGES, MCTES (2012)

<sup>5</sup> N.º 1 do artigo 7.º, da Lei n.º 62/2007 de 10 de Setembro (RJIES).

<sup>6</sup> N.ºs 1, 2, 3, 4 e 5 do artigo 2.º, da Lei n.º 62/2007 de 10 de Setembro (RJIES).

A Escola Superior de Tecnologia da Saúde de Lisboa é uma unidade orgânica integrada no Instituto Politécnico de Lisboa que se destina à formação na área das tecnologias da saúde, nomeadamente de técnicos de diagnóstico e terapêutica.

*“A origem da actual Escola Superior de Tecnologia da Saúde de Lisboa remonta ao início da década de 80 (1980/81), quando são criadas as Escolas Técnicas dos Serviços de Saúde em Lisboa (ETSSL), Porto (ETSSP) e Coimbra (ETSSC)”* (Tavares, 2007, p. 143).

Em 1980, assiste-se à criação do Centro de Formação de Técnicos Auxiliares de Serviços Complementares de Diagnóstico e Terapêutica de Lisboa, pela Portaria n.º 709/80, de 23 de Setembro. O primeiro dia de aulas acontece a 12 de janeiro de 1981 no auditório do Instituto Português de Oncologia de Lisboa, onde seriam ministrados cursos de 3 anos pós-ensino secundário.

Em 1982, através do Decreto-Lei n.º 371/82, de 10 de Setembro, foi oficializada a criação da Escola Técnica dos Serviços de Saúde de Lisboa. Em 1993, através do Decreto-Lei n.º 415/93, de 23 de Dezembro, a Escola é integrada no sistema educativo, ao nível do ensino superior politécnico, passando a designar-se por Escola Superior de Tecnologia da Saúde de Lisboa, atribuindo o grau de Bacharel e ficando duplamente tutelada pelos Ministérios da Saúde e da Educação (Silva, 2007).

No ano letivo de 1999/2000, são implementados os cursos bietápicos de licenciatura, com 4 anos de duração, sendo o 1.º ciclo constituído por 3 anos (bacharelato) e o 2.º ciclo por um ano letivo (licenciatura).

Em 2004<sup>7</sup>, a ESTeSL foi integrada no Instituto Politécnico de Lisboa. Em 2008, assiste-se à adequação dos cursos da ESTeSL ao Processo de Bolonha. Em 2009, dão início os primeiros mestrados na área das Ciências e Tecnologias da Saúde.

Em 2010, os estatutos da ESTeSL são revistos e adaptados às normas constantes do Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior. *“A ESTeSL enquanto estabelecimento de ensino superior politécnico norteia-se pelos princípios fundamentais definidos para o ensino superior, através da simbiose entre o ensino e a investigação das ciências e tecnologias da saúde, na missão ímpar de qualificação de recursos humanos da saúde, contribuindo assim para a melhoria dos padrões de qualidade do ensino e eficácia na prestação de cuidados de saúde à comunidade”* (Despacho n.º 10815/2010).

---

<sup>7</sup> De acordo com o Decreto-Lei n.º 175/2004.

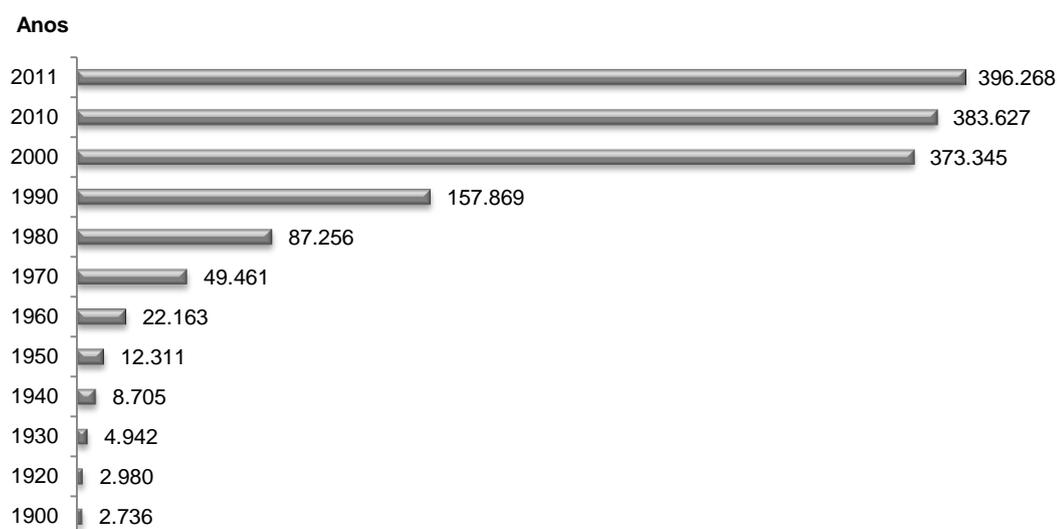
Contudo, “o crescimento da instituição escolar foi também acompanhado por mudanças significativas ao nível do espaço físico” (Tavares, 2007, p. 148). A Escola, entre 1981 e 2001 teve a sua sede em Entrecampos, “onde funcionaram basicamente os serviços técnico-administrativos, a biblioteca, os diferentes órgãos diretivos e gabinetes dos docentes. As atividades letivas dispersaram por diferentes pólos (...) passando a concentrar-se progressivamente nas instalações da Escola dos Serviços de Saúde Militar, hoje a Escola Superior de Saúde Militar (...) com a abertura do 2.º ciclo das Licenciaturas Biotécnicas, passou a funcionar num novo «pólo» nas instalações da Escola Secundária Marquês de Pombal” (idem).

Após aproximadamente 20 anos desde a sua criação, “no ano lectivo de 2001-2002, a Escola foi dotada de novas instalações, numa das zonas mais modernas da cidade de Lisboa, em pleno Parque das Nações” (Despacho n.º 10815/2010). Aqui concentram-se até hoje todas atividades da instituição.

## I.2. A expansão do ensino superior e do ensino das Tecnologias da Saúde em Portugal

A expansão da procura e acesso ao ensino superior desencadeia-se desde a década de 60, inicialmente de forma mais moderada, mas com um crescimento exponencial a partir dos anos 80. No período de 1960 a 1980, o número de estudantes do Ensino Superior triplicou ou quadruplicou (Alves, M.G. 2007), mostrando que as aspirações dos anos 70, quanto ao aumento da rede de oferta de ensino superior, foram concretizadas.

**Gráfico n.º 1** – Evolução do número de estudantes inscritos no ensino superior (1900 - 2011)



Fonte: Alves, N. (2008); Gonçalves (2012); PORDATA (2012)

Conforme, consta no gráfico n.º 1, denota-se um crescimento exponencial do número de estudantes nas instituições de ensino superior portuguesas. Numa fase inicial, a criação das universidades públicas marca o início de uma nova era. No final dos anos 70, com a emergência do ensino politécnico assiste-se a um novo aumento. Entre os anos 80 e 90, *“este crescimento deve-se, essencialmente, à criação e ao desenvolvimento do ensino politécnico público e, mais ainda, à implantação do ensino particular e cooperativo”* (Balsa et al., 2001, p. 22).

A partir do ano letivo de 1986/87, todos os distritos passam a ter instituições de ensino superior, e aumento da oferta manifesta-se nas instituições públicas e privadas (Alves, N. 2008; Gonçalves, C. 2010).

Entre 1990 e 2000, o *boom* das instituições do ensino superior, públicas e privadas, universitárias e politécnicas, dá início a um novo momento da história do ensino superior em Portugal. Nas décadas 80 e 90, o número de estudantes voltou a duplicar, tal como entre a década de 90 e 2000. Segundo Estanque e Nunes, citado por Alves, N. (2008), as instituições de ensino superior no início do XXI rondavam as trezentas. Nos últimos dez anos (2000 para 2010) verificou-se um abrandamento no crescimento até 2003 e *“pela primeira vez na história do ensino superior, o número de matriculados em cursos de formação inicial regista um crescimento negativo”* (idem, p. 248). Esta situação mantém-se nos quatro anos seguintes, voltando o número de matriculados a crescer gradualmente em 2008, tendo estabilizado desde essa data, o número de estudantes no ensino superior em Portugal (cerca de 390.000 estudantes).

De igual forma também se encontra estabilizada a oferta pública e privada, segundo os dados Direcção - Geral do Ensino Superior (DGES) que referem que atualmente continua a rondar as trezentas instituições de ensino superior, das quais são 170 instituições públicas, 121 são instituições privadas e 8 de ensino superior Militar.

**Quadro n.º 1** - Estudantes inscritos no ensino superior: total, por subsistema e por tipo de ensino (1990 - 2011)

Ano	Total	Público			Privado		
		Total	Universitário	Politécnico	Total	Universitário	Politécnico
1990	157.869	119.733	95.746	23.987	38.136	32.756	5.380
1991	186.780	135.350	103.999	31.351	51.430	42.239	9.191
1992	218.317	149.667	112.592	37.075	68.650	55.067	13.583
1993	246.082	164.433	120.307	44.126	81.649	64.814	16.835
1994	269.982	176.202	126.996	49.206	93.780	75.701	18.079
1995	290.348	186.286	132.199	54.087	104.062	84.895	19.167
1996	313.415	198.774	139.101	59.673	114.641	91.540	23.101
1997	334.125	212.726	147.349	65.377	121.399	96.163	25.236
1998	347.473	226.642	153.951	72.691	120.831	93.914	26.917
1999	356.790	238.857	158.850	80.007	117.933	89.361	28.572
2000	373.745	255.008	164.722	90.286	118.737	88.190	30.547
2001	387.703	273.530	171.735	101.795	114.173	82.979	31.194
2002	396.601	284.789	176.303	108.486	111.812	79.908	31.904
2003	400.831	290.532	178.000	112.532	110.299	77.109	33.190
2004	395.063	288.309	176.827	111.482	106.754	73.708	33.046
2005	380.937	282.273	173.897	108.376	98.664	67.157	31.507
2006	367.312	275.521	171.575	103.946	91.791	61.740	30.051
2007	366.729	275.321	169.449	105.872	91.408	60.659	30.749
2008	376.917	284.333	175.998	108.335	92.584	61.221	31.363
2009	373.002	282.438	175.465	106.973	90.564	60.755	29.809
2010	383.627	293.828	183.806	110.022	89.799	60.174	29.625
2011	396.268	307.978	193.106	114.872	88.290	60.452	27.838

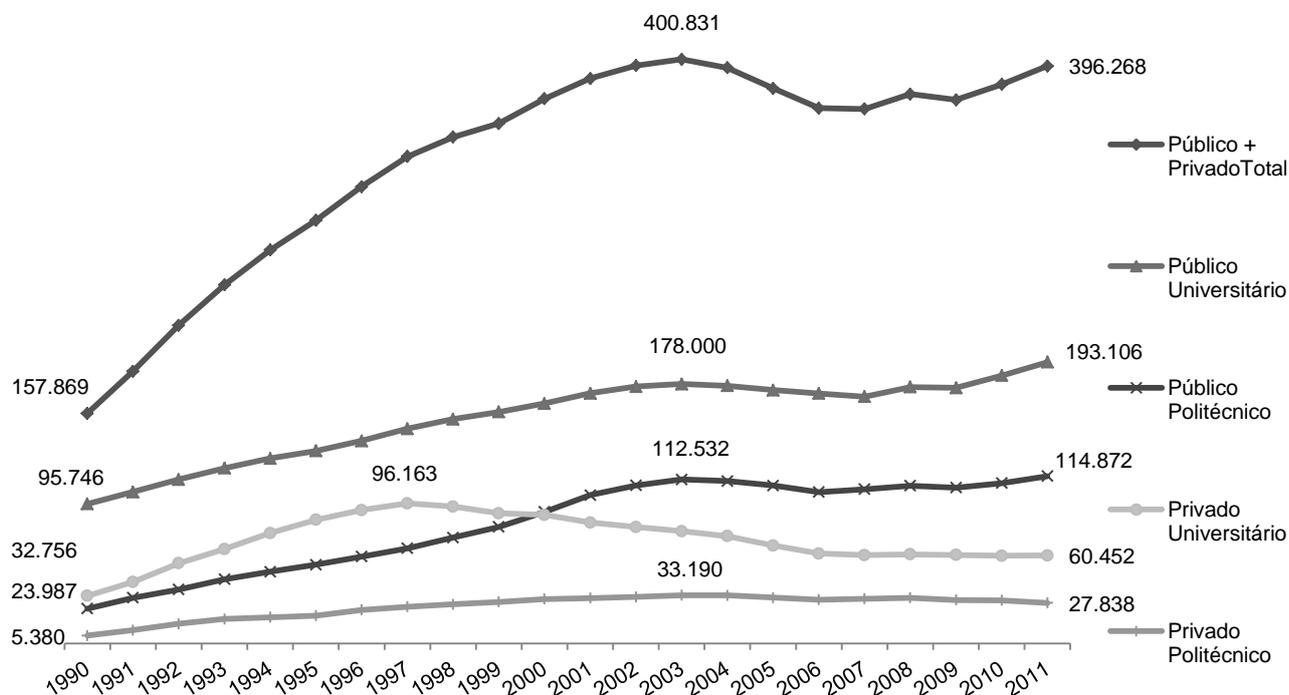
Fonte: PORDATA (2012)

Como se pode constatar no quadro n.º 1 e no gráfico n.º 2, as universidades públicas são as instituições com o maior número de estudantes inscritos, seguindo-se o ensino politécnico público.

Estes dados encontram suporte no facto de entre 1990 e 2000 assistir-se a um aumento de *“105.8% no número total de alunos, aumento que não foi uniformemente distribuído”* (Tavares, D. A. 2008, p. 295). Enquanto nas universidades públicas este aumento foi de *“62%, (...) o número de alunos nos politécnicos públicos teve um aumento extraordinário de 224,7%”* (idem). Este aumento resulta da expansão da oferta de vagas nas instituições de ensino superior, quer universidades, quer politécnicos, face ao aumento de procura deste nível de ensino em Portugal.

No entanto, regista-se o mesmo movimento, em termos de crescimento entre 1990 e 2000, do que as instituições públicas, e posteriormente verificando-se um decréscimo contínuo desde 2001 até 2011, o mesmo sucede às instituições públicas, quer universidades, quer politécnico, mas só se verificando a partir de 2004 até 2010, em 2011, contraria o contínuo decréscimo, que se tinha verificado nos últimos. Hoje, as instituições de ensino superior privadas representam aproximadamente 22% do total de estudantes inscritos no ensino superior em Portugal, com uma maior prevalência nas universidades do que no ensino superior politécnico.

**Gráfico n.º 2** – Evolução do n.º de estudantes inscritos no ensino superior: total, por subsistema e por tipo de ensino (1990 – 2011)

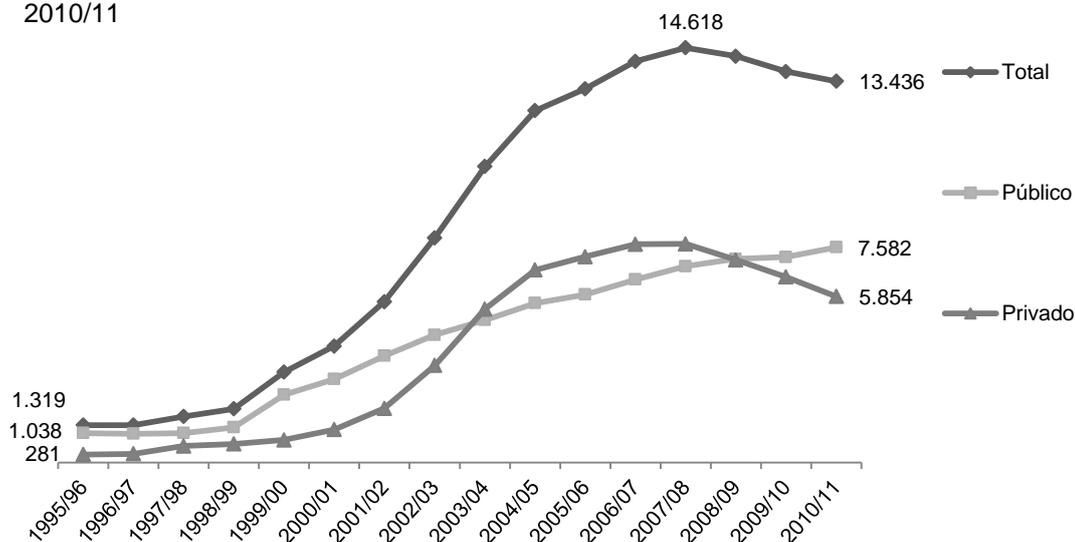


Fontes: PORDATA (2012)

No contexto da procura e oferta na área das Tecnologias da Saúde, os cursos oferecidos nesta área são cursos integrados no ensino superior politécnico público e privado (Anexo I).

A expansão da oferta a nível do ensino superior dos cursos das áreas das Tecnologias da Saúde dá-se no início dos anos 80 com a criação das Escolas Técnicas dos Serviços de Saúde (ETSS), em Lisboa, Porto e Coimbra. No entanto, a integração no ensino superior politécnico só se dá em 1993. Até esse momento, os cursos das áreas das Tecnologias da Saúde não tinham grande peso no ensino superior privado, situação que se altera gradualmente até 2000. A partir dessa data assiste-se a um crescimento abrupto, que atingiu valores superiores aos valores apresentados pelo Ensino Público, nos anos de 2003 a 2007.

**Gráfico n.º 3** - Total de inscritos nos cursos das Tecnologias da Saúde: 1995/96 a 2010/11



Fonte de dados: GPEARI, MCTES (2012)

No período de 2000 a 2006, assiste-se a um crescimento exponencial do número de inscritos, resultado do aumento de vagas disponibilizadas pelas instituições, principalmente das instituições de ensino superior privadas. No entanto, entre 2009 e 2010 assiste-se a uma quebra do número de inscritos nas instituições privadas, mas inversamente continua-se a registar o aumento gradual do número de inscritos das instituições de ensino superior públicas, atingindo nestes últimos 15 anos, um crescimento de 7,3 vezes comparativamente ao número de inscritos em 1995.

Ao longo dos anos, as instituições de ensino superior na área das Tecnologias da Saúde têm sido procuradas por cada vez mais estudantes. No entanto, verifica-se que, em relação à oferta de vagas no ensino superior privado, estas não são preenchidas na totalidade, facto que ainda não se verificou no ensino superior público em que o número de candidatos suplanta o número de vagas disponíveis (Anexo II).

Contudo a procura e oferta na ESTeSL, não difere das outras instituições públicas onde a oferta são os cursos das áreas das Tecnologias da Saúde.

A ESTeSL, ministra atualmente doze cursos de licenciatura (Análises Clínicas e Saúde Pública; Anatomia Patológica, Citológica e Tanatológica; Cardiopneumologia; Dietética e Nutrição; Farmácia; Fisioterapia; Medicina Nuclear; Ortoprotesia; Ortóptica; Radiologia; Radioterapia; Saúde Ambiental) nas áreas das Tecnologias da Saúde, atualmente ingressam cerca de 500 estudantes pelo concurso geral de acesso e pelos concursos e regimes especiais. Importa referir que a Escola, na sua génese, iniciou a sua atividade

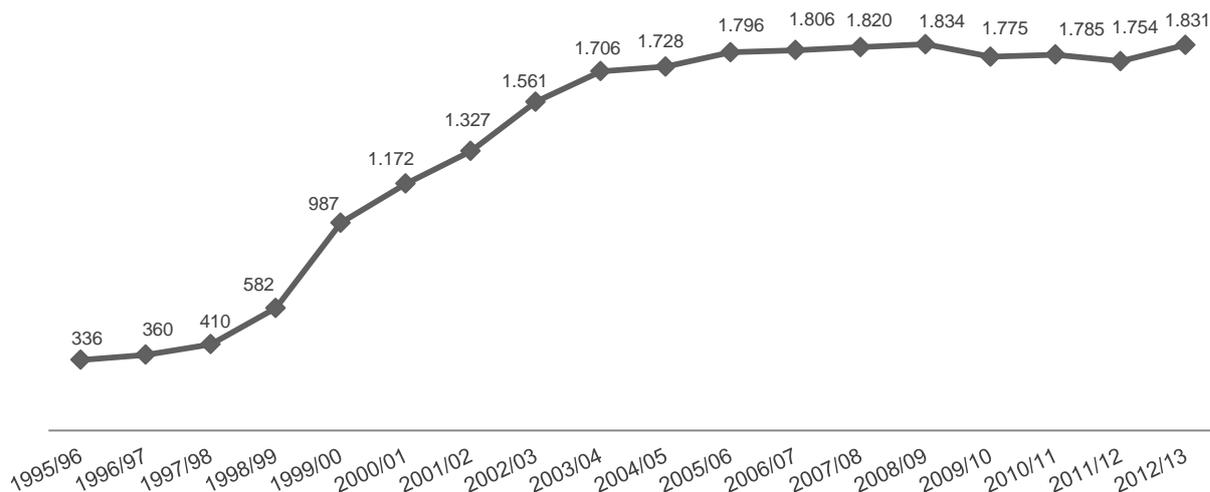
com dez cursos e ingressaram cerca de 200 estudantes, variando, ao longo do tempo, este número de formações, estabilizando nos doze cursos acima referidos a partir do ano letivo 2004/2005 (Silva, 2007).

No período 1997/98 a 2003/04, houve um aumento que ronda os 75%, caracterizado por um período de expansão do número de inscritos, que assenta sobretudo no aumento de ex-estudantes da ESTeSL e de outras Instituições de Ensino das Tecnologias da Saúde que procuram estes cursos para completarem a sua formação, através da frequência do 4.º ano da anterior licenciatura bietápica (ESTeSL, 2009).

De 2003/04 até à atualidade, o número de inscritos tem-se mantido estável, a rondar em média os 1800 estudantes inscritos nos 4 anos letivos, distribuídos pelos 12 cursos de licenciatura.

Contudo, “em 2012 e para o Concurso Nacional de Acesso ao Ensino Superior, a ESTeSL disponibilizou 420 vagas para um número total de 4.208 candidatos (...) a ESTeSL mantém assim uma elevada taxa de procura dos seus diversos cursos por parte dos candidatos ao ensino superior (a procura dos cursos da ESTeSL foi 7,6 vezes superior ao número de vagas disponíveis)” (ESTeSL, 2012b, p. 15), o que faz com que não fiquem por preencher as vagas disponibilizadas.

**Gráfico n.º 4 - Total de inscritos na ESTeSL 1995/96 a 2012/13**



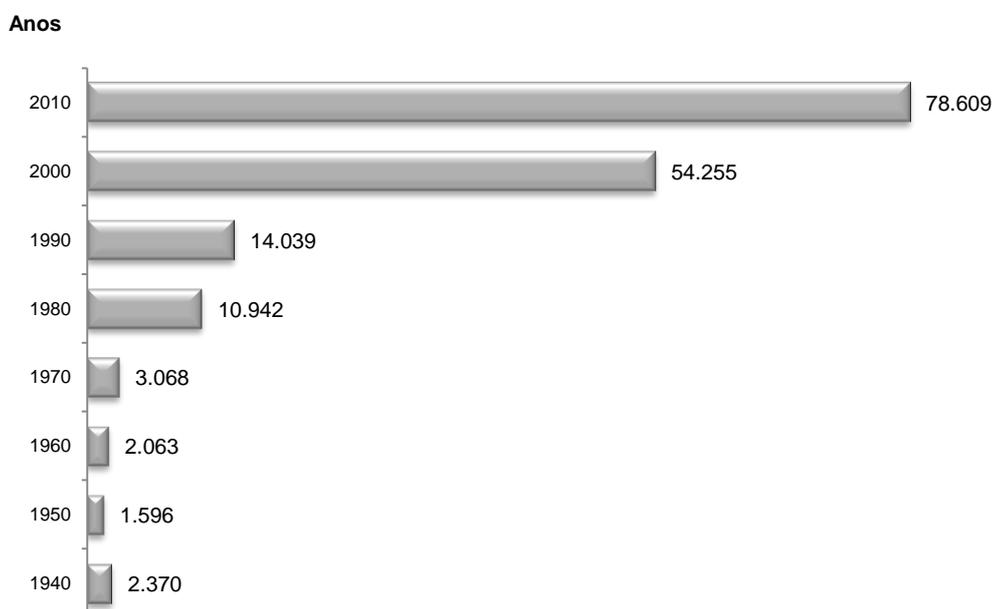
Fonte de dados: GPEARl, MCTES, ESTeSL (2012)

### I.3. Os diplomados do ensino superior e do ensino das Tecnologias da Saúde em Portugal

A expansão da oferta do ensino superior público e privado e o aumento da frequência académica tem feito com que o número de diplomados venha a aumentar de forma contínua desde meados do século XX. Desde a década de 70, assiste-se a um aumento muito significativo de diplomados em Portugal. De 3.068 diplomados na década de 70, depara-se com um aumento de 25,6 vezes no número de diplomados nestes últimos 40 anos, para 78.609 diplomados.

Contudo, apesar deste crescimento significativo do número de diplomados do ensino superior em Portugal, constata-se que os valores ainda são reduzidos quando comparados com outros países da União Europeia. Portugal tem assim ainda um longo caminho para percorrer face aos valores de referência europeus até 2020: 40% para a taxa de conclusão do ensino superior, encontrando-se Portugal agora nos 27,2% sendo a média da União Europeia, de 35,8% diplomados do ensino superior na faixa etária dos 30-34 anos (Eurostat, 2012).

**Gráfico n.º 5** - Total de diplomados no ensino superior: 1940 - 2010



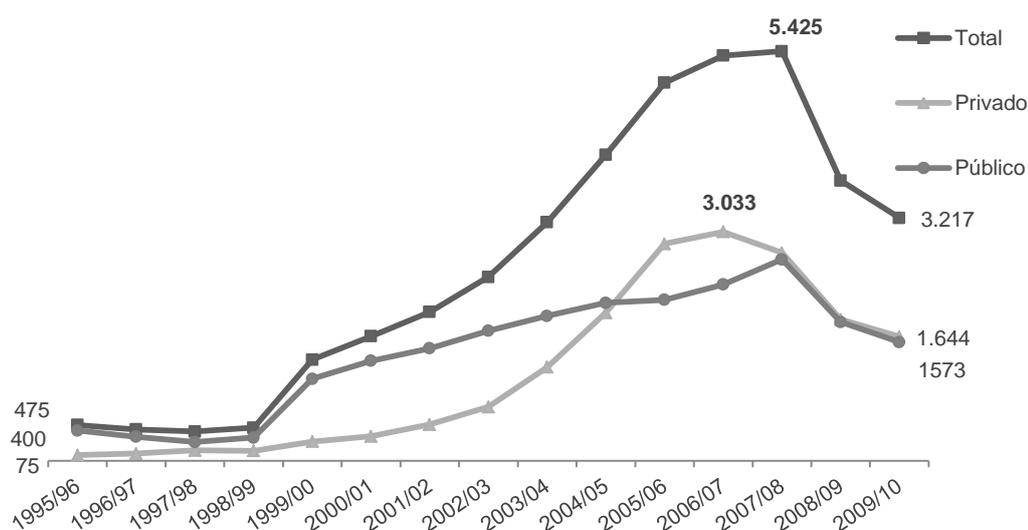
Fonte: Gonçalves (2012), PORDATA (2012)

No entanto, perante este fenómeno, existe uma outra forma de ver este crescimento que tem a ver com a questão da capacidade de absorção de diplomados por parte do mercado de trabalho, isto é, até que ponto a estrutura da economia portuguesa tem acompanhado a rápida qualificação dos recursos humanos?

Este questionamento tem vindo a dar origem a vários estudos, alguns de âmbito nacional (Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência - DGEEC, Instituto do Emprego e Formação Profissional - IEFP) e desenvolvidos por instituições de ensino superior, com vista à identificação se as instituições de ensino superior encontram-se a formar quadros excedentários ou se inversamente, o número de diplomas mantém-se aquém das médias europeias, sendo a estrutura da economia portuguesa sujeita a alterações conjunturais.

A evolução do número de diplomados em Tecnologias da Saúde tem um crescimento positivo até 2007/08. O número de diplomados em Tecnologias da Saúde, no período de 1995/96 a 1997/99 era um valor muito reduzido. No entanto, a partir de finais dos anos 90 e até ano letivo 2007/08 o total de diplomados aumentou de forma bastante significativa, resultado da entrada das instituições privadas na oferta de cursos nesta área. Somente a partir de 2008/09, assiste-se a uma quebra, que se mantém contínua, no número de diplomados em Tecnologias de Saúde. Tal facto pode estar associado à passagem de dois ciclos a um ciclo de formação, de licenciatura bietápica ao processo de Bolonha, e com a diminuição do reingresso de ex-titulares do grau de bacharel que pretendiam alcançar o grau de licenciado (ESTeSL, 2009, p. 13).

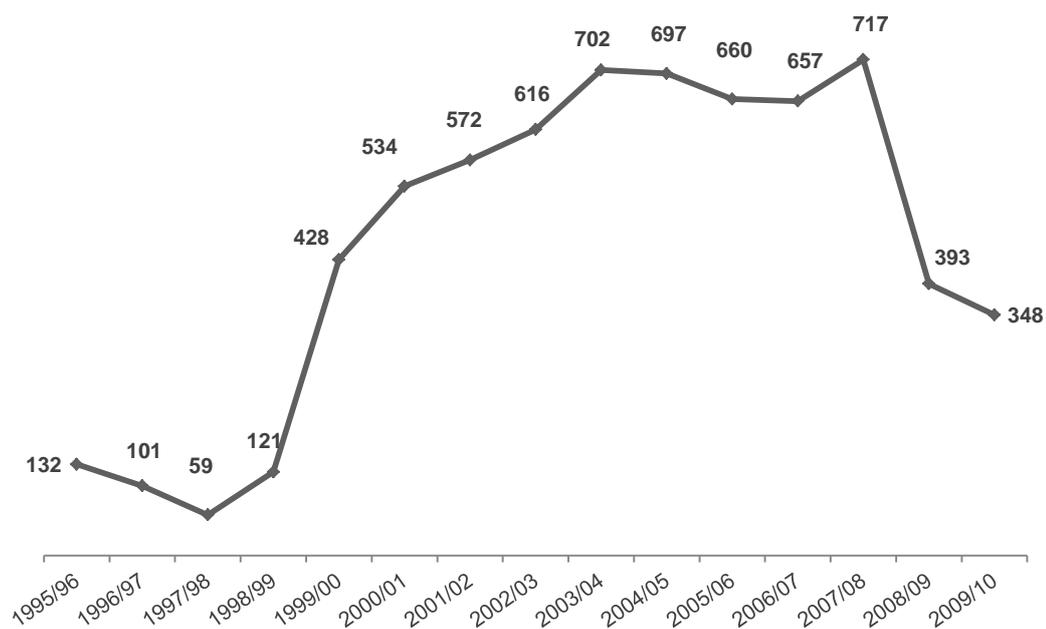
**Gráfico n.º 6** - Total de diplomados em Tecnologias de Saúde: 1995/96 a 2009/10



Fonte de dados: GPEAR, MCTES (2012)

O número de diplomados da ESTeSL depara-se com uma distribuição do número de diplomados por ano semelhante ao geral das Tecnologias da Saúde no setor público. De 1998/99 a 2007/08, o aumento do número de diplomados é bastante significativo. Somente a partir de 2008/09 assiste-se a um decréscimo acentuado no número de diplomados, como provável reflexo da diminuição do reingresso de ex-titulares do grau de bacharel e da transição do Processo Bolonha, nesse mesmo ano (ESTeSL, 2009).

**Gráfico n.º 7 - Total de diplomados na ESTeSL 1995/96 a 2009/10**



Fonte de dados: GPEARl, MCTES (2012)

## **CAPÍTULO II A Inserção Profissional dos diplomados do ensino superior em Portugal**

O tema “Inserção profissional dos diplomados” surge como consequência do aumento do número de diplomados a partir dos anos 80, da alteração das características do público que acede ao ensino superior e da massificação e democratização do ensino superior. Com este aumento, a relação entre o ensino superior e o mercado de trabalho deixa de ser vista como uma relação natural, para passar a constituir uma relação de dificuldade para os que querem aceder ao mercado de trabalho após a obtenção do diploma. No entanto, os discursos divulgados na comunicação social não encontram corroboração nos estudos científicos, visto que os resultados apontam para uma inserção positiva dos diplomados do ensino superior no mercado de trabalho português, não deixando contudo de reconhecer a existência de casos pontuais de desemprego e precariedade contratual. A aposta na comparabilidade de resultados entre as instituições de ensino superior poderia consistir num instrumento de apresentação clara da situação dos diplomados nas diversas áreas a ser utilizado pela comunicação social.

No entanto, a emergência da inserção profissional, enquanto objeto de atenção social e científica, inscreve-se numa dada conjuntura histórica, com as suas características económicas e sociais específicas. Esta problemática acentua-se a partir do momento em que a passagem do sistema de educação para o mundo do trabalho se complexifica, ou seja, a sua pertinência só adquire sentido quando a análise da relação entre a educação e o mercado de trabalho, num determinado momento, começa a dar indícios de uma dissociação.

Segundo Trottier e Dubar, citado por Marques (2006), *“a inserção profissional é uma noção pouco teorizada apesar da sua abundante utilização”* (p. 21). A noção inserção profissional por si só não tem definição, mas por outro lado associada com outros conceitos tem um “carácter polissémico”(idem).

Na década de 70 do século XX, *“a expressão inserção profissional não se apresenta como problemática”* (Marques, 2006, p. 19). A problemática da inserção profissional emerge, assim, nos anos 70, como um tema de preocupação social devido à “constatação da evolução do aumento do tempo que medeia a saída do sistema escolar e a estabilização no mercado do trabalho, à evolução do mundo do trabalho e à dificuldade com que largas camadas de jovens começaram a deparar quando pretendiam aceder a um emprego” (Labbé & Abhervé citado por Cabral, 2011, p. 70). Enquanto objeto de estudos científicos no contexto europeu, a inserção profissional emerge enquanto campo de investigação a partir da década de 80, associada ao campo

disciplinar da Economia da Educação, segundo contributos de Jean Vicens, economista francês que se dedicou ao estudo das relações entre a Economia do Trabalho e a Economia da Educação (Teixeira, 2008, p. 70).

Em Portugal, os primeiros estudos sobre os processos de inserção profissional surgiram na segunda metade da década de 90, assinalando-se a sua expansão e diversificação nesta última década deste novo século (Alves, M. G., 2010; Marques, 2010). Segundo Trottier, citado por Alves, M.G. (2010), o objeto de estudo “inserção profissional de graduados” foi um campo que passou por uma fase de “emergência” para um campo que está em fase de “construção” no nosso país nos últimos anos. O tema, o problema, a questão “inserção profissional” tem adquirido nos últimos anos uma amplitude social progressiva que, em simultâneo, coincide com a multiplicação dos trabalhos de natureza científica e na recolha de informação sobre estas matérias<sup>8</sup>.

O tema “Inserção profissional dos diplomados” emerge em Portugal devido ao aumento dos estudantes universitários. Se até à “década de 60 (...) [havia] 80.000 estudantes universitários (...) ou seja (...) pouquíssimos alunos no ensino superior”, que “eram fundamentalmente os indivíduos que vinham de uma burguesia ou com grande capital cultural ou com grande capital económico, na maior parte dos casos as duas juntavam-se”, “a partir da década de 80 (...) [assistiu-se a uma] explosão brutal ao nível do ensino superior”, que se reflete até aos dias de hoje, em que se depara com uma presença significativa de estudantes neste nível de ensino, que se traduz em “300.000 e tal alunos a frequentarem o ensino superior”<sup>9</sup>.

Desta forma, em Portugal, é nos anos 90 que o emprego dos diplomados do ensino superior adquire a visibilidade até então ausente. Os diplomados passaram de um grupo social privilegiado a um grupo de “*vítimas de desemprego, vítimas de flexibilização da relação contratual, vítimas de fenómenos de sobrequalificação e desclassificação social*” (Alves, N. citado por Cabral, 2011, p. 71). Como consequência, os discursos sobre o mercado de trabalho dos diplomados do ensino superior foram adotados como um tema de destaque pelos *media*. Mas apesar de a situação se ter deteriorado, os diplomados do ensino superior continuam a fazer parte de um grupo privilegiado no mercado de trabalho quando comparados com outros trabalhadores escolarmente menos qualificados (Alves, N., 2008; Chaves, 2010; Gonçalves, 2012).

---

<sup>8</sup> Para consultar a “Caracterização dos estudos institucionais sobre inserção profissional de graduados” realizados em Portugal, ver (Alves, M.G., 2010, pp. 35-36).

<sup>9</sup> Informação recolhida por entrevista semi-diretiva.

Contudo, a informação de que dispomos hoje sobre esta problemática, quer a nível nacional quer a nível internacional, é ainda escassa para respondermos a todas as questões levantadas sobre este assunto, pois: *“apesar da multiplicidade de estudos empíricos sobre esta temática, a inserção profissional continua a ser, ainda hoje, uma noção fluida e incerta à procura de uma definição conceptual estabilizada, ancorada numa “teoria da inserção” que está, também ela, por construir”* (Alves, N., 2007, p. 59). No entanto, *“a produção de dados empíricos sobre esta temática tem ocorrido, sobretudo, por iniciativa de responsáveis e/ou investigadores e docentes de instituições de ensino superior”* (Alves, M.G. et al., 2012, p. 112).

A ligação diplomados e mercado de trabalho é um domínio de grande importância para as instituições de ensino superior, cujas principais funções do ensino superior: é formar quadros especializados para o desempenho de funções técnicas e científicas na sociedade e na economia. As instituições de ensino superior, hoje têm repercussões ao nível das exigências legais (RJIES, A3ES e DGEEC), do financiamento, das exigências de natureza social e ao nível gestão interna da qualidade.

O campo normativo passa a constituir responsabilidade social das instituições de ensino superior o apoio à inserção dos estudantes na vida ativa e o acompanhamento das trajetórias profissionais, de acordo com o artigo 24.º da Lei n.º 62/2007, de 10 de outubro - Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior (RJIES). Ainda em 2007, foi instituída a Agência de Acreditação do Ensino Superior (A3ES) *“que tem como fins a avaliação e a acreditação das instituições de ensino superior e dos seus ciclos de estudos, bem como o desempenho das funções inerentes à inserção de Portugal no sistema europeu de garantia da qualidade do ensino superior”* (Decreto-Lei n.º 369/2007, de 5 de novembro).

*“A inserção profissional dos diplomados do ensino superior é, hoje em dia, uma problemática que faz parte da agenda política em praticamente todos os países industrializados”* (Alves, N., 2008, p. 299). Este grupo durante séculos usufruiu de trajetórias de sucesso no que se refere à inserção no mercado de trabalho, a perda a este nível, tem proliferado diversos debates sobre o tema inserção profissional, no qual as instituições de ensino superior não podem passar despercebidas, e hoje pressionadas a prestar contas sobre a qualidade da formação ministrada e avaliadas com base nas taxas de empregabilidade dos seus diplomados<sup>10</sup>.

---

<sup>10</sup> *“Quer o RJIES (no artigo 162.º, n.º2), quer os Standards and Guidelines for Quality Assurance in the European Higher Education Area (ESG) (nas orientações do padrão 1.7), especificam aspectos em relação aos quais as instituições deverão disponibilizar informação precisa e suficiente. Dessas orientações, bem como de reflexões efectuadas ao longo deste trabalho, resulta que a informação*

No caso das Tecnologias da Saúde durante vinte anos o mercado de trabalho absorveu em pleno os seus diplomados, o aumento de oferta formativa de 4 escolas em 1982 para 8 em 1997 e 25 escolas em 2006, segundo Conde levou à saturação do mercado (Moreira, 2010). Até ao início desta década, a problemática inserção profissional dos diplomados das Tecnologias da Saúde, não era problema, *“pelo contrário, em geral, existia uma oferta de trabalho superior à procura, o mercado absorvia os diplomados e criou a possibilidade de acumulação do exercício profissional para grande parte destes profissionais”* (Tavares et al., 2010, p. 4).

Porém, *“no campo das Tecnologias da Saúde (...) verificaram-se alterações profundas nos cenários de empregabilidade com a alteração da relação entre a oferta formativa e a oferta de trabalho/emprego, devido sobretudo ao exponencial aumento da oferta de ensino nesta área que é muito superior aos lugares disponíveis no mercado de trabalho”* (idem), a inserção profissional dos diplomados das Tecnologias da Saúde passa a ser uma problemática.

---

*a publicitar deverá incluir, nomeadamente: a missão e objectivos da instituição, os seus estatutos e regulamentos e as unidades orgânicas que a constituem; a oferta formativa; os objectivos de aprendizagem e qualificações conferidas, e as perspectivas de empregabilidade, em relação a cada curso...”* (Santos, 2011, p. 102).

## **CAPÍTULO III Metodologia**

### **III.1. Opções metodológicas**

O desenvolvimento da investigação enquadra-se numa abordagem quantitativa e qualitativa do objeto de estudo inserção profissional dos diplomados do ensino superior, e mais concretamente a dos diplomados da ESTeSL. A primeira abordagem quantitativa tem como o objetivo conhecer os números da evolução do ensino superior em Portugal, e conseqüentemente os números da ESTeSL, naturalmente conjugada com a abordagem qualitativa para melhor compreender o objeto de estudo.

A metodologia de investigação utilizada no presente trabalho compreendeu, num primeiro momento, a análise bibliográfica e documental, considerando a recolha de dados estatísticos e a recolha de documentos textuais provenientes de instituições e de organismos públicos (Quivy & Campenhoudt, 2008) e, seguidamente, na aplicação do método/técnica qualitativa, a realização de entrevista semi-diretiva (Bardin, 2006) a especialistas envolvidos na implementação de observatórios de inserção profissional de diplomados de ensino superior, tendo em vista recolher informação que permitisse produzir conhecimento sobre o objeto do estudo.

Face ao objeto em estudo, considerou-se também adequado recorrer, igualmente, a fontes e bases de dados, atendendo que, segundo Quivy & Campenhoudt (2008), em investigação social uma técnica frequentemente utilizada consiste na sistematização de dados estatísticos recolhidos junto às fontes primárias (GPEAR, DGEEC, PORDATA – Base de Dados Portugal Contemporâneo), sem descurar a revisão bibliográfica sobre a temática, que *“visou uma maior aproximação empírica à problemática e ao objeto em estudo”* (Tavares, 2008, p. 69).

### **III.2. Pesquisa documental e bibliográfica**

A pesquisa documental e bibliográfica são técnicas que se complementam. Segundo Bell (1997), ambas devem ser feitas em simultâneo ao longo do desenvolvimento de um trabalho, implicando um cuidado acrescido com a gestão do tempo, visto que são técnicas que dependem inevitavelmente de tempo para que haja uma seleção equilibrada e controlada do conteúdo dos documentos e dos textos (livros, artigos de revistas científicas e capítulos de livros) e por esta forma não se despenda tempo desnecessário na elaboração do trabalho.

De acordo com Marconi & Lakatos (2002), as pesquisas documental e bibliográfica são distintas, pois a primeira restringe-se a documentos, escritos ou não, enquanto a

pesquisa bibliográfica compreende toda a bibliografia já tornada pública. Segundo Tavares (2007):

*“Normalmente, as referências às técnicas documentais tendem a distinguir a pesquisa bibliográfica da pesquisa documental. A primeira prende-se com o material escrito, publicado ou não, cujo conteúdo tem relevância para a contextualização, compreensão e problematização de um fenómeno, enquanto a segunda é entendida como a que contém dados, escritos ou de outra natureza (estatísticos, audiovisuais,...), orientados para o fornecimento directo de uma informação mais empírica. Contudo, em termos práticos, relativamente a determinado tipo de documentos, nem sempre é linear o estabelecimento da fronteira entre os dois tipos de fontes de onde provém a informação (bibliográfica e documental)”* (p. 69).

Ao longo deste trabalho recorreu-se por variadas vezes em simultâneo às técnicas documental e bibliográfica, apesar de se ter em conta que *“nem sempre é linear”* (idem: 69) a sua distinção. Contudo, a combinação destas duas técnicas contribuíram para o enquadramento da problemática em estudo e do grupo social – diplomados da ESTeSL.

Este projeto de trabalho começou por recolher e seleccionar dados recolhidos junto a organismos públicos (DGES, GPEARI, DGEEC, PORDATA, Relatórios de Atividades da ESTeSL) que foram alvo de sistematização e de análise (pesquisa documental). Em simultâneo, efetuou-se pesquisa a partir de material já publicado (livros, artigos, material publicado na internet), e pesquisa bibliográfica, que, enquanto duas técnicas complementares, contribuíram para o aprofundamento do tema em estudo.

### **III.3. Entrevista**

A entrevista é uma técnica que se distingue pela aplicação de processos fundamentais de comunicação e de interação humana. Se corretamente utilizados, possibilitam recolher das entrevistas informações muito importantes, (Quivy & Campenhoudt, 2008). Esta técnica traduz-se como o instrumento de excelência da investigação social, sendo considerado o mais eficaz na recolha informação (Marconi & Lakatos, 2002). A entrevista foi considerada um instrumento privilegiado na aquisição de informações ou de novos dados que não eram possíveis de obter com pesquisa bibliografia e documental. Contudo, o principal objetivo da entrevista neste trabalho foi a obtenção de mais informação para se compreender melhor e aprofundar o objeto de estudo.

Existem essencialmente três tipos diferentes de entrevistas, nomeadamente a entrevista não diretiva ou livre, a entrevista semi-diretiva e a entrevista diretiva ou estandardizada,

que divergem de acordo com o grau de diretividade e o grau de liberdade de expressão do entrevistado (Ghiglione & Matalon, 2001).

No presente trabalho, realizou-se a entrevista semi-diretiva, que tem como base uma pré-esquematização da entrevista, podendo o tema em estudo ser dividido em categorias a serem abordadas de forma livre pelos entrevistados, dentro de um esquema previamente elaborado, (Ghiglione & Matalon, 2001; Guerra, 2006; Quivy & Campenhoudt, 2008) (Anexo VI). Assim, a entrevista semi-diretiva que constitui um instrumento de recolha de dados universalmente aceite como ajustado à investigação qualitativa, permitiu recolher informações sobre opiniões, perspetivas e expectativas dos entrevistados, obedecendo a parâmetros, critérios e procedimentos de acordo com o objetivo estipulado e a temática a abordar (Bogdan & Biklen, 1994).

A entrevista semi-diretiva facilitou e potencializou o modo como o entrevistador abordou os entrevistados, possibilitando esta técnica a utilização de um guião pré-estruturado, permitindo ao entrevistador um melhor rigor, no decorrer da entrevista.

A realização de entrevista tornou-se fundamental para o desenvolvimento e aprofundamento do tema em estudo, pois recorre-se a protagonistas privilegiados de forma a aceder a informação rica em profundidade e de qualidade. A escolha desta opção metodológica baseou-se no facto de lidar-se com a escassez de trabalhos desta natureza e por constituir a única forma de aceder a informação privilegiada *“donde eventualmente resultasse uma estruturação e sedimentação mais consistente da problemática e das hipóteses iniciais, bem como a emergência de novas vias de reflexão”* (Tavares, 2007, p. 71).

Neste trabalho, a entrevista foi estruturada tomando como base o tema do trabalho “Estudo Preparatório para a Criação do Observatório de Inserção Profissional dos Diplomados da ESTeSL” e subdividiu-se em cinco objetivos gerais: (i) identificar os motivos que levaram à implementação de um observatório de inserção profissional de diplomados do ensino superior; (ii) conhecer as normas/regras de funcionamento de observatórios de inserção profissional de referência; (iii) conhecer as atividades e estratégias de ação de observatórios de inserção profissional de referência; (iv) estrutura ideal de um observatório de inserção profissional de diplomados; (v) identificar os recursos materiais, humanos e financeiros necessários para a criação do observatório, tendo em vista a sua exequibilidade.

Da entrevista constam oito perguntas que estão agrupadas em cinco dimensões: (i) contextualização da discussão do tema inserção profissional dos diplomados; (ii) identificação dos fatores que conduziram à criação do observatório; (iii) procedimentos

para criação do observatório; (iv) atividades desenvolvidas pelo observatório; (v) perspectivas futuras. As questões foram efetuadas seguindo a ordem das dimensões estudadas.

Por outro lado, os critérios de seleção dos entrevistados não foram indiferentes ao facto de o número de especialistas sobre a temática em estudo ser relativamente reduzido e recente no contexto nacional. As entrevistas foram efetuadas a três especialistas, todos eles possuem publicações sobre o objeto em estudo e exercem funções em instituições onde se encontram implementados observatórios de diplomados. A escolha dos entrevistados teve em vista serem atores envolvidos em projetos deste tipo, para que a informação fornecida fosse privilegiada e revertesse num contributo direto para identificação dos recursos e fatores necessários para a criação de um observatório de inserção profissional de diplomados do ensino superior. O número de três entrevistas efetuado pode parecer reduzido, mas não enriqueceria o presente estudo acrescentar entrevistados que não tivessem o mesmo nível de experiência. Os entrevistados são considerados especialistas em estudos em observatórios de algumas das principais Universidades Portuguesas (não são mencionadas aqui, devido ao compromisso do entrevistador com os entrevistados, de assegurar o anonimato).

As entrevistas foram conduzidas pela autora deste trabalho de projeto, que garantiu aos entrevistados o anonimato e a confidencialidade. Visto que, segundo Tavares (2007), o anonimato (fator técnico) confere potencialmente maior fiabilidade e qualidade às entrevistas.

## **CAPÍTULO IV Projeto - “Criação do Observatório de Inserção Profissional dos Diplomados da ESTeSL”**

### **IV.1. Enquadramento: Transformações sociais que justificam a criação do observatório**

Ao longo de muitos anos, a obtenção de um diploma superior permitia aos seus titulares a sua rápida integração no mercado de trabalho e garantia uma posição socioeconómica muito mais favorável do que aqueles que não eram detentores deste grau. Nas últimas três décadas, assiste-se a alterações desta situação, devido à massificação do ensino superior, ao aumento de instituições públicas e privadas, e consequentemente ao aumento de oferta formativa. Este *“efeito conjugado da expansão dos sistemas escolares e das mutações no mundo do trabalho tende a acentuar a discrepância entre o aumento da produção de diplomas pela escola e a rarefacção de empregos correspondentes”* (Canário, 2008, p. 78).

Estas transformações sociais começam a constituir preocupações de quem ingressa no ensino superior, mas, em primeiro lugar, das próprias instituições, quanto à inserção profissional dos seus diplomados no mercado de trabalho. Este “problema” pode constituir mais um problema da economia nacional e internacional do que das instituições de ensino superior, pelo que obriga a confrontar resultados, para possíveis adaptações da oferta formativa ao mercado de trabalho.

Esta problemática de inserção profissional dos diplomados do ensino superior, envolve hoje, para além das instituições de ensino superior, dos estudantes, dos diplomados e das famílias e sociedade em geral (Marques, 2007), outros atores, como é o caso da comunicação social, que tentam distorcer a importância da obtenção do grau de diplomado do ensino superior. Abordando o tema inserção profissional com discursos sobre a questão da empregabilidade dos diplomados, encontra-se referência *“que há licenciados a mais (...) que não vale a pena formar mais licenciados”* (Entrevistado 2). Mas Portugal é um dos países da União Europeia com uma *“das taxas mais reduzidas de licenciados”* (Entrevistado 2). Nos resultados apresentados pelos Censos 2001<sup>11</sup> *“nós tínhamos tantos licenciados como analfabetos”* (Entrevistado 2). Mas *“apesar de tudo os*

---

<sup>11</sup> De acordo com os Censos 2011, *“Portugal passou de 674.094 indivíduos com ensino superior para 1.220.215. A população que possui ensino superior representa cerca de 15% e em 2001 era cerca de 9%”* (INE, 2012, p.46). *“Em 2011, Portugal apresenta uma taxa de 5,2% (499.936 indivíduos), contra 9,0% verificada em 2001 (idem, p. 38). A taxa de analfabetismo, nas últimas décadas tem decrescido, porém, a taxa de indivíduos com ensino superior quase duplica, valor positivo em relação ao ano de 2001, no entanto estes números estão muito aquém quando confrontados com números União Europeia.*

indivíduos entendem que não completando o ensino superior têm menos probabilidades de ter sucesso ao nível profissional do que se não o tivessem completado” (Entrevistado 1).

Nos últimos anos, a comunicação social tem difundido “uma lógica de divulgação da informação que enfatiza sobretudo as dificuldades e os constrangimentos que os diplomados sentem no mercado de trabalho” (Entrevistado 3). Porém, os dados que têm sido recolhidos pelas instituições de ensino superior sobre as trajetórias profissionais dos seus diplomados aparentam revelar outro cenário, pois “o que podemos contrapor do lado de um conhecimento rigoroso e científico sobre a temática (...) é que temos visto ao longo dos anos e dos vários estudos que vão sendo realizados por várias instituições de ensino superior que há um grande contraste entre aquilo que nós vemos nas notícias de comunicação social” (Entrevistado 3). Mas também “é verdade que existem situações de desemprego (...) de precariedade contratual (...) que existem situações que há um desajustamento claro entre o diploma escolar e a profissão que a pessoa está a desempenhar, mas quantitativamente nos estudos que vão sendo realizadas essas situações (...) não são maioritárias” (Entrevistado 3). Contudo, “no campo da investigação não temos sido capazes (...) de tornar público que realmente as dificuldades existem em termos de inserção profissional mas não são tão graves, nem tão generalizadas quanto as notícias da comunicação social na maior parte das vezes veiculam” (Entrevistado 3). Para além de dificuldades na clarificação na comunicação social, depara-se ainda com “problemas graves de comparabilidade dos resultados (...) [que] torna mais difícil (...) dizer aqui estão os dados e não é assim tanto as notícias da comunicação social” (Entrevistado 3).

#### **IV.1.1. Fatores para a criação do observatório**

Os motivos principais apontados para a importância da criação do observatório consistem em conhecer os estudantes que recebem, conhecer o percurso dos diplomados e fazer com que a informação retorne às unidades orgânicas, para que estas possam adequar a “sua oferta formativa, racionalizando-a (...) podendo adequar os próprios currículos e as necessidades de desenvolvimento, por exemplo, de formações complementares” (Entrevistado 1), “produzir um conhecimento absolutamente necessário para a gestão da universidade e (...) produzir informação relevante no plano científico” (Entrevistado 1). Neste sentido, com o observatório pretende-se “garantir que a informação é fidedigna, que as margens de erro são baixas, que realmente estamos não só a caracterizar a situação ao fim de um ano, mas ao fim de cinco, é recolher um manancial de informação que nos permita efetivamente informação rigorosa, aprofundada, fidedigna e que seja comparável” (Entrevistado 3). E, por fim, o “objetivo

central de qualquer observatório é recolher a informação e trabalhar com ela, (...) para um melhor funcionamento da própria instituição de ensino superior. Portanto conseguir que o modo como a instituição de ensino superior organiza os seus cursos e funciona com esses cursos é uma forma que permite efetivamente melhores resultados. Estes melhores resultados não são só empregar ou desempregar (...) às vezes é formar as pessoas para serem mais capazes de construir os seus próprios projetos de vida” (Entrevistado 3).

Neste sentido, a criação de observatórios de diplomados do ensino superior em Portugal emerge como resultado do reconhecimento de necessidade de se recolher dados sistematizados, recorrentemente e com instrumentos válidos. A importância dos observatórios serve, assim, às instituições de ensino superior, aos candidatos do ensino superior, às famílias que insistem na formação superior dos seus filhos (com vista à sua mobilidade social) e aos empregadores.

A informação fidedigna, recolhida junto aos diplomados, permite conhecer a situação de um ponto de vista mais objetivo e recorrendo a técnicas e instrumentos que permitem construir um quadro nacional da empregabilidade dos diplomados do ensino superior.

Os discursos difundidos na comunicação social de que os diplomados estão a ser formados para o desemprego não esgotam a apresentação da situação. Os diplomados continuam a ser protagonistas de trajetórias de sucesso quando comparados com os que não detêm o diploma.

A situação atual é conjuntural, pelo que o mercado de trabalho pode alterar-se, em termos de inserção profissional de diplomados de ensino superior num curto espaço de tempo. Mas independentemente de procurarem iniciar a sua inserção profissional em Portugal ou no estrangeiro, os diplomados apresentam vantagens comparativamente com os não diplomados.

Nos últimos anos os dados sobre os diplomados e o acompanhamento destes despertaram o interesse não só para os *media*, mas também no papel de gestão das instituições. “*Não sendo uma problemática nova, a inserção profissional tem vindo a assumir um estatuto privilegiado quer nos discursos políticos quer nas agendas de investigação dos cientistas sociais*” (Almeida, et al., 2010, p. 2).

Estes dados oferecem informações básicas segundo diferentes tipos de diplomados, bem como “informação muito útil para a própria organização e para o próprio funcionamento da instituição do ensino superior” (Entrevistado 3). O interesse sobre o tema “inserção profissional dos diplomados” e a criação de observatórios surge da preocupação por parte das instituições de conhecer o percurso dos seus diplomados.

Por sua vez, este campo de estudo “surge ainda antes da criação do observatório” (Entrevistado 2), tendo em vista permitir o acesso a “dados sociologicamente relevantes sobre o destino profissional dos diplomados dos diferentes cursos” (Entrevistado 1).

De acordo com os especialistas entrevistados, são três os motivos da importância da criação de um observatório: (i) em primeiro lugar, o desconhecimento por parte das instituições sobre as características dos seus estudantes, ou seja, “nós não sabíamos quem eles eram, quais eram os percursos, qual era a origem social, quais eram as habilitações dos pais” (Entrevistado 2). Assim, com o observatório inicia-se a caracterização dos estudantes que ingressam no 1.º ano, independentemente do “ciclo - licenciatura, mestrado ou doutoramento - e por outro lado a parte mais orientada para questões da inserção profissional (...) [que consiste na] preocupação da universidade com saber o que andam a fazer os seus licenciados” e que “tem por objetivo a capacidade de ser um retorno, desta informação retornar às unidades orgânicas para poderem ser pensadas as ofertas formativas” (Entrevistado 2); (ii) em segundo, “há uma pressão crescente para que as universidades se responsabilizem pelos seus alunos (...) uma pressão enorme para que esses dados estejam produzidos, por questões de avaliação externa” (Entrevistado 2), que criam “a necessidade de responder à informação (...) solicitada pela tutela, em particular pela Direcção-Geral do Ensino Superior, pelo Ministério da Educação via Agência de Acreditação” (Entrevistado 3), ou seja, “tem a ver com aquilo que são os critérios depois das avaliações internacionais, e por aí fora, e que tem aqueles indicadores estandardizados e que é preciso responder (...) são claramente uma forma de responder àquilo que são as solicitações, por um lado à A3ES” (Entrevistado 2); (iii) e em terceiro lugar, “também é utilizado (...) [como] uma forma de marketing, (...) [porque] dizer que temos 90% dos nossos graduados a trabalhar (...) na sua área de formação e empregados é claramente um cartão-de-visita excelente” (Entrevistado 2).

## **IV.2. Condições necessárias para a criação do observatório**

### **IV.2.1. Procedimentos para criação do observatório**

A criação do observatório torna-se necessário em primeiro lugar que as instituições tenham uma visão estratégica, assim como a vontade de implementar o observatório através do suporte dos custos de manutenção e logísticos. Em segundo lugar, apesar de não haver a necessidade de funcionários afetos ao observatório, é necessário recursos humanos habilitados, apesar de ser uma atividade sazonal.

No entanto, a forma de ação dos observatórios pode ser diferenciada entre a aplicação de questionário *on-line* e via telefónica, num e noutro caso representando uma diminuição significativa de custos financeiros e aumentando a eficiência na recolha dos dados. De qualquer maneira, o que está na base da constituição dos observatórios é vontade política das instituições.

A criação do observatório tem de partir de “uma visão e uma estratégia da própria instituição relativamente a esta área, uma vontade de o fazer” (Entrevistado 3), pelo que “é necessário uma vontade firme da reitoria e das unidades orgânicas que constituem a universidade onde o observatório for implantado, beneficiando, até eventualmente contribuindo, para os seus custos de manutenção, meios logísticos, pessoal qualificado que conheça a área da inserção profissional” (Entrevistado 1). Sendo “o observatório uma iniciativa da reitoria (...) [procurar] evidentemente que todas as unidades orgânicas estejam presentes da mesma maneira” (Entrevistado 3) e garantir “alguma liberdade para [que] quem é especialista na área” (Entrevistado 3) colabore e possa dar o seu contributo.

No caso dos observatórios estudados, os especialistas entrevistados indicam que no que se refere a recursos humanos não existem funcionários afetos, tratando-se, antes, de uma atividade sazonal. Apesar de ser uma atividade sazonal “são necessárias (...) pessoas com vocação e interesse na área e com conhecimento da área que permitam desde garantir a construção do questionário com qualidade, acompanharem o processo de aplicação, construir posteriormente bases de dados, analisarem essa informação, de acordo com critérios (...) cientificamente comandados” (Entrevistado 1) com vista à “produção de informação, quanto mais não seja gerando relatórios. Portanto, é necessário pessoal (...) habilitado” (Entrevistado 1).

Em termos de recursos logísticos e financeiros, depara-se com cenários diferenciados:

No caso do observatório que efetua inquéritos via telefónica, “é necessário apoio financeiro e apoio logístico, incluindo em termos de espaço e dimensões, do acesso ao telefone e a computadores que permitem registar a informação que é recolhida através do questionário” (Entrevistado 3), sendo primordial o equipamento informático e a rede telefónica. Esta forma de aplicação de inquéritos permite trabalhar apenas com dois supervisores e com inquiridores que devem estar concentrados na mesma sala, e dois professores para coordenação de todo o trabalho (Entrevistado 1; Entrevistado 3).

No caso do observatório que utiliza inquéritos via e-mail, “o facto de utilizar plataformas tornou tudo muitíssimo mais fácil, plataformas informáticas (...) porque diminuiu consideravelmente o trabalho que é necessário afetar a isto”, pois se “eles [inquiridores] preenchem é logo exportado para SPSS ou para Excel” e assim “há uma pessoa que é da garantia da qualidade que faz os apuramentos, preenche os quadros, nós [coordenadores do observatório] no nosso lado fazemos uma introdução e uma análise” (Entrevistado 2).

Os principais apoios necessários para criação de um observatório apontados pelos especialistas entrevistados consistem, em primeiro lugar na “vontade política...ou seja, a primeira coisa é que a universidade, a equipa reitoral tenha vontade em que exista um observatório (...) [pelo que] o forte apoio da reitoria (...) a este nível é absolutamente vital” (Entrevistado 2).

### **IV.3. Proposta de Intervenção Socio-Organizacional – “Criação do Observatório de Inserção Profissional dos Diplomados da ESTeSL”**

#### **IV.3.1. Atividades desenvolvidas pelo observatório**

As principais atividades desenvolvidas pelo observatório consistem em recolher informação sobre o percurso dos diplomados de forma a dotar as instituições do ensino superior com informação extensiva sobre a trajetória profissional dos estudantes que forma. No entanto, o contacto com potenciais empregadores é considerado pelos investigadores entrevistados uma atividade que devia ser mais explorada pelos observatórios, apesar de as Unidades Orgânicas individualmente já desenvolverem iniciativas de feiras de emprego e algumas terem gabinetes de saídas profissionais.

O acompanhamento do percurso dos diplomados deve ter um observatório por trás e “deve (...) produzir informação extensiva sobre a situação dos diplomados no mercado de trabalho” (Entrevistado 1). Esta informação pode ser recolhida de diversas formas, nomeadamente através de inquérito *on-line*, entrevistas, inquirição por via telefone, e preferencialmente recursos humanos que colaborem no observatório “em horário de final de tarde [que] vão contactando os nossos diplomados e vão realizando o inquérito através do telefone (...) descarregando os dados para o inquérito e depois [proceder] (...) à constituição de base de dados” (Entrevistado 3).

Também o contacto com potenciais empregadores é uma atividade do observatório. Neste caso, “nem era bem o inquérito, era mais ter um painel de empregadores, portanto (...) um *focus group* que regularmente iríamos auscultando e seria um painel de empregadores, que no fundo contemplaria pessoas de grandes empresas, pessoas de pequenas empresas, pessoas de diferentes setores de atividades” (Entrevistado 3).

O que parece também relevante é o desenvolvimento de atividades de “divulgação desta informação em feiras de emprego”. “O observatório essencialmente o que faz é fornecer essa informação às instituições, tendo em [conta as especificidades] (...) das unidades orgânicas muito diferentes. Cada uma das unidades orgânicas corresponde a áreas disciplinares científicas e áreas de emprego muito diferentes, temos Ciências Sociais e Humanas (...) as Engenharias (...) a Economia (...) essas feiras de emprego e esses gabinetes de saídas profissionais são iniciativas das próprias unidades orgânicas. O observatório no fundo fornece informação às unidades orgânicas e são elas que promovem esse tipo de iniciativas. O observatório não tem essa função” (Entrevistado 3).

### **IV.3.2. Perspectivas futuras**

Os observatórios de inserção profissional poderão contemplar outras atividades para além das que já desenvolvem. Em primeiro lugar, alcançarem amostras representativas (aumentando as taxas de resposta), em segundo, que os observatórios trabalhem a informação para que as próprias instituições possam definir estrategicamente as suas políticas no que se refere particularmente ao plano da oferta formativa, à divulgação dos dados ao nível interno e externo, e com isto, que as instituições de ensino superior tomem políticas de desenvolvimento institucional tendo em conta a inserção dos seus diplomados. Outra grande potencialidade de um observatório consiste em fundir todos os observatórios de inserção profissionais existentes para se transformar em um único observatório a nível nacional que congregasse todas as instituições de ensino superior e igualmente inclui uma bolsa de emprego, ou seja, uma plataforma para ser utilizada por estudantes, diplomados, instituição de ensino superior e empregadores. No entanto, este tipo de observatório implica mais custos financeiros.

Outras formas de atuação possíveis dos observatórios de empregabilidade apontadas pelos entrevistados são “conseguir por inquéritos telefónicos ter amostras representativas pelo menos por unidade orgânica” (Entrevistado 1) ou “atualizarem-se os endereços eletrónicos (...) aumentar as taxas de resposta” (Entrevistado 2) e ou “encomendar esse estudo a empresas que aplicam inquéritos” (Entrevistado 1). Torna-se igualmente expectável que estes observatórios “pudessem traduzir e ajustar a informação que vão recolhendo às necessidades de gestão das próprias instituições, nomeadamente no plano da oferta formativa (...) assumir um papel na publicitação dos dados que recolhem a um público mais geral e em particular aos meios de comunicação e (...) assumir um papel duplo para além do da produção da informação, um papel crescente no ponto de vista da sua publicitação pública e no ponto de vista do acompanhamento dos órgãos de gestão da universidade, no sentido que as políticas de desenvolvimento das universidades tenham também em conta os objetivos de facilitar a inserção dos seus diplomados” (Entrevistado 1).

Quanto às potencialidades de um observatório futuro, segundo os especialistas uma potencialidade identificada num outro contexto que poderia ser aplicada em Portugal, nomeadamente num “organismo em Itália (...) congrega quase todas universidades públicas italianas e são eles que fazem a monitorização do próprio estudo da inserção no mercado de trabalho” (Entrevistado 2) para além de ter “uma outra vertente, uma bolsa de emprego (...) [que] já tem muitos anos, (...) já há uma tradição quer por parte das empresas, quer por parte dos próprios alunos e ex-alunos de usarem aquela plataforma”. Neste sentido, “é possível que possamos caminhar para uma situação destas agora, (...)

[o que] implica necessariamente mais recursos”, pois o desenvolvimento dessas atividades “não pode ser feita na base do voluntariado individual” (Entrevistado 2). “Outra atividade que pode vir a ser desenvolvida pelos observatórios no futuro “tem a ver com a questão dos empregadores (...) ter um painel de empregadores, portanto qualquer tipo de um *focus group* que regularmente iríamos auscultando e seria um painel de empregadores, que no fundo contemplaria pessoas de grandes empresas, pessoas de pequenas empresas, pessoas de diferentes setores de atividades” (Entrevistado 2).

### **IV.3.3. Identificação dos recursos necessários**

A identificação dos recursos necessários para a “criação do Observatório de Inserção Profissional dos Diplomados da ESTeSL” teve como base a análise da estrutura de alguns observatórios<sup>12</sup> e a informação recolhida junto aos especialistas entrevistados (Anexo X), que consiste em Recursos Humanos, Infra-Estruturas, Instalações e Equipamentos e custos/receita inerentes (Anexo V).

No que se refere a recursos humanos, algumas das atividades do observatório são sazonais, o que não exige necessidade de afetar anualmente todos os recursos humanos. Segundo as estruturas analisadas poderão estar afetos 1 a 2 coordenadores, docentes da própria instituição, 1 técnico superior dos quadros e 1 técnico administrativo afetos por um período sazonal. Os observatórios podem também contar com o apoio de estagiários de diferentes áreas, como Estatística, Ciências da Educação, Sociologia, e outros com interesse em investigação pelo tema da inserção profissional.

Para operacionalizar o observatório, terá que se dispor de infra-estruturas, instalações e equipamentos. Existe a necessidade de uma sala equipada com mobiliário, telefones, impressora, computador, retroprojetor, scanner e consumíveis de escritórios, onde constem alguns equipamentos técnicos, linhas telefónicas/internet. É também necessário dispor de software específico para a recolha e tratamento dos dados. Como é o caso do software para tratamento estatístico de dados - SPSS (Statistical Package for the Social Sciences), software livre para aplicação de questionários online – Limesurvey e programas do Microsoft Office: Word, Excel, Outlook, PowerPoint, Access.

Tendo em conta que o observatório será um serviço interno da ESTeSL, não irá possuir personalidade jurídica ou fiscal. A gestão dos custos /receitas serão imputados às atividades a desenvolver pelo observatório e, por essa forma, refletidas na contabilidade da própria instituição através da criação do centro de custo afeto ao observatório.

---

<sup>12</sup> Observatório da Inserção Profissional dos Diplomados da Universidade NOVA de Lisboa (ObipNova); Observatório da Economia Social Portuguesa (OBESP); *Placement Office* – ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa; Observatório de Estudos Sociais e Económicos (OESE); Observatório dos Percursos dos Estudantes da Universidade de Lisboa (OPEST); Instituto do Emprego e Formação Profissional, I. P. (IEFP).

As fontes de receita poderão ser resultado de apoio à investigação, subsídios concedidos através da própria instituição, de outras entidades públicas ou privadas, e de outras entidades patrocinadoras ou parceiras. Também poderão advir de serviços prestados (trabalhos de consultoria), faturados pela própria instituição.

Os custos do observatório poderão ser resultado das seguintes despesas: aquisição de dados ou bibliografia; coordenação, no que se refere a deslocação ou representação do observatório; participação em seminários ou congressos; disseminação e divulgação dos projetos e seus resultados; produção científica e/ou técnica; custos correntes com os espaços e equipamentos; custos com o alojamento do observatório na página da ESTeSL ([www.estesl.ipl.pt](http://www.estesl.ipl.pt)).

#### **IV.3.4. Análise SWOT**

Quando definidos os fundamentos básicos da estratégia de qualquer organização, torna-se necessário determinar a melhor metodologia para orientar a sua formulação. Para o efeito, as organizações públicas ou privadas adotam diversas ferramentas de planeamento estratégico, como a matriz BCG (*Boston Consulting Group*), o modelo de cinco forças de Porter ou a análise SWOT (*Strengths, Weaknesses, Opportunities, Threats*), com o intuito de sistematizar o processo de criação de estratégias e eliminar a intuição da escolha da melhor alternativa para organização (Freire, 2008).

As reflexões estratégicas são indispensáveis para qualquer organização e, assim, essenciais para se dar especial atenção à análise da organização no seu meio envolvente.

A análise SWOT constitui um dos instrumentos de planeamento estratégico mais utilizado pelas organizações, pois promove a discussão entre os vários elementos da instituição, de forma a identificar os pontos fortes e fracos da mesma e relacioná-los com as ameaças e oportunidades do meio externo. Por esta via, consiste numa fonte de informação e suporte adequada às necessidades da gestão estratégica, que se ocupa das decisões que vão delinear o futuro a médio e longo prazo da organização (Teixeira, 2010, Reis & Reis, 2008).

O ambiente interno pode ser controlado pelos dirigentes da organização, já que é resultado de estratégias de atuação definidas pela organização<sup>13</sup>. Assim, quando se

---

<sup>13</sup> “Torna-se muito importante que os estabelecimentos de ensino superior procedam à elaboração de diagnósticos internos que permitam conhecer o que todos pensam da prestação do seu serviço em geral (...) e em simultâneo com a realização de um estudo junto dos utentes que permita saber como os empregadores sentem que o nível de desempenho de cada licenciado corresponde às expectativas” (Reis & Reis, 2008, p. 76).

observa um ponto forte na análise, este deve ser destacado; em contrapartida, quando se observa um ponto fraco, deve-se agir para controlá-lo ou minimizar o seu efeito. Já o ambiente externo está totalmente fora do controlo da organização, mas é importante conhecê-lo. Este não se pode controlar, mas pode ser monitorizado, de forma a que se possam identificar as oportunidades existentes da maneira mais ágil e eficiente. Uma organização que perceba que o ambiente externo sofre alterações, tem agilidade para se adaptar a essa mudança, aproveitando melhor as oportunidades do contexto.

Tendo em vista a criação eventual do Observatório de Inserção Profissional dos Diplomados da ESTeSL, pretendeu-se verificar a posição que este ocupa nos vetores internos e externos da ferramenta de gestão da Análise SWOT:

**Pontos fortes:**

- Vontade dos órgãos dirigentes da ESTeSL, na “Criação do Observatório de Inserção Profissional dos Diplomados”. “*Reforçar as estratégias de organização e funcionamento do observatório dos diplomados da ESTeSL*” (ESTeSL, 2012a, p. 29);
- Recursos humanos habilitados na própria instituição;
- Colaboração com o Gabinete de Qualidade da ESTeSL para resposta a solicitações da A3ES e para a construção de questionários de acordo com os modelos e procedimentos de controlo e garantia da qualidade;
- Colaboração com Gabinete de Apoio ao Estudante e ao Diplomado;
- Informação disponível no sítio [www.estesl.ipl.pt](http://www.estesl.ipl.pt).

**Pontos fracos:**

- Limitação de verbas para o início do projeto;
- “*Sistemas de gestão de informação pouco eficientes*” (ESTeSL, 2013, p.11);
- “*Número reduzido de docentes e não docentes em tempo integral*” (Idem);
- Dificuldade em afetar recursos humanos da ESTeSL ao observatório (idem).

**Oportunidades:**

- Melhor visibilidade externa, sob o ponto de vista social da instituição;
- Comparabilidade dos estudos com outras instituições nacionais e internacionais;
- Novos investigadores (participação em projetos e redes de investigação nacionais e internacionais);
- Novas parcerias (instituições de ensino superior; fundações; e entidades empregadoras);
- Ligação mais direta entre diplomados e empregadores.

**Ameaças:**

- Conjuntura económica nacional e internacional;
- Eventual baixa recetividade e disponibilidade manifestada pelos diplomados para colaborarem nos estudos (resposta aos questionários);
- Dificuldades em recrutar recursos humanos. *“As restrições orçamentais e de contratação pública previstas para 2013 impedem o necessário reforço do pessoal não docente”* (ESTeSL, 2013, p. 42);
- Redução do financiamento público. *“Inúmeras restrições orçamentais que têm sido impostas ao ensino”* (idem, p. 29). *“As restrições orçamentais apontadas para 2013, e o correspondente decréscimo do valor de Orçamento de Estado atribuído ao IPL”* (idem, p. 41);
- Pressão dos media. *“Sendo o desemprego dos licenciados um acontecimento relativamente invulgar, este fenómeno tende a atrair uma atenção desproporcionada da comunicação social”* (Portugal, 2004, p. 73).

### IV.3.5. Proposta de Cronograma para o 1.º ano de funcionamento do Observatório de Inserção Profissional dos Diplomados da ESTeSL

Dada a necessidade de implementação deste observatório, cumpre estabelecer desde já algumas etapas para o desenvolvimento deste projeto.

Neste sentido apresenta-se no quadro n.º 3 uma proposta de cronograma para o 1.º ano de funcionamento do observatório.

**Quadro n.º 2** - Cronograma do 1.º ano do Observatório de Inserção Profissional dos Diplomados da ESTeSL

Etapas	Ano 1			
	1.º T	2.º T	3.º T	4.º T
Definição do grupo de trabalho e espaço físico do observatório pela Presidência da ESTeSL				
Construção das bases de dados - diplomados				
Preparação e teste dos questionários aos diplomados				
Inquirição dos diplomados licenciatura e mestrado (diplomados há 1 ano e há 3 anos)				
Tratamento e análise dos dados				
Realização do relatório				
Divulgação pública				

## Conclusões

O trabalho realizado resulta da identificação da necessidade de ser criado um observatório de inserção profissional dos diplomados da ESTeSL.

É de salientar que é opinião comum dos entrevistados defender que deve existir motivação dos dirigentes das instituições de ensino superior para o apoio e incentivo ao desenvolvimento de trabalhos de investigação neste âmbito, a levar a cabo por observatórios de inserção profissional dos diplomados do ensino superior.

Por outro lado, fazem notar a importância da recolha dessa informação para melhor funcionamento e gestão da instituição, no que se refere à oferta formativa. Neste âmbito assinalam também a importância da divulgação dos estudos levados a cabo, nomeadamente nos meios de comunicação social.

Os entrevistados referem ainda a necessidade de estabelecer comparação entre os dados obtidos pelas diversas instituições, tendo em vista a coerência e credibilidade dos estudos e dos dados obtidos. Foi também salientado pelos entrevistados a importância da criação do observatório que consiste em conhecer o percurso dos seus diplomados e que essa informação produza conhecimento relevante no plano científico.

Não pode deixar de se referir igualmente que em profissões como as da área da saúde e particularmente as das Tecnologias da Saúde, é importante, ou mesmo decisivo, que as instituições de ensino que preparam técnicos de diagnóstico e terapêutica estejam em perfeita consonância com os serviços que prestam cuidados de saúde, dado o progresso constante que ocorre nestas áreas.

Neste sentido, este observatório, através dos estudos que deve realizar, pode constituir uma forte mais-valia não só para a própria instituição a que pertence, nomeadamente enquanto indicador para qualidade do ensino, mas também para as múltiplas entidades empregadoras e naturalmente para os seus recém-diplomados, atuais e futuros estudantes pertencentes à Escola.

Perante este quadro é de toda a pertinência que a ESTeSL, à semelhança de outras instituições de ensino superior, crie um observatório que investigue e acompanhe este fenómeno da inserção profissional, de modo a que, quer a oferta formativa da Escola em relação às necessidades de mercado de trabalho, quer a natureza dos planos de estudos, que devem ser ajustados às reais exigências científicas e tecnológicas dos serviços e instituições de saúde.

Para a criação do observatório torna-se necessário assegurar recursos humanos, infra-estruturas, instalações e equipamentos. Atendendo a estes recursos importa referir que a grande maioria não apresentam custos acrescidos para ESTeSL, visto que assentam na estrutura de funcionamento atual da Escola, dado que ESTeSL dispõe de coordenador, a ser identificado entre o corpo docente. O técnico superior e o técnico administrativo seria alguém já afeto ao mapa de pessoal da ESTeSL-IPL, os estagiários seriam selecionados de entre estudantes finalistas das diversas unidades orgânicas do IPL, os investigadores seriam docentes da ESTeSL, entre outros interessados no estudo “inserção profissional”. No que refere aos custos/receitas provenientes do observatório, devem ser geridos pela contabilidade da ESTeSL-IPL, por a mesma constituir um serviço a que deve ser atribuído um centro de custo “observatório”.

Integrando a ESTeSL o Instituto Politécnico de Lisboa, e não dispondo ainda o IPL de qualquer observatório neste âmbito, poderá o da ESTeSL vir a potenciar a criação de um observatório que seja comum a todas as unidades orgânicas deste Instituto, atenta a especificidade de cada uma das suas formações.

## Referências Bibliografia

- Almeida, A., Vaz, I. F., Marques, M. A., Dominginhos, P. (2010). Dinâmicas da inserção profissional dos licenciados do ensino superior politécnico: um estudo de caso, *CE online*, Vol. I - 1, 1 - 9. Disponível em <http://comum.rcaap.pt/handle/123456789/4107>.
- Alves, M. G. (2007). *A inserção profissional de diplomados de Ensino Superior numa perspectiva educativa : O caso da Faculdade de Ciências e Tecnologia*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian / Fundação para a Ciência e a Tecnologia.
- Alves, M. G. (2008). A inserção profissional de diplomados do Ensino Superior numa perspectiva educativa. *Revista Europeia de Formação profissional*, 34, 31-44. Disponível em <http://www.cedefop.europa.eu/EN/Files/34-pt.pdf>.
- Alves, M. G. (2010). A inserção profissional de graduados em Portugal: notas sobre um campo de investigação em construção. In Marques, A. P. & Alves, M. G. (org.), *Inserção profissional de graduados em Portugal: (Re) configurações teóricas e empíricas*, (31-48). Vila Nova de Famalicão: Edições Húmus.
- Alves, M. G., Alves, N., Chaves, M. (2012). Inserção profissional e razões de ingresso e reingresso no ensino superior: um ponto de partida para uma temática em aberto. *Sociologia, Problemas e Práticas*, 69, 99-118. Disponível em <http://dx.doi.org/10.7458/SPP201269789>.
- Alves, N. (2007). *Inserção profissional e formas identitárias : percursos dos licenciados da Universidade de Lisboa*. Tese de Doutoramento em Ciências da Educação, Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação - Universidade de Lisboa, Portugal.
- Alves, N. (2008). *Juventudes e inserção profissional*. Lisboa: Educa | Unidade de I&D de Ciências da Educação.
- Balsa, C. (2008). Processo de democratização e acesso ao ensino superior em Portugal. In Amaral, A. (Coord.), *Políticas de ensino superior quatro temas em debate: Acesso e equidade no ensino superior: modelos de apoio social escolar*, seminário 3, (249-290). Lisboa: Conselho Nacional de Educação. Disponível em [http://www.cnedu.pt/index.php?option=com\\_wrapper&view=wrapper&Itemid=999&lang=pt](http://www.cnedu.pt/index.php?option=com_wrapper&view=wrapper&Itemid=999&lang=pt).

- Balsa, C., Simões, J., Nunes, P., Carmo, R., Campos, R. (2001). *Perfil dos estudantes do ensino superior: Desigualdades e diferenciação*. Lisboa: Edições Colibri.
- Bardin, L. (2006). *Análise de conteúdo*. (4.<sup>a</sup> ed.). Lisboa: Edições 70.
- Bell, J. (1997). *Como realizar um projecto de investigação*. Lisboa: Gradiva.
- Cabral, A. (2011). Conciliação ou conflito entre o trabalho e as outras esferas da vida social na inserção profissional dos diplomados do ensino superior. *Ricot Journal*, 1, 68-97. Disponível em [http://www.ricot.com.pt/artigos/1/ACabral\\_68.97.pdf](http://www.ricot.com.pt/artigos/1/ACabral_68.97.pdf).
- Chaves, M. (2010). *Confrontos com o trabalho entre jovens advogados: As novas configurações da inserção profissional*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- Ehrensperger, R. M. G. (2009). Políticas e Práticas Curriculares no Ensino Superior - Brasil/Portugal. Tese de Doutoramento em Educação, Instituto de Educação e Psicologia - Universidade do Minho, Portugal.
- ESTeSL (2009). *Relatório de actividades 2009*. Lisboa: Autor. Disponível em [http://www.estesl.ipl.pt/sites/default/files/ficheiros/pdf/relatorio\\_de\\_actividades\\_2009.pdf](http://www.estesl.ipl.pt/sites/default/files/ficheiros/pdf/relatorio_de_actividades_2009.pdf).
- ESTeSL (2012a). *Plano de actividades 2012*. Lisboa: Autor. Disponível em [http://www.estesl.ipl.pt/sites/default/files/ficheiros/pdf/pa2012\\_esteslvsfinal\\_13dez1\\_1\\_com\\_organograma2.pdf](http://www.estesl.ipl.pt/sites/default/files/ficheiros/pdf/pa2012_esteslvsfinal_13dez1_1_com_organograma2.pdf).
- ESTeSL (2012b). *Relatório de actividades 2012*. Lisboa: Autor. Disponível em [http://www.estesl.ipl.pt/sites/default/files/ficheiros/pdf/ra2012\\_final.pdf](http://www.estesl.ipl.pt/sites/default/files/ficheiros/pdf/ra2012_final.pdf).
- ESTeSL (2013). *Plano de actividades 2013*. Lisboa: Autor. Disponível em [http://www.estesl.ipl.pt/sites/default/files/ficheiros/pdf/plano\\_actividades\\_2013\\_estesl.pdf](http://www.estesl.ipl.pt/sites/default/files/ficheiros/pdf/plano_actividades_2013_estesl.pdf).
- Freire, A. (2008). *Estratégia sucesso em Portugal*. (12.<sup>a</sup> ed.) Lisboa: Verbo.
- Ghiglione, R. Matalon, B. (2001). *O Inquérito: Teoria e prática*. (4.<sup>a</sup> ed.). Oeiras: Celta Editora.
- Gonçalves, C. (2010). Emprego dos licenciados universitários reflexões em torno de dois estudos. In Marques, A. P. & Alves, M. G. (org.), *Inserção profissional de graduados em Portugal: (Re) configurações teóricas e empíricas*, (195-232). Vila Nova de Famalicão: Edições Húmus.

- Gonçalves, M. M. B. (2012). *Educação, trabalho e família: Trajectórias de diplomados universitários*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian / Fundação para a Ciência e a Tecnologia.
- Guerra, I. C. (2006). *Pesquisa qualitativa e análise de conteúdo: Sentidos e formas de uso*. Cascais: Principia.
- INE (2012). *Censos 2011 resultados definitivos – Portugal*. Lisboa: Autor. Disponível em [http://censos.ine.pt/xportal/xmain?xpid=CENSOS&xpgid=ine\\_censos\\_publicacao\\_det&contexto=pu&PUBLICACOESpub\\_boui=73212469&PUBLICACOESmodo=2&selTab=tab1&pcensos=61969554](http://censos.ine.pt/xportal/xmain?xpid=CENSOS&xpgid=ine_censos_publicacao_det&contexto=pu&PUBLICACOESpub_boui=73212469&PUBLICACOESmodo=2&selTab=tab1&pcensos=61969554).
- Magalhães, A. (2004). *A Identidade do ensino superior política, conhecimento e educação numa época de transição*. Braga: Fundação Calouste Gulbenkian / Fundação para a Ciência e a Tecnologia.
- Marconi, M. D. A., & Lakatos, e. M. (2002). *Técnicas de pesquisa*. (5.<sup>a</sup> ed.). São Paulo: Atlas.
- Marques, A. P. (2006). *Entre o diploma e o emprego: A inserção profissional de jovens engenheiros*. Porto: Edições Afrontamento.
- Marques, A. P. (2010). Perspectivar a inserção profissional de graduados no contexto internacional. In Marques, A. P. & Alves, M. G. (org.), *Inserção profissional de graduados em Portugal: (Re) configurações teóricas e empíricas*, (13-30). Vila Nova de Famalicão: Edições Húmus.
- Marques, A. P. (Coord.) (2007). *MeIntegra: Mercados e estratégias de inserção profissional: licenciados versus empresas da Região Norte*. Relatório. Disponível em <http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/8633>.
- Moreira, M. (2010). O paradoxo em tecnologias de saúde da racionalidade paramétrica à racionalidade estratégica. Dissertação de mestrado, ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa, Portugal.
- PORTUGAL, P. (2004). Mitos e factos sobre o mercado de trabalho português: a trágica fortuna dos licenciados, *Boletim Económico do Banco de Portugal*, Vol. 1 - 10, 73-80. Disponível em [http://www.bportugal.pt/pt-PT/EstudosEconomicos/Publicacoes/BoletimEconomico/BEAnteriores/Documents/bol\\_mar04\\_p.pdf](http://www.bportugal.pt/pt-PT/EstudosEconomicos/Publicacoes/BoletimEconomico/BEAnteriores/Documents/bol_mar04_p.pdf).
- Quivy, R., & Campenhoudt, L. (2008). *Manual de investigação em ciências sociais*. (5.<sup>a</sup> ed.). Lisboa: Editora Gradiva.

- Reis, R., Reis, H. (2008). *Gestão estratégica: Aplicada a instituições de ensino superior*. Lisboa: Escolar Editora.
- Santos, S. (2011). Análise comparativa dos processos europeus para a avaliação e certificação de sistemas internos de garantia da qualidade. In A3ES (Ed.), *Vol. 1*, Lisboa: A3ES READINGS. Disponível em <http://www.a3es.pt/pt/documentos/publicacoes/serie-a3es-readings>.
- Silva, C. (Coord. Geral) (2007). *Escola Superior de Tecnologia da Saúde de Lisboa: Um breve olhar sobre os 25 anos de Ensino e Formação*. Lisboa: ESTeSL.
- Sousa, L. N. (2004). Processo (s) de transição ao trabalho: o caso dos diplomados em Comunicação Social. *Revista da Faculdade de Letras: Sociologia*, 14, 195-226. Disponível em <http://ler.letras.up.pt/site/default.aspx?qry=id04id111id28&sum=sim>.
- Tavares, D. (2007). *Identidade, socialização e processo de profissionalização: contributos de um estudo sobre os técnicos de cardiopneumologia*. Lisboa: Edições Colibri.
- Tavares, D. (Coord.), Raposo, H., Medeiros, N., Denis, T., Fortes, C., Correia, P. (2011). *Inserção profissional dos diplomados da Escola Superior de Tecnologia da Saúde de Lisboa*, Relatório de investigação. Lisboa: ESTeSL.
- Tavares, D. A. (2008). Acesso ao ensino superior e equidade. In Amaral, A. (Coord.), *Políticas de ensino superior quatro temas em debate: Acesso e equidade no ensino superior: modelos de apoio social escolar*, seminário 3, (291-316). Lisboa: Conselho Nacional de Educação. Disponível em [http://www.cnedu.pt/index.php?option=com\\_wrapper&view=wrapper&Itemid=999&lang=pt](http://www.cnedu.pt/index.php?option=com_wrapper&view=wrapper&Itemid=999&lang=pt).
- Teixeira, L. (2008). *Trajectórias e cenários de inserção profissional de diplomados em Educação Social do Ensino Superior Politécnico: pontes e vazios na relação entre percursos de formação e percursos de inserção profissional*. Tese de mestrado, Faculdade de Ciências e Tecnologia - Universidade Nova de Lisboa, Portugal.
- Teixeira, S. (2010). *Gestão das Organizações*. (2.<sup>a</sup> ed.) Lisboa: Verlag Dashofer.
- Urbano, C. (2011). *O ensino politécnico em Portugal: a construção de uma identidade perante os desafios de mudança (entre o final do século XX e o início do século XXI)*. Tese de doutoramento, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, Portugal.

## Referências documentais

### Legislação:

Decreto-Lei 369/2007, de 5 de Novembro. Concretiza a Criação da Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior.

Decreto-Lei n.º 175/2004, de 21 de Julho, publicado no Diário da República, 1.ª Série A, n.º 170, de 21 de Julho de 2004 - Procede à reorganização da rede de ensino superior politécnico na área da saúde.

Decreto-Lei n.º 371/82 - Cria as Escolas Técnicas dos Serviços de Saúde de Lisboa, de Coimbra e do Porto.

Decreto-Lei n.º 402/73 - Cria novas Universidades, Institutos Politécnicos e Escolas Normais Superiores, define o regime das suas comissões instaladoras e adopta providências destinadas a assegurarem o recrutamento e a formação do pessoal necessário para o início das respectivas actividades.

Decreto-Lei n.º 415/93 - Integra o ensino das tecnologias da saúde no sistema educativo

Decreto-Lei n.º 513-L1/79, de 27 de dezembro - Define o regime de instalação dos estabelecimentos do ensino superior politécnico.

Decreto-Lei n.º 513-T/79, de 26 de dezembro - Define a rede de estabelecimentos do ensino superior politécnico que anteriormente se designava «ensino superior de curta duração».

Despacho n.º 10815/2010, de 5 de Março, Diário da República, 2.ª série — N.º 125 — 30 de Junho de 2010 - Estatutos da ESTeSL - Escola Superior de tecnologia da saúde de Lisboa.

Lei 38/2007, de 16 de Agosto. Regime Jurídico da Avaliação do Ensino Superior.

Lei 62/2007, de 10 de setembro - Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior.

Lei n.º 115/97, de 19 de setembro – alteração da lei n.º 46/86, d 14 de Outubro – Lei de Bases do Sistema Educativo.

Resolução do Conselho de Ministros n.º 19/2008, Diário da República, 2.ª série — N.º 116 — 18 de Junho de 2008 – estruturação de um sistema de garantia da qualidade.

**Sítios da internet consultados:**

DGES - Direcção-Geral do Ensino Superior, rede pública do ensino superior, Acedido agosto, 2012, em <http://www.dges.mctes.pt/DGES/pt/Estudantes/Rede/Ensino%20Superior/Estabelecimentos/Rede%20P%C3%BAblica/>.

Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência, ensino superior, acedido em abril 2013, em <http://www.dgeec.mec.pt/np4/18/>.

Eurostat - Gabinete de Estatísticas da União Europeia ensino superior, Tertiary educational attainment by sex, age group 30-34, acedido em abril 2013, em [http://epp.eurostat.ec.europa.eu/tgm/table.do?tab=table&init=1&plugin=0&language=en&pcode=t2020\\_41&tableSelection=1](http://epp.eurostat.ec.europa.eu/tgm/table.do?tab=table&init=1&plugin=0&language=en&pcode=t2020_41&tableSelection=1).

GEOE- Gabinete de Estágios e Observatório de Emprego da Universidade da Beira Interior, em <https://www.ubi.pt/SSL/GEOE.aspx>.

GPEARI - Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais, ensino superior, acedido em agosto 2012, em <http://www.gpearl.mctes.pt/>.

IEFP - Instituto do Emprego e Formação Profissional, I. P., em <http://www.iefp.pt/Paginas/home.aspx>.

MCTES - Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, em <http://www.mctes.pt/>.

OBESP - Observatório da Economia Social Portuguesa, em [http://pociq.mtss.pt/POCIQ/index.php?option=com\\_content&view=article&id=1571:observatorio-da-economia-social-portuguesa-obesp&catid=64:iniciativas-produtos-e-servicos&Itemid=155&lang=pt](http://pociq.mtss.pt/POCIQ/index.php?option=com_content&view=article&id=1571:observatorio-da-economia-social-portuguesa-obesp&catid=64:iniciativas-produtos-e-servicos&Itemid=155&lang=pt).

OBIPNOVA - Observatório da Inserção Profissional dos Diplomados da Universidade NOVA de Lisboa, em <http://www.unl.pt/pt/universidade/OBIPNOVA/pid=292/ppid=78/>.

Observatório de Emprego da Universidade do Minho, em <http://alumni.uminho.pt/Default.aspx?tabid=7&pageid=49&lang=pt-PT>.

Observatório do emprego da Universidade de Évora, em <http://www.observatorio-emprego.uevora.pt/sobre>.

Observatório do Emprego da Universidade do Porto, em [http://sigarra.up.pt/up/pt/web\\_base.gera\\_pagina?p\\_pagina=1001787](http://sigarra.up.pt/up/pt/web_base.gera_pagina?p_pagina=1001787).

OEIST - Observatório de Empregabilidade do Instituto Superior Técnico de Lisboa, em  
<http://oe.ist.utl.pt/>

OESE – Observatório de Estudos da Sociedade e Economia - Grupo ISLA, em  
<http://www.oese.unisla.pt/>

OIMT - Observatório de Inserção no Mercado de Trabalho do Instituto Miguel Torga, em  
<http://www.ismt.pt/index.jsp?vm=3x5>

OIVA-IPS - Observatório de Inserção na Vida Activa dos diplomados do Instituto  
Politécnico de Setúbal, em  
[http://www.ips.pt/ips\\_si/noticias\\_geral.ver\\_noticia?P\\_NR=5770](http://www.ips.pt/ips_si/noticias_geral.ver_noticia?P_NR=5770)

OPEST - Observatório dos Percursos dos Estudantes Universidade de Lisboa, em  
<http://www.opest.ul.pt/>.

Placement Office – ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa, em [http://iscte-iul.pt/en/servicos/insercao\\_profissional/apresentacao.aspx](http://iscte-iul.pt/en/servicos/insercao_profissional/apresentacao.aspx).

PORDATA – Base de Dados Portugal Contemporâneo, Alunos matriculados no ensino superior: total, por subsistema e por tipo de ensino – Portugal, acedido em setembro 2012, em  
<http://www.pordata.pt/Portugal/Alunos+matriculados+no+ensino+superior+total++por+subsistema+e+por+tipo+de+ensino-1019>.

PORDATA – Base de Dados Portugal Contemporâneo, Diplomados no ensino superior: total e por subsistema de ensino - Portugal, acedido em setembro 2012, em  
<http://www.pordata.pt/Portugal/Diplomados+no+ensino+superior+total+e+por+subsistema+de+ensino-214>.

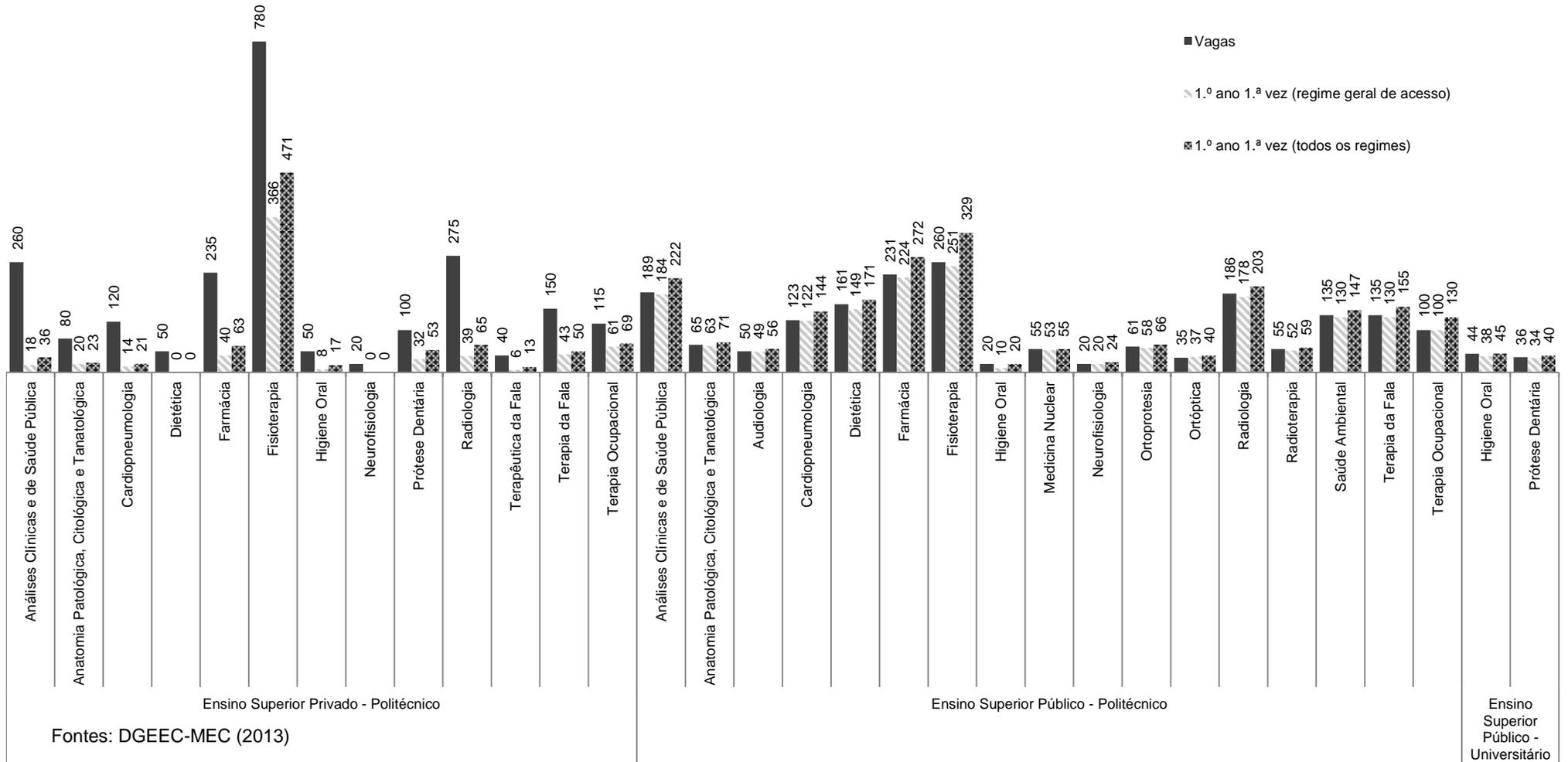
## **Anexos**

## Anexo I – Rede escolas públicas e privadas das áreas das Tecnologias da Saúde

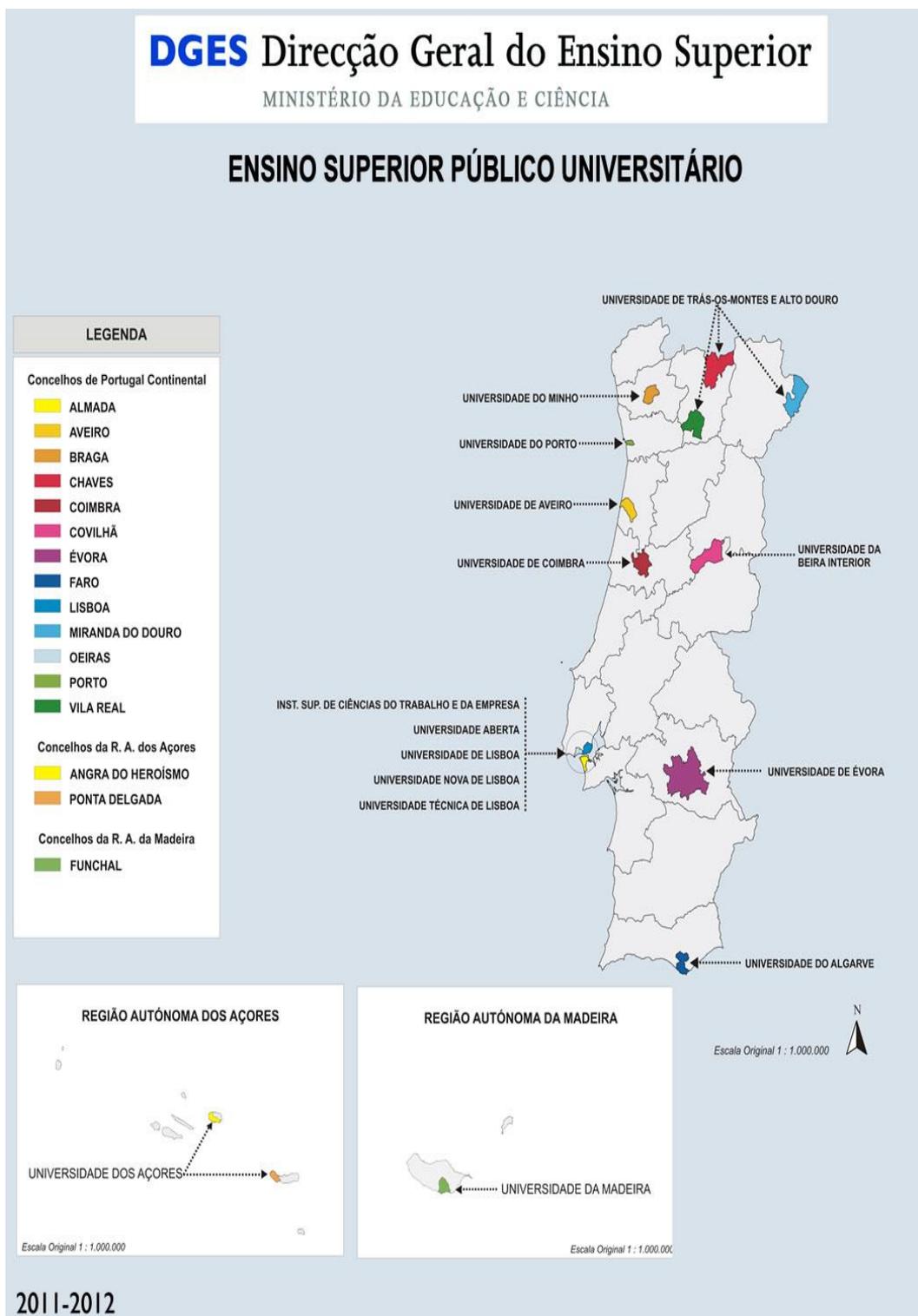
ENSINO	ESTABELECIMENTO DE ENSINO	CURSOS DE TECNOLOGIAS DA SAÚDE																	Total	
		ACSP	APCT	AUD	CPL	DT	FM	FT	HO	MN	NFL	ORP	ORT	PD	RD	RT	SA	TF		TO
Privado Politécnico	Escola Superior de Saúde da Cruz Vermelha Portuguesa	-	-	-	x	-	-	x	-	-	-	-	-	-	x	-	-	-	x	4
	Escola Superior de Saúde do Alcoitão	-	-	-	-	-	-	x	-	-	-	-	-	-	-	-	-	x	x	3
	Escola Superior de Saúde Egas Moniz	x	x	-	x	-	x	x	-	-	-	-	-	x	x	-	-	x	-	8
	Escola Superior de Saúde Jean Piaget - Algarve	-	-	-	-	-	x	x	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2
	Escola Superior de Saúde Jean Piaget de Vila Nova de Gaia	x	-	-	-	x	x	x	-	-	-	-	-	-	x	-	-	-	-	5
	Escola Superior de Saúde Jean Piaget de Viseu	-	-	-	-	-	-	x	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
	Escola Superior de Saúde Jean Piaget/Nordeste	x	-	-	-	-	-	x	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2
	Escola Superior de Saúde Ribeiro Sanches	x	-	-	-	-	x	-	-	-	-	-	-	-	x	-	-	-	-	3
	Instituto Politécnico de Saúde do Norte - Escola Superior de Saúde do Vale do Ave	x	-	-	x	x	x	x	-	-	x	-	-	-	x	-	-	-	-	7
	Instituto Politécnico de Saúde do Norte - Escola Superior de Saúde do Vale do Sousa	-	x	-	-	-	-	x	x	-	-	-	-	x	-	-	-	-	-	5
	Instituto Superior de Saúde do Alto Ave	x	-	-	-	-	x	x	x	-	-	-	-	x	x	-	-	x	x	8
	Universidade Atlântica - Escola Superior de Saúde Atlântica	x	-	-	-	-	-	x	-	-	-	-	-	x	-	-	-	x	-	4
	Universidade Fernando Pessoa - Escola Superior de Saúde	x	-	-	-	-	x	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	x	3
	SubTotal	8	2	0	3	2	6	12	2	0	1	0	0	3	7	0	0	5	4	55
Público Politécnico	Instituto Politécnico da Guarda - Escola Superior de Saúde da Guarda	-	-	-	-	-	x	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
	Instituto Politécnico de Beja - Escola Superior de Saúde	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	x	-	x	2
	Instituto Politécnico de Bragança - Escola Superior de Saúde de Bragança	x	-	-	-	x	x	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3
	Instituto Politécnico de Castelo Branco - Escola Superior de Saúde Dr. Lopes Dias	x	-	-	x	-	-	x	-	-	-	-	-	-	x	-	-	-	-	4
	Instituto Politécnico de Coimbra - Escola Superior de Tecnologia da Saúde de Coimbra	x	-	x	x	x	x	x	-	-	-	-	-	x	-	x	-	-	-	8
	Instituto Politécnico de Leiria - Escola Superior de Saúde de Leiria	-	-	-	-	x	-	x	-	-	-	-	-	-	-	-	-	x	x	4
	Instituto Politécnico de Lisboa - Escola Superior de Tecnologia da Saúde de Lisboa	x	x	-	x	x	x	x	-	x	-	x	x	-	x	x	x	-	-	12
	Instituto Politécnico de Portalegre - Escola Superior de Saúde de Portalegre	-	-	-	-	-	-	x	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
	Instituto Politécnico de Setúbal - Escola Superior de Saúde	-	-	-	-	-	-	x	-	-	-	-	-	-	-	-	-	x	-	2
	Instituto Politécnico do Porto - Escola Superior de Tecnologia da Saúde do Porto	x	x	x	x	-	x	x	-	x	x	-	-	x	x	x	x	x	x	13
	Universidade de Aveiro - Escola Superior de Saúde de Aveiro	-	-	-	-	-	-	x	-	-	-	-	-	x	-	-	-	x	-	3
Universidade do Algarve - Escola Superior de Saúde	x	-	-	-	x	x	-	-	-	-	x	-	-	x	-	-	x	-	6	
	SubTotal	6	2	2	4	5	6	7	1	2	1	2	1	0	6	2	4	5	3	59
Público Universitário	Universidade de Lisboa - Faculdade de Medicina Dentária	-	-	-	-	-	-	-	x	-	-	-	-	x	-	-	-	-	-	2
	SubTotal	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	2
Total		14	4	2	7	7	12	19	4	2	2	2	1	4	13	2	4	10	7	116

Fonte de dados: GPEARI, MCTES (2012)

**Anexo II – Vagas, matriculas - 1.º ano 1.ª vez, das áreas das Tecnologias da Saúde: público e privado (2011/12)**



### Anexo III – Mapa de Portugal com distribuição regional, do ensino superior público universitário



Fonte: DGES (2013)



## Anexo V – Identificação dos recursos necessários para a “criação do Observatório de Inserção Profissional dos Diplomados da ESTeSL”

### Recursos Humanos

- Coordenador(es) (Docente(s) da ESTeSL-IPL)
- 1 Técnico Superior dos quadros da ESTeSL-IPL (afeto sazonalmente)
- 1 Técnico Administrativo dos quadros da ESTeSL-IPL (afeto sazonalmente)
- Estagiários (das áreas de: Estatística, Ciências da Educação, Sociologia, e outros com interesse em investigação pelo tema inserção profissional)
- Investigadores

### Infra-Estruturas, Instalações e Equipamentos

- Sala equipada com mobiliário
- Telefones
- Impressora
- Computador
- Retroprojetor
- Scanner
- Consumíveis de escritório

### Equipamentos Técnicos

- Linhas telefónicas/internet
- Software para tratamento estatístico de dados - SPSS
- Software livre para aplicação de questionários online - Limesurvey
- Programas do Microsoft Office: Word, Excel, Outlook, PowerPoint, Access

### Custos/Receitas

O observatório será um serviço interno da ESTeSL, como tal não irá possuir personalidade jurídica ou fiscal. A gestão dos custos /receitas serão imputados às atividades a desenvolver pelo Observatório - refletidas na contabilidade da ESTeSL através da criação do centro de custo - observatório

- **Fontes de Receita:**
  - Resultantes do apoio à investigação - ESTeSL-IPL
  - Subsídios concedidos através da ESTeSL-IPL, de outras entidades públicas ou privadas, e de outras entidades patrocinadoras ou parceiras
  - Serviços prestados (trabalhos de consultoria), faturados pela ESTeSL
- **Custos:**
  - Despesas com a aquisição de dados ou bibliografia
  - Despesas com coordenação, deslocação ou representação do observatório
  - Despesas com participação em seminários ou congressos
  - Despesas com disseminação e divulgação dos projetos e seus resultados
  - Despesas com a produção científica e/ou técnica
  - Custos correntes com os espaços e equipamentos
  - Custos com o alojamento do observatório na página da ESTeSL ([www.estesl.ipl.pt](http://www.estesl.ipl.pt))

## Anexo VI – Guião de entrevista

**Tema:** Estudo Preparatório para a Criação do Observatório de Inserção Profissional dos Diplomados da ESTeSL

### Objetivos gerais:

- Identificar os motivos que levaram à implementação de um Observatório de Inserção Profissional de Diplomados do Ensino Superior;
- Conhecer as normas/regras de funcionamento de observatórios de inserção profissional de referência;
- Conhecer as atividades e estratégias de ação de observatórios de inserção profissional de referência;
- Estrutura ideal de um observatório de inserção profissional de diplomados;
- Identificar os recursos materiais, humanos e financeiros necessários para criação do observatório, tendo em vista a sua exequibilidade.

### Entrevistados:

Entrevistado 1, Instituição A

Entrevistado 2, Instituição B

Entrevistado 3, Instituição C

Dimensões de análise	Objetivos específicos	Tópicos
<b>A - Contextualização da discussão do tema Inserção profissional dos diplomados</b>	Discussão do tema Inserção profissional dos diplomados	<ul style="list-style-type: none"><li>• Massificação do ensino superior</li><li>• Aumento do n.º de diplomados</li><li>• Problemática da inserção profissional de diplomados</li></ul>
<b>B - Identificação dos fatores que conduziram à criação do observatório</b>	Recolher informação sobre as necessidades apontadas para a criação do observatório	<ul style="list-style-type: none"><li>• Como despertou o interesse pelo acompanhamento dos diplomados</li><li>• Os motivos da importância da criação do observatório</li></ul>
<b>C - Procedimentos para criação do observatório</b>	Recolher informação sobre requisitos e estrutura de funcionamento de um observatório	<ul style="list-style-type: none"><li>• Procedimentos institucionais e administrativos inerentes ao processo de criação do observatório</li><li>• Estrutura Serviços/pessoas de um observatório (Recursos físicos (espaço, infra-estruturas); Recursos humanos; Recursos técnicos)</li><li>• Apoios necessários para criação de um observatório (quem e como)</li></ul>
<b>D- Atividades desenvolvidas pelo observatório</b>	Recolher informação sobre a implementação do observatório	<ul style="list-style-type: none"><li>• Identificar as atividades desenvolvidas pelo observatório:<ul style="list-style-type: none"><li>– Acompanhamento do percurso dos diplomados; contacto com potenciais empregadoras;</li><li>– Realização de feiras, etc</li></ul></li></ul>
<b>E - Perspectivas futuras</b>	Recolher informação sobre atuação futura do observatório	<ul style="list-style-type: none"><li>• Saber se podem ser desenvolvidas outras formas de atuação/atividades</li><li>• Potencialidade de um observatório no futuro</li></ul>

**Perguntas:**

No ponto de vista da comunicação social, deparamos com discursos que enfatizam o lado negativo da situação dos diplomados do ensino superior em Portugal

1. Qual a sua opinião em relação a este tema?
2. No seu ponto de vista porque motivo a temática da inserção dos Diplomados se assumiu como campo de estudo científico em Portugal.
3. Quais os motivos que o levaram a identificar a necessidade da criação do observatório?
4. Em que consistem as principais atividades desenvolvidas pelo observatório?
5. O que é necessário para que o observatório desenvolva essas atividades, isto é, que características e formas de funcionamento o observatório tem?
6. Em termos gerais o que considera importante para se implementar um observatório?
7. E o que considera necessário para que um observatório possa funcionar da melhor maneira possível (requisitos; estrutura; apoios – de quem, e como)
8. Que outras atribuições poderão os observatórios assumir e desenvolver para além das que mantêm hoje, num futuro próximo?

## **Anexo VII – Entrevista 1**

### **Mestrado em Intervenção Sócio-Organizacional em Saúde**

**Trabalho de Projeto:** Estudo preparatório para a criação do Observatório de Inserção profissional dos diplomados da Escola Superior de Tecnologia da Saúde de Lisboa (ESTeSL), Instituto Politécnico de Lisboa.

**Local de realização:** Instituição de Ensino Superior A

**Entrevistado:** Entrevistado 1

#### **Objetivos gerais:**

- Identificar os motivos que levaram à implementação de um Observatório de Inserção Profissional de Diplomados do Ensino Superior;
- Conhecer as normas/regras de funcionamento de observatórios de inserção profissional de referência;
- Conhecer as atividades e estratégias de ação de observatórios de inserção profissional de referência;
- Estrutura ideal de um observatório de inserção profissional de diplomados;
- Identificar os recursos materiais, humanos e financeiros necessários para criação do observatório, tendo em vista a sua exequibilidade.

#### **Entrevista:**

No ponto de vista da comunicação social, deparamos com discursos que enfatizam o lado negativo da situação dos diplomados do ensino superior em Portugal

**P1:** No ponto de vista da comunicação social, deparamos com discursos que enfatizam o lado negativo da situação dos diplomados do ensino superior em Portugal. Mas nas áreas das tecnologias da saúde o número de candidatos é muito superior ao número de vagas disponíveis.

Em termos gerais, qual a sua opinião em relação a este tema?

**R1:** Bom, há várias formas de procurar responder a essa questão. Eu suponho que o que está a dizer é que face a uma situação, digamos, de alarme social relativamente às perspetivas de inserção dos diplomados, do ponto de vista lógico justificar-se-ia que os

diplomados procurassem menos a frequência do ensino superior. Se bem entendi, é um pouco esse paradoxo que está a procurar assinalar.

Antes de entrar na questão, não sei se é relevante saber se efetivamente ou não, digamos os horizontes profissionais dos diplomados são...digamos... confirmam os rumores trágicos acerca da situação dos diplomados que são um pouco...digamos fazem parte da doxa geral e que é difundida pelos meios de comunicação, sem entrar por esse tema percebendo ou não se de facto esses rumores, esse discurso é produzido pelos meios de comunicação e constitui no fundo a doxa dominante acerca da inserção dos diplomados corresponde ou não à realidade eu acho que se distancia da realidade até há um curto espaço...até um momento relativamente recente mas eu de facto acho que esse rumor é um rumor que realmente circula. A maior parte das pessoas entende, e arrisco dizer-lo, os próprios diplomados que ingressam no ensino superior presumem que a situação de emprego e de inserção dos diplomados é uma situação trágica, o que está longe de corresponder digamos às expectativas que esses diplomados teriam há alguns anos atrás, não é? E que em certa medida até podem deixar de ter uma vez que tenho ideia que a ideia que tem acerca das perspetivas da inserção é negativa...fortemente negativa. É um estudo que está por fazer nós não sabemos quais é que são por um lado as perspetivas que os diplomados tem acerca da sua inserção profissional antes de ingressarem no ensino superior, durante a frequência desse ensino e provavelmente depois de o concluírem. Também faltam informações sobre... exatamente os motivos que presidem à escolha do Ensino Superior pelo menos não são propriamente a existirem essas informações, não existirão propriamente estudos abundantes e geralmente são informações pouco publicitadas através de artigos científicos e menos ainda nos meios comunicação social... e portanto assumindo que de facto os diplomados entendem...pensam que a sua situação profissional... sua e dos seus colegas não será a mais fácil, realmente há...haveria um paradoxo na escolha do ensino superior. Porque é que há um número tão grande de indivíduos interessados em ingressar no ensino superior, inclusive, digamos, recuperando, um fluxo de acesso ou a procura do ensino superior que há alguns anos atrás havia recuado, como já deve ter notado. Eu creio que, quer dizer a resposta é dupla mais evidente, parece-me ser a que apesar de tudo os indivíduos entendem que não completando o ensino superior tem menos probabilidades de ter sucesso ao nível profissional do que se não o tivessem completado. A segunda parte da resposta eu acho que tem ver sobretudo com questões como eu disse ainda pouco aprofundadas sobre as quais temos pouco conhecimento que se prendem com facto de escolha do ensino superior ou justificações para a escolha do ensino superior não estarem longe de se findar, nos motivos profissionalizantes digamos ou seja por um lado os indivíduos entendem que encontram na posse de formação superior, na frequência de um curso universitário na sua conclusão, a

possibilidade de obterem digamos, por um lado formas de prestígio que tem a ver com própria obtenção do diploma, nomeadamente formas de capital simbólico que daí advém e por outro lado, estou em crer que em grande medida compensações que tem a ver com aspetos de natureza cognitiva, que entendem ser digamos um contributo para o seu enriquecimento intelectual para etc fatores que provavelmente estarão mais presentes nas escolhas do que ingresso no ensino superior, provavelmente mais presentes do que tendencialmente nós aceitamos, portanto é isto...sabem...em suma, que poderiam ser mais penalizados ainda no ponto vista profissional se não ingressassem no ensino superior que a prazo e a médio e a longo prazo, isto terá vantagens para sua inserção profissional e por outro lado porque há motivos, para ingressarem pelo ensino superior são extra profissionais digamos não tem ver diretamente com inserção no mercado, depois enfim há muitos outros aspetos que podíamos adicionar que convém aprofundar quer dizer eventualmente há um conjunto de autores que argumenta que a entrada no ensino superior, que a permanência no ensino superior funciona digamos como uma espécie de moratória, espécie de parque de estacionamento de desempregados a expressão não é minha e portanto a sua dificuldade de inserção no mercado, vão adiando esse ingresso no mercado de trabalho, eu acho que essa questão...essa forma de expor essa reflexão, que vem, digamos corroborar, dar mais força ainda aos argumentos trágicos é utilizada com pouca parcimónia, digamos, está por confirmar se de facto a ideia dos indivíduos ingressarem no ensino superior exatamente do número considerável passa por verificarem que não têm possibilidades de ingresso no mercado de trabalho então andam...à...vão adiando esse ingresso simplesmente para não se confrontarem com uma realidade desagradável, digamos, acho pouco...acho analiticamente muito pouco predico...é uma hipótese só.

**P2:** No seu ponto de vista porque motivo a temática da inserção dos Diplomados se assumiu como campo de estudo científico em Portugal.

**R2:** Eu creio...é assim...há muito por fazer na produção de conhecimento científico à cerca desta matéria, não é?... Quando a Patrícia, bem, quer, enfim, desenvolver um observatório...e inclusive desenvolve um estudo exploratório para revir a desenvolver um laboratório, para virem constituírem um laboratório, isso significa de facto que a produção científica sobre estas questões é muito deficitária em Portugal certamente...

**P2:** há um grupo muito pequeno que desenvolve este tema....

**R2:** isso...essa é uma das razões...mas, portanto, eu parto do princípio que é um domínio que tem havido digamos, uma pressão, um desejo expresso sobretudo pelas e reconhecidos pelas instituições de ensino na produção de estudos desta natureza, que não tem sido digamos, acompanhado por digamos pressões sociais, ou dos próprios

meios de comunicação no sentido de produção de melhor conhecimento, uma vez que segundo os seus pareceres não é só nesta matéria, mas em muitos outros a realidade social é transparente, e portanto, já sabem tudo o que tem a saber, não são necessários estudos, não se é necessário produzir informação. Realmente a verdade quando nos confrontamos com informação existente, ela põem causa grande parte das nossas pré-noções e daquelas que são divulgadas, portanto é a minha posição e creio que não sei se...sei que de facto é necessário produzirem-se mais trabalhos e trabalhos com muito mais qualidade sobre estas matérias, digamos que a escassez de trabalhos desta natureza é em parte, tem como consequência por exemplo, nós não conseguimos responder a não ser através um conjunto de hipóteses à primeira questão que formulou. Porque faltam trabalhos em quantidade, o que eu quero dizer em quantidade, bom, os trabalhos que existem, os que conheço são digamos trabalhos produzidos por algumas universidades portuguesas, trabalhos que raramente tem tido continuidade, portanto são, digamos uma espécie de estudos episódicos, pontuais que se vão fazendo sobre esta ou aquela coorte, portanto em muitos casos são poucos, são realizados por poucas escolas e muitos deles não tem continuidade...outros...é verdade...deixe-me só fazer este parentes...que grande parte deste trabalhos não são publicitados, pelo que ponho a hipótese, que lhe agradecia, enfim, que quando tivesse dados me informasse. Mas de grande parte dos estudos não serem publicitados e divulgados, eventualmente porque as escolas não tenham interesse que se conheçam os dados, o mais provável é que tenham dificuldade, por condicionantes, de entre as quais, eu acho que uma das mais relevantes, das quais é de dar importância é das pessoas estarem envolvidas terem pouco tempo para tomarem resoluções, resoluções acertadas. Mas em muitos casos, não tem, não tomam, digamos, não desenvolvem políticas de publicitação e portanto não chegam acordos sobre as políticas de publicitação dos dados que devem ser desenvolvidas, e portanto isso tem um reflexo, o facto dos estudos ficarem apenas no conhecimento de duas ou três pessoas que os realizaram nessas escolas. Portanto abrindo a hipótese para isto estar acontecer, para haver trabalhos que não chegam ao conhecimento publico nem ao conhecimento dos outros investigadores desta área, realmente os estudos são poucos, não tem continuidade e por outro lado tem baixa qualidade, não sei se me estou antecipar a outras questões, mas isso, digamos a qualidade tem sobretudo a ver com a baixas taxas de resposta, com existência de baixas taxas de resposta, com o facto do método de aplicação ser um método online que não permite controlar minimamente a representatividade da amostra, portanto um conjunto de indivíduos que entram para responder ao inquérito, o somatório destes dois aspetos baixa taxa de resposta, com o facto de não se controlar quem responde, não estar em condições de controlar quem escolhe responder, faz com que a informação perca grande parte da sua pertinência e qualidade, por outro lados os indicadores utilizados e as

questões que são formuladas, não tem, digamos, em muitos casos não são elaborados com devido cuidado, nem critério. Depois digamos que há uma qualidade que não tem tanto, uma falta de qualidade que não tem ver com os próprios instrumentos utilizados em cada caso singular, mas tem a ver com o facto dos indicadores e das dimensões utilizadas para a produção dos questionários, bem como próprios procedimentos de aplicação e de amostragem não serem partilhados e portanto a informação que é coligida, digamos produzida não pode ser, dificilmente pode ser comparada com as de outras escolas. E portanto, a possibilidade de produzir conhecimento cumulativo e comparativo sobre estes aspetos está longe de ser uma realidade.

**P3:** Quais os motivos que o levaram a identificar a necessidade da criação do observatório?

**R3:** bom, aqui, digamos duas...três grandes motivos, três motivos, um deles prende-se com a...digamos com ausência de um conhecimento detalhado sobre o qual destino profissional digamos dos alunos...a constatação que faltava dados sociologicamente relevantes sobre o destino profissional dos diplomados dos diferentes cursos, dos diferentes ciclos, etc...diferentes ciclos de ensino, portanto a universidade carecia desse conhecimento e portanto não podia digamos produzir digamos reflexões sobre a situação em se encontravam os indivíduos que tinham sido formados na universidade, portanto, tudo... todo conhecimento digamos cientificamente mais substantivo poderia ser produzido acerca desta população estava posto em causa, aqui uma preocupação de natureza, se quiser eu não encontro outro termo, talvez possivelmente haveria um melhor, há uma questão de natureza científica, uma preocupação de natureza científica que me interessa, no sentido de esclarecer, digamos melhor o corpo social, digamos acerca da situação em que se encontram os diplomados, neste caso de uma universidade concreta. Outra...uma segunda razão, uma razão de natureza digamos política e estonaria, ou seja a universidade precisa de dados acerca da situação da inserção dos seus diplomados para poder produzir opções no sentido da sua...se prendem sobretudo da sua oferta formativa, racionalizando-a, digamos também assumindo esse...a importância desse aspeto que é a inserção profissional dos diplomados e por outro podendo adequar os próprios currículos e as necessidades de desenvolvimento por exemplo de formações complementares, que obviam, digamos algumas limitações que alguns cursos carregam no ponto de vista da inserção que propiciam ou não propiciam. Uma terceira tem ver com a necessidade de responder à informação que é em termos que em meu ver não são corretos, solicitada pela tutela, em particular pela direção geral do ensino superior, pelo ministério da educação via agência de acreditação portanto, digamos são esses os três grandes motivos, mais importantes pelo menos. Aqui também, Patrícia deixe agora acrescentar, há um outro motivo que se

prende com o primeiro que, sentimos...e eu quando propus este observatório senti que era necessário também assumir este observatório, que este observatório deveria assumir também finalidade de se...de agregar a partir destes primeiros trabalhos desenvolvidos sobre a Universidade - A, uma série de outra escolas que pudessem partilhar os mesmos instrumentos de aplicação, portanto podendo enfim, o observatório também deveria funcionar como um polo agregador que permitisse ir homogeneizando, digamos os instrumentos de recolha de informação e por essa via permitindo a sua cumulatividade e comparação dessa informação, mas este é um desígnio que eu entendo que é mais, digamos que está mais...

**P3:** aqui não seria o observatório do ministério da educação, em que...

**R3:**...é possível que fosse, deveria ser , mas como digamos dentro da situação existente, face à situação existente parece que o...quer dizer as condições existentes neste momento fazem-me acreditar que...o ministério, quer dizer o ministério tem funcionado, agora ministério da educação, antes Ministério da Ciência do Ensino Superior tem funcionado a meu ver de acordo com enfim, com base do pressuposto que são as escolas do ensino superior que devem produzir a informação acerca da inserção dos seu diplomados e não o próprio ministério, o maior indício disso é o da agencia da acreditação coloca as questões às próprias escolas, não me parece que haja digamos pelo menos não é relevado qualquer, não é relevada qualquer intenção do ministério assumir uma espécie de protagonismo direto ou a partir de uma qualquer entidade sua, digamos sua subsidiaria no sentido de produzir informação. Parece que este é o indício que tenho, provavelmente, é claro que o ministério não é apenas uma única pessoa, portanto haverá provavelmente muitas formas de ver e de...e muitas posições sobre esta matéria mas indícios que temos, creio que há uma grande expectativa que sejam as próprias universidades a desenvolver esse esforço e portanto, digamos no ponto de vista realista parece-me que à partida seriam as universidades neste momento que deveriam protagonizar esse processo unindo-se, unindo.

**P4:** Em que consistem as principais atividades desenvolvidas pelo observatório?

**R4:** Neste momento a principal atividade é...prende-se com a produção de informação acerca da inserção dos diplomados das diferentes escolas, diferentes ciclos e diferentes cursos. A informação que se pretende é que seja o mais fiável possível...é representativa, nós partimos de alguns princípios de tentativa de representatividade estatística dos dados que produzimos e esse é objetivo sobretudo de produção de informação, embora haja outros objetivos em carteira que é justamente para poder traduzir isso para a própria universidade e portanto, pretende-se que o observatório progressivamente comece a ter como objetivo. Foi essa a pergunta que fez?

**P4:** as principais atividades?

**R4:**...como outra atividade, a própria...o aconselhamento à própria direção da universidade no sentido de desenvolver políticas concretas de facilitação da inserção. Neste momento estamos a descrever à própria produção de informação.

**P5:** O que é necessário para que o observatório desenvolva essas atividades, isto é, que características e formas de funcionamento o observatório tem?

**R5:** são necessários para desenvolvimento deste trabalho, enfim, assumindo que, este trabalho que realizamos, trabalho que entendo que um observatório desta natureza deve realizar, que é produzir informação extensiva sobre a situação dos diplomados no mercado de trabalho, exige um lançamento de um questionário, a realização de inquérito ou inquéritos ao longo do tempo, são necessários meios logísticos, nem sempre são fácil de conseguir, desde logo, salas, uma sala para aplicação dos inquéritos, não é fácil de conseguir, inclusive salas com condições com ligações telefónicas, etc, etc...não quer dizer que outros observatórios não possam encomendar esse estudo a empresas que aplicam inquéritos, no nosso caso em concreto e é difícil em falar em dois planos em simultâneo, o que observatório deve ter e o que o nosso procurou ter, o que é exigível, porque que necessitamos atendendo a que... às nossas particularidades, nós não...o trabalho, é um trabalho, que a aplicação dos questionários seja claramente supervisionada pela própria universidade e que seja realizada no próprio espaço da universidade, portanto são necessários espaços, um espaço que neste momento não é , digamos aquele que permite desenvolver um trabalho com o melhor enfim, qualidade no ponto de vista da aplicação, estamos a procurar melhora-lo, e também no ponto vista da celeridade, porque, porquê há um número limitado, menor do que queríamos de inquiridores, que podem estar a trabalhar em simultâneo, os inquiridores tem de estar concentrados na mesma sala e isso é forçoso, porque se estivessem distribuídos por várias salas e aconteceria ainda mais se tivessem distribuídos por vários polos, obrigaria a custos consideráveis uma vez que este inquiridores, aplicação do inquérito é acompanhada por supervisores, portanto, é possível manter, trabalhar apenas com dois supervisores, tendo apenas uma sala, significa se multiplicássemos o número de salas, era necessário multiplicarmos o número de supervisores, isto ampliaria bastante os custos. E portanto são necessários recursos logísticos, espaço, no nosso caso que fazemos aplicação telefónica, implica linhas telefónicas disponíveis, esse é um dos aspetos, por outro lado são necessárias, enfim, pessoas com vocação e interesse na área e com conhecimento da área, que permitam desde de garantir a construção do questionário com qualidade, acompanharem o processo de aplicação, construírem posteriormente bases dados, analisarem essa informação, de acordo com critérios enfim,

cientificamente comandados digamos, e produção de informação, quanto mais não seja gerando relatórios, portanto, é necessário pessoal, digamos, habilitado que alguns casos não existe e quando existe, são geralmente no caso das universidades, professores universitários que enfim, para realizarem este trabalho necessitam de roubar muito do seu tempo a outras atividades que lhes são exigidas, e das quais, digamos, depende a sua própria classificação. E portanto, um outro aspeto que é necessário, digamos, é uma vontade firme da universidade, da própria reitoria e das unidades orgânicas que a compõem, em despendem meios financeiros que permitam que um observatório funcione, e que se envolvam no próprio funcionamento do observatório, quanto mais não seja facilitando a cedência dos dados dos seus diplomados, construindo base de dados que permitem contactá-los telefonicamente, etc., portanto digamos são necessários estes três elementos, não é?... Puxaria o ultimo para o inicio, não tinha o discurso preparado, mas agora se fosse obrigado a reformulá-lo, eu diria que é necessário uma vontade firme da reitoria das unidades orgânicas que constituem a universidade onde observatório for implantado, beneficiado até eventualmente contribuindo para os seu custos de manutenção, meios logísticos, pessoal qualificado que conheça a área da inserção profissional, ou então que se procure investir muito nesse conhecimento e o que nem sempre é fácil, eu vou mesmo bater nesta tecla, nem sempre é fácil uma vez que o pessoal existente nessas condições raramente são enfim, os técnicos superiores, menos ainda os funcionários administrativos que compõe o corpo, fazem parte do pessoal da universidade, são geralmente docentes que tem neste momento o seu tempo muito muito coberto por um conjunto de outras atividades que não consegue deixar, deitar mão, aliás arriscar-me-ia a dizer, abrir um parentes que maior parte do sofrimento específico da profissão de docente universitário neste momento tem a ver com isso, o volume de trabalho que é exigido e a disparidade, e diversidade digamos de exigências, não é propriamente compatível com o tempo disponível que temos. Mas voltando a este aspeto...é isso, são estes três aspetos que me referi basicamente, avaria outros, eu poderia ser bastante mais específico e concreto, mas estes parecem-me que são três grandes elementos, digamos não são nada fácil de conseguir, não são nada fácil de conseguir, exige um trabalho enfim vasto que enfim só é passível de ser realizável, eu digo concretamente de muito esforço dos envolvidos, muito esforço que não é compensado, a não ser pelo conhecimento...pela noção que se está a produzir um conhecimento absolutamente necessário para gestão da universidade e que nalguns casos também digamos favorecido pelo facto das pessoas saberem que estão produzir informação relevante no plano científico que não existe, basicamente, de resto não existem outras compensações, pelo contrario, há bastantes agruras no desenvolvimento de um trabalho deste género.

**P6:** Em termos gerais o que considera importante para se implementar um observatório?

**R6:** São estes três aspetos que acabei de dizer, não....vontade firme das reitorias, das faculdades ou das unidades orgânicas que compõem a universidade, meios logísticos e também desde logo meios financeiros necessários, mesmo que se fazem grandes contrações de despesa e pessoal habilitado do ponto de vista científico.

**P7:** E o que considera necessário para que um observatório possa funcionar da melhor maneira possível (requisitos; estrutura; apoios – de quem, e como)

**R7:** eu avancei com proposta do observatório, cujo, enfim a estratégia de trabalho propus também, não é?, e isso, digamos teve nesse momento uma forte, um forte apoio da reitoria uma vez que se percebia absolutamente que a produção de informação a este nível era absolutamente vital, pelas razões que já enunciei à pouco, pelo ponto de vista da gestão, pelo ponto de vista da resposta aos pedidos de informação que emanavam da tutela, não é, portanto, enfim, recebeu o reconhecimento por parte da reitoria, da parte das faculdades, digamos, com algum esforço à posterior desenvolvido no sentido de ganhar o apoio das próprias faculdades para este efeito e acomodar também das necessidades específicas da informação que cada uma das faculdades tinha, e portanto foi este, digamos, a démarche inicial. No ponto de vista dos custos, eu creio que os custos estão incidir muito na universidade, que provavelmente era possível e desejável que se encontrassem outros patrocinadores que quisessem associar neste caso à Universidade - A em concreto assim, como seria necessário encontrar patrocinadores interessados em colaborar no ponto de vista financeiro neste projeto, se alargássemos, se os estudos viessem a desenvolver a nível nacional, mas não há digamos, disponibilidade das pessoas envolvidas para ainda avançarem para essa frente que é a captação de interesses e de apoios financeiros, portanto, todos estes aspetos, e eu vou bater muito nesta tecla, porque eu acho que é uma tecla, um aspeto central, que assim, nós temos que perceber até que ponto que estamos limitados de recursos humanos, de facto estamos limitados de recursos humanos e não é só indivíduos qualificados e quando eu refiro isto não é apenas a indivíduos qualificados para trabalharem nestas áreas mas também ao tempo que esses indivíduos tem essas, essa capacidade e essas competências dispõem para poder desenvolver trabalhos nesta área, e para irem, digamos, avançando para novas frentes, uma delas é captar interesses de financiamento, etc....o muito recai sobre poucos.

**P7:** Ainda nesta questão a estrutura em si, quantas pessoas o observatório tem?

**R7:** O observatório não tem nenhuma estrutura fixa, o observatório apenas digamos, tem duas, dois coordenadores e um ex aluno de um dos coordenadores, neste caso trabalha... está interessado trabalhar, em produzir trabalho científico sobre estas matérias inclusive a desenvolver a sua tese de mestrado em relação a estas matérias, tem

digamos um conhecimento, um conjunto de instrumentos para produção de bases de dados, para análise desses dados etc...trabalha em conjunto com os dois coordenadores, os coordenadores são ambos professores universitários como quaisquer outros tem conjunto de aulas para lecionar, um conjunto de atividade científica para desenvolver etc. O observatório tem apenas estes três pontos de apoio, no momento que é aplicado inquérito são então chamados para se juntar a nós digamos um conjunto de inquiridores, neste caso são alunos da universidade que vem aplicar o inquérito, portanto os inquiridores passam uma formação, por um acompanhamento que também é feito pelos próprios coordenadores, ainda em sito durante a aplicação do inquérito vão sendo acompanhados por dois supervisores, que também são formados pelos coordenadores do observatório, portanto, digamos que a máquina vai sendo montada e desmontada anualmente no sentido perceber esta inquirição

**P7:** as pessoas são remuneradas?

**R7:** quais?, os coordenadores não são remunerados

**P7:** os outros?

**R7:** são remunerados, os inquiridores são remunerados à peça, ou seja, por cada inquérito realizado recebe um x, os supervisores são remunerados através de um montante fixo mensal, são pagos durante o tempo que inquérito decorre, o calculo para sua remuneração são feitos com base num mês, mas eles são pagos no final.

**P8:** Que outras atribuições poderão os observatórios assumir e desenvolver para além das que mantêm hoje? (em geral)

**R8:** Eu não posso falar nos observatórios existentes, nomeadamente o da universidade do Porto, consiste num observatório, tem esse nome, como eu lhe disse, era de todo vantajoso que estes observatórios, vou falar sobretudo do nosso pudessem traduzir e ajustar a informação que vão recolhendo às necessidades de gestão das próprias instituições nomeadamente no plano na oferta formativa, mas na realidade é também digamos de assumir um papel na publicitação dos dados que recolhem um publico mais geral e em particular aos meios de comunicação, e portanto devem assumir um papel duplo para além do da produção da informação, um papel crescente no ponto de vista da sua publicitação publica e no ponto vista do acompanhamento dos órgão de gestão da universidade, no sentido que as políticas de desenvolvimento das universidades tenham também em conta os objetivos de facilitar a inserção dos seu diplomados. Agora esses dois...essas duas finalidades ou funções suplementares, digamos, suplementares na recolha de informação, lida neste momento de facto com a considerável falta de recursos, é isto praticamente.

## **Anexo VIII – Entrevista 2**

### **Mestrado em Intervenção Sócio-Organizacional em Saúde**

**Trabalho de Projeto:** Estudo preparatório para a criação do Observatório de Inserção profissional dos diplomados da Escola Superior de Tecnologia da Saúde de Lisboa (ESTeSL), Instituto Politécnico de Lisboa.

**Local de realização:** Instituição de Ensino Superior B

**Entrevistado:** Entrevistado 2

#### **Objetivos gerais:**

- Identificar os motivos que levaram à implementação de um Observatório de Inserção Profissional de Diplomados do Ensino Superior;
- Conhecer as normas/regras de funcionamento de observatórios de inserção profissional de referência;
- Conhecer as atividades e estratégias de ação de observatórios de inserção profissional de referência;
- Estrutura ideal de um observatório de inserção Profissional de Diplomados;
- Identificar os recursos materiais, humanos e financeiros necessários para criação do observatório, tendo em vista a sua exequibilidade.

#### **Entrevista:**

No ponto de vista da comunicação social, deparamos com discursos que enfatizam o lado negativo da situação dos diplomados do Ensino Superior em Portugal.

**P1:** No ponto de vista da comunicação social, deparamos com discursos que enfatizam o lado negativo da situação dos diplomados do ensino superior em Portugal.

**R1:** Qual a sua opinião em relação a este tema?

Do ponto de vista que eu vejo...nós para discutirmos isso precisamos ter uma visão, que é assim uma visão mais...mais diacrónica da situação dos licenciados em Portugal, não é, o que acontece é que, quando na década de 60, você tinha 80.000 estudantes universitários, nem me lembro exatamente se era esse o valor, mas se não era, era menos que isso, bem menos que isso, o que é que você tinha, tinha uma situação altamente favorável, ou seja você tinha pouquíssimos alunos no ensino superior,

portanto, havia de alguma forma, uma clara articulação entre o que eram as formações de ensino universitárias e aquilo que era o mercado de trabalho, para além que nós sabemos quem é que estava na universidade nessa altura, que eram fundamentalmente os indivíduos que vinham de uma burguesia ou com grande capital cultural ou com grande capital económico na maior parte dos casos as duas juntavam-se. Bom, o quê que você vai ter a partir da década de 80, vai ter a explosão brutal ao nível do ensino superior, você neste momento tem 300.000 e tal alunos a frequentarem o ensino superior, ou seja a velocidade a que são formados os jovens não acompanha a velocidade a que são criados empregos na economia, ora bom, o quê que isto vai fazer, isto vai criar de facto uma situação, em que o ritmo de crescimento do emprego está muito mais lento, do que o ritmo de produção das classificações de nível superior, simultaneamente nós temos uma situação então neste caso absolutamente particular que é uma enorme crise do ponto de vista do emprego, não é, o quê que a gente sabe, é que, os jovens são em momentos de alta e de crescimento do desemprego são os jovens os primeiros a ser afetados pela situação de desemprego, isto quer dizer o quê, de facto nós temos uma situação, quê não é uma situação de todo fácil, quando você diz e os media dizem, e vem todo o discurso que há licenciados a mais, que é isso que não vale apenas formar mais licenciados, nós aqui temos se quiser várias ordens de argumentos, por um lado é uma lógica de manutenção de privilégios, é assim objetivamente a quem é que favorece e a reintrodução forte de números clausus, favorece tendencialmente aqueles que se encontram numa situação mais privilegiada do ponto de vista social e económico e cultural, não é, o que quer dizer que esse discurso é uma tentativa por parte dos media que reflete posições dominantes do ponto de vista da sociedade e que corresponde a uma tentativa de manter o mais possível e controlar o mais possível a produção das elites, em boa verdade não interessa a ninguém este número brutal de alunos no ensino superior, certo, efetivamente eles estão a competir com os outros por direito e por herança consideram que aquele seria o seu lugar, bom, isto cria de facto um discurso, é um discurso de que estamos a produzir licenciados a mais e por ai fora, e quando nós temos das taxas mais reduzidas de licenciados, convém não se esquecer, eu já deveria ter visto mas ainda não vi, que em 2001, nós tínhamos tantos licenciados como analfabetos, todo o discurso que diz que há licenciados a mais é claramente um discurso ideológico e que está ao serviço dos interesses de uma determinada...dos grupos mais elitizados e que de facto não geram bem aquilo que é a concorrência com número acrescido de estudantes, não é, portanto, eu...é um discurso no qual eu não me revejo de modo algum e que acho que é um discurso que não tem em conta o principio da democracia, não é, o acesso democrático e da tentativa de instituírem uma igualdade de oportunidades, no acesso à educação, nomeadamente no

acesso ao ensino superior, portanto isso é claramente um discurso onde se reflete as tensões e os interesses de classe.

**P2:** No seu ponto de vista porque motivo a temática da inserção dos Diplomados se assumiu como campo de estudo científico em Portugal.

**R2:** Primeiro, a temática de inserção profissional é uma coisa recentíssima comparada com aquilo que aconteceu com outros países, onde há já uma considerável tradição nomeadamente do lado dos franceses e mesmo do Anglo-saxónicos que já na década de 80 faziam o acompanhamento com metodologias diferentes mas da inserção de coortes de alunos que acabavam a sua formação, qualquer que fosse o nível, porque que ela vem para Portugal, ela vem a Portugal e porque que ela surge nos outros países, essa temática surge precisamente quando os jovens começam a ter problemas do ponto de vista da sua inserção no mercado trabalho, aliás os primeiros estudos, nomeadamente em França são feitos sobre os jovens com menores qualificações, porquê? Porque eram aqueles que tinham mais dificuldades e que hoje tem mais dificuldades em se inserirem no mercado de trabalho. A passagem para os licenciados decorre do aumento das dificuldades da inserção dos licenciados no mercado de trabalho, portanto, isto tem, isto é se você quiser a transformação de um problema social que é o desemprego num problema sociológico, que é o estudo da inserção, no essencial, não sei se respondi, não sei se quer saber mais alguma coisa, mas no essencial é isso, se reparar, os estudos sem serem, os poucos estudos que são feitos pelo ministério da educação, os estudos que nascem do lado mais da comunidade científica, eles são fundamentalmente orientados para os licenciados...graduados do ensino superior e não para os outros níveis de ensino.

**P3:** quais os motivos que o levaram a identificar a necessidade da criação do observatório?

**R3:** Bem, o observatório, isto tem uma história, porque a minha entrada nesse campo surge ainda antes da criação do observatório, portanto, eu vou...eu sou convidada pelo Prof. A, na altura que ele era vice reitor e o reitor era o Prof. B, eu fui convidada pelo A para fazer o primeiro estudo de inserção dos diplomados da universidade X, que aliás em boa verdade foi o primeiro a ser feito em Portugal e simultâneo...e depois quando entra uma nova equipa reitoral que é com o Prof. C só nesta altura é criado o observatório dos percursos dos estudantes que contempla uma dupla vertente se quiser, que é, por um lado na universidade e equipa reitoral não estava satisfeita com os dados que existiam sobre as características dos nossos estudantes, nós não sabíamos quem eles eram, quais eram os percursos, qual era origem social, quais eram as habilitações dos pais, nós não tínhamos, essa informação como você bem se lembra, vocês

preenchem quando se matriculam uma fichinha com os dados muito reduzidos, que depois vai para o ministério da educação, consoante o nome que ele tem na altura, não é, e o que nós fizemos foi, eu como já estava com parte da inserção, eu fui, digamos assim chamada para estar na origem deste observatório X, tem então as duas vertente, é uma de caracterização dos nossos alunos, quem eles são, de onde vem, permite todos os anos que tenhamos um retracto de todos os alunos que entram no 1.º ano, qualquer que seja o ciclo, licenciatura, mestrado ou doutoramento e por outro lado a parte mais orientada para questões da inserção profissional, em que, pronto sou eu que estou de alguma forma à frente disso, não é, e que...e a preocupação é, a preocupação da universidade com o saber o que andam a fazer os seus licenciados, não é, e que tem a ver com várias lógicas, e uma que é digamos assim uma preocupação genuína, não é, de saber o que está acontecer, não é, situação que eles tem, e de alguma forma tem por objetivo a capacidade de ser um retorno, desta informação retornar às unidades orgânicas para poderem ser pensadas as ofertas formativas, não é, e depois tem muito, muito a ver com o nosso... portanto, quando nós fizemos os primeiros inquéritos, era esta digamos assim a orientação primeira e única que era saber como é que eles estavam, como é que tinha sido o percurso deles no mercado de trabalho e devolver isso, esses resultados às unidades orgânicas, neste momento e como você sabe, há uma pressão crescente para que as universidades se responsabilizem pelos seus alunos, como o problema na colocação dos alunos no mercado não fosse um problema da economia, mas é sim um problema de formação, que se inscreve dentro de uma lógica, que é de não questionar a estrutura económica e modelo de organização do capital, mas sim transferir as responsabilidades para educação e para a formação, os jovens estão desempregados é porque estão a mais ou não precisos ou porque há excesso de diplomados, ou porque não tem a formação adequada, pronto, deviam todos estar nas ciências e por ai fora, portanto toda...digamos, há um transfere de responsabilização acrescida da universidade pela situação pelos seus graduados, não é, e por outro lado uma pressão enorme para que esses dados estejam produzidos, por questões de avaliação externa, tem ver com agência, com aquilo que são os critérios depois das avaliações internacionais, e por ai fora e que tem aqueles indicadores standardizados e que é preciso responder, digamos que, aquilo que foi uma intencionalidade nobre, neste momento é muito resposta a pressões, pressões externas, quer dizer, não quer dizer que nós não compagine as duas abordagens, mas estes observatórios, muitos deste observatórios que tem estado a surgir nos últimos tempos são claramente uma forma de responder aquilo que são as solicitações, por um lado às A3ES e depois obviamente uma fase de extraordinária dificuldade por parte das universidades isso também é utilizado por uma forma de marketing, não é, poder dizer que temos 90% dos nossos graduados a trabalhar é uma coisa, na sua área de

formação e empregados é claramente um cartão de visita excelente, não é, e uma publicidade ótima à instituição que divulga esses dados.

**P4:** Em que consistem as principais atividades desenvolvidas pelo observatório?

**R4:** o que a gente faz todos anos, esse sistema neste momento já está completamente informatizado, que é os alunos quando se matriculam pela primeira vez na universidade tem de preencher essa ficha, em sistema informático, nós depois tratamos ficha de caracterização dos estudantes que ingressam pela primeira vez em...nos três ciclos de formação, depois temos sobre a tutela, sobre o chapéu do observatório X temos estudos que vamos desenvolver como insucesso escolar, nós agora tivemos um projeto sobre as questões sobre o insucesso escolar e depois temos a parte da inserção que neste momento está a ser montada dentro de uma lógica, que é uma lógica de rotinização precisamente para poder responder A3ES fundamentalmente e mas não só, portanto aplicação anual ou trianual de inquéritos de inserção aos graduados, começamos pela licenciatura, vamos estender agora aos mestrados e aos doutoramentos.

**P4:** Antes não faziam aos mestrados?

**R4:** Não, porque os mestrados tinham há 5 anos atrás tinham um peso reduzidíssimo, não é, os mestrados só se generalizam a sério com Bolonha, não é porque, antes eram ainda...era aos licenciados...só fazíamos aos licenciados, que era de facto o grande corpo, quando nós começamos a fazer era o grande corpo de estudantes, eram os licenciados.

**P4:** uma outra questão. O corpo de Mestrados da universidade X é quase igual aos dos licenciados, não, é inferior a esse.

**R4:** Não, não sei, por acaso é uma boa pergunta, até podia ver, também não me lembro que engraçado, mas esses dados se for à página do observatório X , esses dados estão todos, agora depende muitos das unidades orgânicas por exemplo no instituto de educação a larguíssima maioria é a formação Pós-graduada, nós temos mais mestrados e doutoramentos do que temos licenciatura, nós só temos uma licenciatura, não é, portanto...neste momento não sei...na educação também eles tem que ter... nós temos cursos para professores e todos eles tem de ter mestrado, portanto, provavelmente deve andar *fifty-fifty* às tantas.

**P5:** O que é necessário para que o observatório desenvolva essas atividades, isto é, que características e formas de funcionamento o observatório tem?

**R5:** É pá, o nosso observatório digamos que, é...ele não por exemplo tem nenhum funcionário afeto e é verdade que, o facto de passarmos a utilizar plataformas tornou

tudo muitíssimo mais fácil, plataformas informáticas não é, porque diminuiu consideravelmente o trabalho que é necessário afetar a isto não é, se eles preenchem é logo exportado para SPSS ou para Excel há uma pessoa que é da garantia da qualidade que faz os apuramentos, preenche os quadros, nós no nosso lado fazemos uma introdução e uma análise e fica feito, pronto, exatamente o que aconteceu agora com os inquéritos à inserção dos licenciados, neste caso conseguimos ter uma bolseira, como eles foram respondidos online, o trabalho foi fundamentalmente trabalhar a base dados, produzir a informação e agora escrever sobre ela, que dizer que nós temos muito poucos recursos mas que nesta altura não sei se será possível aumentar mas que inviabiliza uma coisa por exemplo a Nova faz que é por conseguir por inquéritos telefónicos ter amostras representativas pelo menos por unidade orgânica, uma coisa que nós agora neste estudo não conseguimos, não conseguimos ter porque não temos suficientemente monitorizado o problema dos correios eletrónicos, os endereços eletrónicos, o que nós estamos neste momento a fazer é um forcing para que todas as unidades orgânicas tenham, atualizem na altura quando eles terminam a formação, atualizem, e vem buscar os certificados, atualizem os endereços eletrónicos, porque nós a partir de aí conseguimos, vamos conseguir claramente aumentar as taxas de resposta, porque nós temos o problema que todos alunos tem um endereço, que é o endereço campus, quando eles se matriculam pela primeira vez, é lhes atribuído um endereço, o problema é que eles fazem...há unidades orgânicas onde eles fazem muito pouco uso desses endereços, em medicina não usam, em farmácia não usam, portanto, usam é os particulares, não é, a lista que a gente tem, por exemplo determinadas unidades orgânicas é unicamente exclusivamente o endereço campus, o oficial, e isso depois torna extraordinariamente difícil a recolha dados, mas isso é um procedimento que está a ser neste momento a ser feito ao nível das unidades orgânicas, portanto, na próxima vez será, será mais fácil termos amostras, pelo menos mais próximas da representatividade, nomeadamente em certas unidades orgânicas. Agora nós trabalhamos com muito poucos recursos, de facto não temos um dispositivo, quer dizer, pessoas que trabalham nisso, como é uma atividade sazonal, nós não temos ninguém afeta claramente obs...

**P5:** vocês fazem tipo um inquérito todos os anos aos diplomados?

**R5:** sim estamos a introduzir essa...

**P5:** antes não?

**R5:** antes não, fazíamos de 5 em..., fazíamos ao final de 5, quer dizer que nós conseguimos apanhar os que tinham acabado 1 ano, 2 anos, 3 anos, 4 anos e 5 anos, neste momento vamos fazer, vamos fazer, anualmente, exato anualmente.

**P5:** E acha que se justifica um questionário de ano a ano?

**R5:** quer dizer, é assim, justifica-se por uma razão que é do ponto de vista científico e utilizando sempre o mesmo instrumento nós vamos conseguir monitorizar perfeitamente as alterações que ocorrem ano a ano, não é, por outro lado nós nunca sabemos quando é que vão ser pedidos dados para o curso A, X, Y ou Z, não é, por tanto o que nós decidimos fazer foi de facto fazer, fazer todos anos e lançar...e a partir do momento consigamos ter os endereços todos validados, não é, a coisa torna-se extraordinariamente fácil de fazer.

**P5:** assim é mais fácil porque tem os endereços pessoais que as pessoas não alteram.

**R5:** exatamente os pessoais, já ouve uma altura que se mudava muito, logo no início pessoal mudava fartava-se de mudar, neste momento os endereços estão muito estabilizados, uma pessoa praticamente tem um endereço para o resto da vida, não é, portanto fica muitíssimo mais fácil contactar-se as pessoas, não é. Para além que isso do ponto vista dos recursos fica...diminui consideravelmente os custos não é, fica a base, fica automaticamente feita, não precisamos de uma pessoa a introduzir questionários como acontecia mil e tal ou dois mil, como acontecia antigamente.

**P5:** E vocês conseguem ver que esse questionário é só respondido uma única vez?

**R5:** Nós conseguimos controlar isso, geramos...temos um mecanismo de controlo... e também à partida quem é que vai por a responder, as pessoas já tem tanta coisa para responder, tomara a nós que respondessem uma vez, efetivamente a probabilidade de alguém querer fazer um segundo questionário é quase uma improbabilidade.

**P5:** Mas dizer por exemplo que os questionários seriam falsos, que seria a instituição a responder, por exemplo...pausa

**P5:** As atividades, isto é, que características e formas de funcionamento o observatório tem?

**R5:** Pronto, nós temos uma estrutura híper flete, em que, pronto, funciona assim de facto, não temos, não temos pessoal adstrito, na pratica como três pessoas, sou eu, o Prof. A e Prof. B.

**P5:** Docentes?

**R5:** Elas são investigadoras do Z e eu sou docente aqui e a Prof. A também é vice-reitora e que tutela o observatório X.

**P6:** Em termos gerais o que considera importante para se implementar um observatório?

**R6:** Primeiro vontade Política...sem a vontade da equipa reitoral, quer dizer, depende, nós aqui estamos a falar de uma coisa que é feita ao nível da universidade, não faz sentido ter observatórios a nível de cada unidade orgânica, não é, portanto a primeira coisa é que a universidade, a equipa reitoral tenha vontade em que exista um observatório, não é, em segundo lugar eu tenderia a dizer que depois... segundo aspeto fundamental é que não existem bloqueios por parte das unidades orgânicas, nomeadamente no fornecimento das listas dos contactos, portanto, quando isso não está centralizado ao nível da reitoria...não sei no vosso caso como é que o politécnico funciona?

**P6:** É solicitado às unidades orgânicas, no caso na unidade orgânica onde eu trabalho, também faz essa recolha, também temos tal inquérito, também temos os dados de caracterização logo de início, depois enviamos esses dados, os serviços académicos enviam esses dados ao instituto

**R6:** Pronto, mas isso nem sempre é uma questão pacífica, não é, ainda por cima, porque, pronto depois é a questão do sigilo, ui aqui trabalhamos com Direito, para Direito é tudo muito complicado, é preciso que não existem entraves e bloqueios por parte das unidades orgânicas, não é, depois uma outra coisa, no nosso caso, e porque como nós funcionamos via... não fazemos inquéritos via telefónica, é a questão que eu lhe estava a dizer, temos de assegurar que os endereços de correio eletrónico são, estão o mais atualizados possíveis, depois de facto ter, é ter o mínimo de recursos para que isso possa ser, possa ser implementado não é, que é na prática um trabalho, um trabalho de...de operacionalização do questionário, isto é, os questionários online tem uma forma de ser construídos e por exemplo eu domino mas não tenho tempo para fazer isso, porque é uma coisa relativamente demorosa, portanto, quer dizer, depois tudo o que são os apuramentos genéricos por exemplo quando nós conciliamos, faz todo o sentido haver uma pessoa esteja a ver, existirem recursos que permitam desenvolver esse processo não é, que serão antes de mais quantas for a opção da aplicação dos questionários não é.

**P6:** como estava a dizer que eram três pessoas, quem faz esse trabalho?

**R6:** Esse trabalho, agora foi uma bolseira, nos outros anos uma pessoa da reitoria dos serviços administrativos, entre muitas outras coisas fazia pronto, fazia esse trabalho e muito dele era feito por mim, quando conseguia ter mais tempo do que tenho agora.

**P6:** Então acha necessário ter um técnico administrativo para...

**R6:** não precisa de estar afeto o tempo todo, mas naquelas alturas, que é altura de lançar o questionário no nosso caso, não é, lançar o questionário online fazer o

acompanhamento e fazer os apuramentos básicos, impor, fazer os quadros e todo aquele trabalho, que é um trabalho que demora tempo, não é, e que isso é absolutamente fundamental, quer dizer de facto ficar só centrado em nós, nós somos nós as três, quer dizer nós fazemos a parte escrita, agora não, e de análise não temos tempo para o outro tipo de trabalho, fazemos muito, fazemos toneladas de outras coisas, não é, para além que isto é um trabalho e para ónus que nós não temos, isto não diminui na carga horária letiva, pronto, não se reflete em nada, é assim, é um dos meus voluntariados, claramente um dos meus voluntariados.

**P7:** E o que considera necessário para que um observatório possa funcionar da melhor maneira possível (requisitos; estrutura; apoios – de quem, e como)

**R7:** Eu acho de qualquer forma já lhe respondi a isso, não é, agora é assim quanto mais... e eu aqui...e foi essa a nossa conceção do observatório X, ainda não está...a nós interessa-nos as entradas, o durante, os percursos e as saídas, nós só estamos a conseguir dar conta das entradas e das saídas. Agora quanto mais se quiser que esse, o observatório não tenha só um carácter instrumental mas seja também um espaço, um órgão, não é um órgão, mas pronto...de produção de conhecimento que permita que as unidades orgânicas pensam sobre os seus alunos, não é, isso é um potencial enorme, você pode por o observatório por exemplo a monitorizar o insucesso e o abandono e isso quanto mais for...pode a estudar as condições de vida dos estudantes, há n coisas que o observatório pode fazer, sem ficar só restrito à questão das saídas profissionais, pronto, e foi essa tentativa que nós tivemos, foi claramente não criar uma estrutura que pensasse única e exclusivamente na questão das saídas, agora quanto mais foram as adições, maiores tem que ser os recursos, não é, o que torna difícil numa altura, quer dizer, o que torna extraordinariamente difícil numa altura destas de contenção imensa...financeira.

**P8:** Que outras atribuições poderão os observatórios assumir e desenvolver para além das que mantêm hoje?

**R8:** digamos que trabalho, quer dizer que campos de produção e de conhecimento não faltam, não é.

**P8:** ... costuma fazer feiras de emprego...

**R8.** Não, isso é um trabalho que está descentralizado na universidade, ao nível das ..., ou dos gabinetes de apoio, é um trabalho que está muito descentralizado, se quiser, isto um lado, e por outro temos uma situação que eu já referi à pouco, que é, nós somos uma universidade que tradicionalmente produzimos, portanto formávamos jovens para o emprego público, quer dizer, nós formamos, o peso desta universidade é o quê a

faculdade de X fundamentalmente para o ensino, a próprias ciências, a faculdade de Z tem um peso enorme de formação de professores, a medicina forma médicos para onde eles vão, emprego público, portanto, aquilo que são, digamos as unidades orgânicas com muito peso em termo número de alunos sempre formaram...isto sempre foi uma universidade dentro daquela lógica napoleónica, não é, de formar quadros para o estado, o que quer dizer que, durante muito tempo e tendo em conta esta nossa... tipo de formação não houve uma preocupação com a questão do emprego, a mudança por exemplo de termos mais peso de alunos neste momento do sector privado, ter mais peso do que o sector público do ponto de vista do emprego dos licenciados, daqui da universidade X é uma coisa que só se verifica em 2008, porque até a maioria dos nossos estudantes estavam no sector publico, portanto isto cria, é diferente das outras universidades que tendencialmente sempre formaram...o peso das formações para o privado, por exemplo no seu caso do ISCAL não formava para o sector público, formava fundamentalmente para empresas, não é, são lógicas que neste momento nós estamos a ter necessidade de repensar por que as coisas estão, estão a mudar extraordinariamente, ainda não tivemos uma particular relação com as empresas, quer dizer a empresa era o estado...isto agora neste momento está tudo a sofrer uma, uma grande alteração, não é, portanto e grande parte destas questões que me estava a colocar, tendencialmente são questões com que nós vamos que vamos que pensar o emprego publico é cada vez mais escasso.

**P8:** Vão ter que mudar o conceito de observatório?

**R8:** Não, isso não diria, não, é assim o observatório tem uma matriz muito científica, pronto, isso para mim é clarinho, enquanto estiver esta equipa reitoral, depois não sei o que vai acontecer, quando a equipa reitoral mudar, agora acho que isso é muito mais outro tipo, digamos assim de funções que atualmente até pode ser, até pode ser do observatório desde que tenha recursos para isso, estava a lembrar o que é uma, uma...um organismo em Itália que se chama ... e que congrega imensas, congrega quase todas universidades publicas italianas e são eles que fazem a monitorização do próprio estudo da inserção no mercado de trabalho mas simultaneamente tem uma outra vertente que é tem uma bolsa de emprego brutal, é assim uma coisa extraordinária, mais como aquilo já tem muitos anos, digamos, já há uma tradição quer por parte das empresas, que por parte dos próprios alunos e ex-alunos de usarem aquela plataforma, isto par dizer o que é possível que possamos caminhar para uma situação destas agora, caminhar para uma situação dessas, implica necessariamente mais recursos, uma coisa dessa não pode ser feita na base do voluntariado individual, por isso requer estabelecimento de contactos com empresas, não é, uma relação de maior proximidade, rentabilizar aquilo que são os contactos de todas as unidades orgânicas de alguma

forma tem mas que utilizam de uma maneira muito informal, não é, portanto isso implica todo um trabalho que, quer dizer que é um trabalho para ser feito, precisa de ter, antes de mais recursos.

**P8:** e parte financeira.

**R8:** e parte financeira também pois claro, pois.

### **Anexo IX – Entrevista 3**

#### **Mestrado em Intervenção Sócio-Organizacional em Saúde**

**Trabalho de Projeto:** Estudo preparatório para a criação do Observatório de Inserção profissional dos diplomados da Escola Superior de Tecnologia da Saúde de Lisboa (ESTeSL), Instituto Politécnico de Lisboa.

**Local de realização:** Instituição de Ensino Superior C

**Entrevistado:** Entrevistado 3

#### **Objetivos gerais:**

- Identificar os motivos que levaram à implementação de um Observatório de Inserção Profissional de Diplomados do Ensino Superior;
- Conhecer as normas/regras de funcionamento de observatórios de inserção profissional de referência;
- Conhecer as atividades e estratégias de ação de observatórios de inserção profissional de referência;
- Estrutura ideal de um observatório de inserção profissional de diplomados;
- Identificar os recursos materiais, humanos e financeiros necessários para criação do observatório, tendo em vista a sua exequibilidade.

#### **Entrevista:**

No ponto de vista da comunicação social, deparamos com discursos que enfatizam o lado negativo da situação dos diplomados do ensino superior em Portugal

**P1:** No ponto de vista da comunicação social, deparamos com discursos que enfatizam o lado negativo da situação dos diplomados do ensino superior em Portugal.

Qual a sua opinião em relação a este tema?

**R1:** Portanto, em relação ao modo como a comunicação social trata este tema, é isso que me está a perguntar, não é?

**P1:** sim

**R1:** quer dizer eu penso que já disse isso anteriormente, não é, a minha opinião é essa que começou por indicar, ou seja eu acho que há evidentemente como em tudo aspetos

positivos e negativos no modo como se está a processar a inserção profissional dos diplomados, não é, no ensino superior e penso efetivamente que a comunicação social tem tido ao longo dos anos e já há muitos anos quando eu comecei a estudar o tema em 96 já era assim, tem tido ao longo dos anos uma logica de divulgação da informação que enfatiza sobre tudo as dificuldades e os constrangimentos que os diplomados sentem no mercado de trabalho não é, e pronto nós, nós depois o que podemos contrapor do lado de um conhecimento rigoroso e científico sobre a temática, o que podemos contrapor é que temos visto ao longo dos anos e dos vários estudos que tem vão sendo realizados por várias instituições de ensino superior que há um grande contraste, entre aquilo que nós vemos nas noticias de comunicação social em que frequentemente os diplomados do ensino superior surgem como empregados de caixa de supermercado ou desempregado ou em situações muito...ou desemprego ou em situações de emprego que não exigem qualificações muito elevadas e que estariam claramente desajustadas relativamente aos diplomas escolares de que eles são possuidores, se existe esse discurso do lado da comunicação social, aquilo que vimos através dos estudos de facto não é isso, que dizer é verdade que existem situações de desemprego, é verdade que existem situações de precaridade contratual é verdade que existem situações que há um desajustamento claro entre o diploma escolar e a profissão que a pessoa está desempenhar mas quantitativamente os estudos vão sendo realizados essas situações, essas situações não são maioritárias, não é, abrangem um número relativamente reduzido de diplomados, portanto são preocupantes obviamente e...são preocupantes mas não são de maneira nenhuma maioritárias não é, e portanto há aqui duas logicas que nós no campo da investigação não temos sido capazes de inverter, de fazer mostrar, tronar publico que realmente as dificuldades existem em termos de inserção profissional mas não são tão graves, nem tão generalizadas quanto as noticias da comunicação social maior parte das vez veiculam, não é, agora parte da dificuldade em mostrar em que isso não é bem assim, tal como a comunicação social relata, tem a ver com factos dos estudos ter sido ao longo dos anos muito parcializados, ou seja são feitos em diversas instituições de ensino superior, muitas vezes utilizando amostras diferentes, com critérios de amostragem diferentes, com variáveis e indicadores diferentes, com instrumentos de recolha de dados diferentes e isso significa e depois há problemas graves de comparabilidade dos resultados, não é, isso torna mais difícil também que seja possível dizer aqui estão os dados e não é assim tanto as noticias da comunicação social veiculam, isso dificulta obviamente, não é.

**P2:** No seu ponto de vista porque motivo a temática da inserção dos Diplomados se assumiu como campo de estudo científico em Portugal.

**R2:** Na minha opinião assumiu-se como um campo de estudo, justamente porque as dificuldades dos diplomados de ensino superior na transição para a vida ativa, embora não sejam tão graves quanto as notícias da comunicação social indicam tem progressivamente deteriorado, ou seja há cada vez mais dificuldade para os diplomados de ensino superior em encontrar emprego sobretudo, encontrar um emprego estável, um emprego com boas condições, digamos assim do ponto de vista do contrato, da remuneração, etc. Eu penso que parte do interesse pelo tema inserção profissional vem muito da constatação dessa dificuldade, aparece como um problema social não é, torna-se um objeto e um problema de estudo científico, não é, agora porque que isso aconteceu, aí eu acho que há muito fatores mesclados, e penso que em parte aconteceu porque próprias dinâmicas por parte do mercado de trabalho, cujo o modo de funcionamento se alterou e que originou essas situações de maior precaridade e de maior dificuldade e por outro lado é um efeito da democratização do próprio ensino superior não é, passamos a ter muitos mais de ensino superior, porque este cresceu muito em termos de população estudantil e portanto o problema de ter ou não ter emprego e condições de inserção profissional passou a afetar um número muito maior de indivíduos, isso também lhe dá uma visibilidade muito maior, agora não é só entre nós que também que este problema surgiu, como um problema científico não é, desde dos anos 70, 80, 90 em diferentes países europeus, e mesmo na América do Norte, o tema começou a ser muito pesquisado, ou seja, pelas comunidades científicas, seja pelas próprias instituições de ensino superior que recolhem sistematicamente informação sobre os percursos de inserção profissional dos seus diplomados, portanto, penso que é um pouco efeito combinado de várias coisas. Uma é do crescimento do ensino superior em termos quantitativos e número de diplomados e a outra são as próprias dinâmicas do mercado de trabalho que se alteram e há uma terceira que ainda não referi, que é o facto do próprio ensino superior passar a funcionar em modelos, e modos de relação com o poder central que em Portugal é o Ministério, central e depois as Universidades, os Politécnicos com a sua autonomia, esta relação entre Universidades e os Politécnicos e o poder central passou-se a reger-se por regras diferentes, e parte dessas regras exigem que no fundo a universidade e o ensino superior deem contas do que é o seu trabalho e uma parte de dar contas, que é no fundo a avaliação que é feita destas instituições uma parte dessa avaliação tem a ver justamente com inserção profissional não é, isso aconteceu aqui em Portugal como aconteceu noutros países como eu disse, e em meu ver é realmente o 3.º fator que faz com que esta temática da inserção profissional se tenha, tenha surgido, não é, ao fim ao cabo.

**P2:** Mais a avaliação?

**R2:** A avaliação das instituições também, avaliação das instituições é outro elemento no fundo origina este interesse pela temática da inserção profissional também.

**P3:** Quais os motivos que o levaram a identificar a necessidade da criação do observatório?

**R3:** De alguma maneira prende-se com aquilo que já disse, ou seja, eu de facto desde que conclui o Doutoramento sobre, com um estudo sobre a inserção profissional dos diplomados desta faculdade em particular da Faculdade X que fui propondo recorrentemente aos responsáveis da faculdade que fosse criado um observatório aqui da faculdade que penso que a informação que nós podemos obter com um observatório de inserção profissional é informação muito útil para a própria organização e para o próprio funcionamento da instituição do ensino superior não é, útil porque, não é certamente porque a instituição de ensino superior possa por si só garantir que todos os diplomados se vão empregar, que isso de os diplomados se empregar ou não ou as condições de emprego que eles terão não depende só da instituição do ensino superior, depende do próprio mercado de trabalho, depende das políticas mais gerais de educação e formação, das políticas económicas, portanto, depende de muitos fatores ao fim ao cabo este sucesso no mercado de trabalho, mas penso que as instituições de ensino superior devem estar atentas aquilo que se passa com os seus diplomados e poderá haver casos em que esta informação que nós recolhemos pode ser útil para o próprio, própria oferta formativa da instituição do ensino superior, de que maneira, nós podemos por exemplo identificar que é preciso fazer ajustamentos nos cursos em função daquilo que são as trajetórias profissionais dos diplomados, podemos perceber que há unidades curriculares que era vantajoso, ou áreas de formação que também era vantajoso incluir, podemos identificar áreas de formação pós graduada que não existem, mas a partir de estudarmos os percurso de inserção profissional, percebemos, espera aí, que muitos deles vão sector, não sei, um sector qualquer, se calhar precisam de uma formação nesta área, se calhar devemos oferecer pós graduações e outras formações que lhe permitem completar a sua formação académica inicial nessa outra área, não defendo, nem partilho da ideia que esta informação sobre a inserção profissional deva ser utilizada para fechar cursos, porque os diplomados não tem emprego, 1.º porque os estudos que eu conheço há mais dificuldades em algumas áreas científicas do que noutras, mas como disse as situações de desemprego e total desajustamento entre o diploma e posição profissional são reduzidas não é, por outro lado porque acho que a universidade e o ensino superior não existem só para formar profissionais, portanto à áreas científicas em que se calhar nós formamos um menor número de indivíduos,

digamos assim, mais ainda assim são áreas que é importante continue a fazer investigação, que continue a existir gente a diplomar-se naquelas áreas, ainda que não possamos eventualmente formar 500 mil, mas só 50 mil, não é, mas pronto mas 50 mil se efetivamente são formados isso permite também, aquela velha questão, não é, se nós pensarmos, uma área como a filosofia, à os filósofos não tem emprego, vamos acabar com a filosofia, quer dizer acaba-se com o pensamento não é, acaba-se com uma área nobre do conhecimento científico e com também uma área nobre para nós sermos críticos, relativamente ao mundo onde vivemos e à forma como vivemos, não é, portanto, penso que é preciso ter algum cuidado porque esta informação que se obtém com os observatórios de inserção profissional pode ser um pouco perversa no sentido aqui, eu penso que ela não deve ser utilizada linearmente para tomar este tipo de decisões por exemplo, encerrar cursos cujos diplomados não tem emprego ou que tem mais dificuldades de emprego, mas penso que pode ser cruzada para reajustar a oferta que nós temos, a informação que temos, essencialmente é porque considero e acredito que os observatórios de inserção profissional, podem dar este contributo à melhoria das instituições de ensino superior que me parece importante os observatórios de inserção profissional e concretamente o observatório da Universidade X, porque é aquela onde eu estou, mas acho que é importante que as universidades e instituições de ensino superior de um modo geral tenham este tipo de informação e de estruturas, permitem recolher estes dados.

**P3:** Tinha falado anteriormente para que seja na recolha uniforme a todas...para que os dados quantitativos, sejam avaliados da mesma maneira.

**R3:** Pois, eu ai penso que nós ai precisaríamos em Portugal de ter alguns critérios de uniformização mas não acredito nem defendo que deva existir um único questionário vamos imaginar que seja aplicado em todas as universidades e todas instituições de ensino superior, primeiro é uma coisa muito difícil a não ser que seja o ministério a impor, uma coisa qualquer, acho que é muito difícil entre as varias unidades, instituições, universidades, chegar-se a um acordo de um questionário tipo que fosse igual para todos que isso é uma coisa, que seria difícil, a não ser que fosse imposta, por outro lado não faz muito sentido, porque acho que há particularidades das instituições por exemplo instituições que estão mais no interior ou mais fora de Lisboa podem ter interesse em determinadas perguntas que noutras instituições não são mais importantes vou pensar coisas relacionadas a ver com a mobilidade geográfica, se depois os diplomados permanecem na região ou não, etc este tipo de questões, há particularidades consoante as áreas científicas o que eu acho que seria muitíssimo vantajoso para todos nós é que existisse um conjunto de coisas comuns a este vários observatórios, que existem nas várias instituições de ensino superior, o que seriam esses aspetos comuns, seriam um

conjunto de indicadores que todos recolhessem, podíamos acertar que iríamos calcular as taxas de emprego e desemprego de uma determinada maneira, ter um determinado conjunto de categorias para aferir a precaridade contratual ou outra coisa, acho que devia haver um conjunto de indicadores e de variáveis que todos comprometiam a recolher, e portanto isso tornaria a informação essencial comparável entre as instituições, mas também dava margem às instituições para recolherem outra informação que considerassem que fosse pertinente no seu caso e a outra coisa que eu acho muito importante era ter critérios comuns também em termos de amostragem. Eu fiz alguns anos, uma comparação ou uma tentativa de comparação dos vários relatórios de vários observatórios e de facto é que havia situações muito diversas, em instituições em que se recolhe informação sobre aqueles que acabaram os cursos há 5 anos atrás, há outras que se recolhe informação que acabaram há 3 anos atrás, agora por causa das imposições da agencia da avaliação do ensino superior a tendência é para se procurar sobre os que concluíram há um ano, não é, eu acho que isso é importante, mas um ano em termos de inserção profissional é pouco e portanto nós por exemplo no observatório da universidade X recolhemos informação sobre o último, sobre os diplomados de há um ano atrás, de 5 em 5 anos recolhemos informação sobre os diplomados que terminaram há 5 anos porque nos permite mais ter a perspectiva dos 5 primeiros anos depois de concluir o curso e não só do primeiro ano, isso é importante, mas portanto isto era para dizer, que outra coisa que me parece importante que houvesse algum acordo entre as várias instituições sobre os critérios de amostragem, porque além de alguns recolherem terminarão há 5, há 3, outros há 1 ano, ainda há casos que recolheram os que terminaram entre o ano X e o ano Y, quer dizer na mesma amostra podem ter pessoas que terminaram há 5 anos, há 4 anos, pessoas que terminaram há 3, há 2, e portanto tudo isto é muito difícil ou torna completamente impossível de nós compararmos com rigor os dados que são produzidos nas várias instituições, portanto penso que seria vantajoso algum acordo relativamente alguns aspetos designadamente indicadores e critérios de amostragem, dando no entanto alguma margem de manobra.

P3: Deveria ser o Ministério a exigir, a “obrigar”...mais menos...

R3: Pois, possivelmente o Ministério através da agência, como a Patrícia certamente sabe, tem 3 indicadores que agência exige que as instituições de ensino superior correspondem, mas não sei se a Patrícia já viu o que está lá pedido nos guiões de avaliação relativamente a esses 3 indicadores porque o que está pedido, é tão vago, tão vago que cada instituição pode interpretar aquilo de maneira diferente, por outro lado não há qualquer indicação no guião relativamente à coorte ou amostra sobre o qual aqueles dados devem incidir, ou seja eu posso responder aquelas perguntas e dar lá uma percentagem, posso estar a falar dos diplomados do ultimo ano ou dos diplomados

dos últimos 5 anos, cada instituição pode interpretar como quiser, depois aquilo não é comparável também, não é, aliás eu e o Prof. X enquanto coordenação da universidade X, já fizemos um memorando escrito para a agência relativamente a esta questão, porque de facto os indicadores neste momento existem estão formulados de uma forma muito vaga, não é, parecem manifestamente insuficientes e depois são muito vagos, não permitem de maneira nenhuma, comparações rigorosas entre as instituições, porque cada instituição pode interpretar de uma forma diferente daquilo que lá está.

**P4:** Em que consistem as principais atividades desenvolvidas pelo observatório?

**R4:** O observatório da Universidade de Lisboa está em funcionamento há sensivelmente dois anos, não é, prevê fazer a inquirição todos os anos dos diplomados que terminaram à 1 ano atrás, estamos neste momento a fazer a inquirição, pela 2.<sup>a</sup> vez essa inquirição dos diplomados que terminaram à um ano, no ano passado fizemos a inquirição dos diplomados que terminaram um ano antes e dos diplomados que haviam terminado à 5 anos antes, porque justamente uma das nossas ideias como eu já disse à pouco, é que importa não só aferir o que acontece aos diplomados um ano depois do curso, mas o que lhe acontece nos anos subsequentes até 5 anos depois do curso, os inquéritos são feitos retrospectivamente ou seja pergunta-se às pessoas como é que se desenvolveu o seu percurso nos anos que passaram, e portanto o grosso da atividade do observatório tem sido a produção de instrumentos para fazer esta inquirição, a produção de critérios rigorosos de amostragem para fazer esta inquirição, nós propusemos e conseguimos durante o 1.<sup>o</sup> ano que havia uma representatividade estatística e que havia margem de erros reduzidas na inquirição na Universidade X, garantir que há informação para toda a universidade relativamente a isto, portanto também foi uma preocupação desde o início e defendemos isso, que seria importante caracterizar não só a inserção profissional dos licenciados, mas também dos mestres e dos doutores, não é, ter estes 3 níveis de formação a serem questionados e no fundo a recolher informação sobre isso. Portanto o observatório produziu esses critérios, produziu os instrumentos de recolha, faz este trabalho de inquirição, analisa os dados, trata os dados e faz a respetiva divulgação interna e externa, a externa de facto está previsto que seja em breve, não tem sido ainda, não tem tido a visibilidade deveria ter e que virá ter, mas a divulgação interna é feita através de reuniões apresentações de relatórios que são produzidos para o global da universidade, mas relatórios que são produzidos por unidade orgânica em relação aos dados que foram obtidos em cada unidade orgânica. O observatório tem no seu plano de trabalhos previsto também a constituição de uma espécie de painel de empregadores que nos possa permitir ter informação do lado do mercado de trabalho qual é a avaliação que fazem da Universidade X, quais são as dificuldades que sentem ao integrar nas várias instituições empregadoras, essa fase, essa etapa ainda não foi

possível concretizar mas está também previsto que víamos a desenvolver algum trabalho nessa área, que nos permita, para além de caracterizar as trajetórias dos diplomados, nos permita dizer dos lados dos empregadores qual é a avaliação e qual é precissão que têm relativamente ao diplomados da Universidade X e à sua formação.

**P5:** O que é necessário para que o observatório desenvolva essas atividades, isto é, que características e formas de funcionamento o observatório tem?

**R5:** Aí refere-se em particular ao da universidade X, não é, porque há modalidades muito diferentes como certamente já viu nas várias instituições no caso da Universidade X, esta iniciativa do observatório foi assumida pela reitoria, portanto é um trabalho que está sediado na reitoria, a reitoria no fundo convidou, digamos dois professores, eu e Prof. A que tínhamos trabalho na área, para coordenar o trabalho e essencialmente o que nós fazemos é coordenação de todo o trabalho tendo o apoio depois de um grupo de pessoas que fazem a inquirição, que faz a supervisão de todas essas tarefas inquirição, de tratamento e de análise de dados, não sei o que, não sei se é isso que pretendia...

**P5:** Podia desenvolver, como por exemplo fazem...transmitido o inquérito...

**R5:** Quer saber como fazemos o processo de recolha?

**P5:** sim

**R5:** Ora bem o processo de recolha de dados propriamente, é isso?

**P5:** sim

**R5:** No nosso caso optamos por fazer uma inquirição por via telefone, ok, pelas experiencias que tínhamos foi a solução mais adequada, isso que dizer que temos lá uma salinha lá na reitoria onde estão os nossos entrevistadores e em horário de final de tarde vão contactando os nossos diplomados e vão realizando o inquérito através do telefone, portanto vão descarregando os dados para o inquérito e depois vão ter o procedimento normal, constituição de base de dados, todas essas questões

**P5:** Esse trabalho...todas essas as atividades estão centradas então na reitoria?

**R5:** Estão centradas na reitoria, porque o observatório é uma iniciativa de reitoria procurando evidentemente que todas as unidades orgânicas estejam presentes da mesma maneira, sejam todas contempladas.

**P6:** Em termos gerais o que considera importante para se implementar um observatório?

**R6:** Eu penso o que é fundamental para implementar um observatório é de facto é haver uma visão e uma estratégia da própria instituição relativamente a esta área, uma vontade do fazer, e portanto, pronto isso é fundamental, sem isso, digamos não se consegue fazer um observatório desta natureza, depois é preciso, existindo essa visão e essa estratégia sejam disponibilizados um conjunto de recursos que permitem alguns inquiridores, ter apoio técnico para fazer os questionários, para os tratar, para os analisar, essencialmente é isso. Não sei se era o que pretendia ou queria mais alguma coisa?

**P6:** Tem mais alguns pontos que acha que é mesmo importante, por exemplo na implementação do observatório, quando a reitoria teve com estratégia para a convidar professora como coordenadora e o prof. A como coordenador, foram convidados e pensaram vamos fazer?? O que achou importante?, o que era necessário?

**R6:** o que era mesmo necessário fazer, garantir esses recursos não é, esses apoios é fundamental, não é, nós não podemos fazer a inquirição toda sozinhos, é preciso que haja esses recursos e essas, e esse apoio em termos, quer na fase de inquirição propriamente quer mesmo depois na análise de tratamento de dados, outra questão que me parece importante é existir uma visão estratégia da universidade ou da instituição de ensino superior mas existir mas também alguma liberdade para quem é especialista na área não é, poder ter de alguma maneira, palavra a dizer sobre o que deve ser recolhido e como e nesse caso pronto, o que nos pareceu importante é o que no fundo está a ser feito, não é, é ter, é garantir que informação é fidedigna, que as margens de erro são baixas que realmente estamos não só caracterizar a situação ao fim de um ano, mas ao fim de cinco, é recolher um manancial de informação que nos permita efetivamente informação rigorosa aprofundada fidedigna e que seja comparável.

**P7:** E o que considera necessário para que um observatório possa funcionar da melhor maneira possível (requisitos; estrutura; apoios – de quem, e como)

**R7:** É isto no fundo, é o apoio institucional fundamentalmente.

**P7:** A parte financeira também...

**R7:** A parte financeira obviamente para estar a suportar todas as questões do tratamento de dados e inquirição, é uma formação e uma supervisão ajustadas dos inquiridores e das pessoas que fazem a análise e do tratamento de dados, não é, portanto, tem que haver uma supervisão forte que permita no fundo garantir todo aquele trabalho rigor.

**P7:** As pessoas são remuneradas?

R7: Essas pessoas são remuneradas, nós não somos enquanto coordenadores do observatório, essa questão não se põe, não é, uma vez que somos da própria universidade, essas pessoas são remuneradas, é necessário esse apoio financeiro e depois é preciso apoio logístico também em termos de espaço de dimensões, de acesso ao telefone, acesso a computadores que permitem registar a informação que é feita, é recolhida através do questionário, a existência de rede, ao fim ao cabo, de equipamento informático também e de rede telefónica no nosso caso também.

P7: Como indicou são feitos por telefone, acabam por ser mais extensos, tem que ter uma equipa grande nessa altura?

R7: não sei se eles são mais extensos ou não menos extensos, mas exige que nós tínhamos, nós só fazemos inquirição no final do dia, não é, porque as pessoas trabalham durante o dia na esmagadora dos casos, não o que dizem os jornais que estão todos desempregados, trabalham na maioria dos casos trabalham todo o dia, portanto, isso significa que nós, optamos por fazer a inquirição a partir das cinco e meia da tarde, seis da tarde que é forma de terem alguma disponibilidade, temos de ter muitas pessoas, ter 10 pessoas disponíveis aquela hora porque nós temos uma sala com essa capacidade não é, se tivéssemos uma sala maior podíamos ter mais gente a trabalhar ao mesmo tempo, mas enfim, temos de ter entrevistadores disponíveis e uma sala disponível com ligações de telefone, para estar toda gente a trabalhar naquele horário a fazer os inquéritos aos diplomados.

**P7:** curiosidade, como é aceitação dos diplomados?

**R7:** Nós temos tido sempre, aliás, eu desde que faço este tipo de trabalhos tive sempre muito boa aceitação, quando fazia os inquéritos por via postal como aconteceu em projetos anteriores eu devo dizer que no caso dos projetos onde eu trabalhei, penso que dos outros colegas de um modo geral também, o retorno era bastante elevado, está estimado que um retorno de um questionário postal regra geral anda à volta dos 30%, eu nos questionários que fiz, a diplomados do ensino superior sobre estas questões inserção profissional, tive sempre mais de 30% de resposta, não é, e portanto a aceitação era boa, quer dizer que as pessoas recebiam o questionário tinham vontade de responder, neste modo de trabalho que nós temos agora no observatório, agora aí as nossas taxas de resposta são muitíssimo mais elevadas, por via telefónica de facto, nós conseguimos muito mais respostas a questionário porque evidentemente quando a pessoa recebe o questionário por via postal, nós recebemos aqueles que tiveram não só vontade de responder e de facto responderam, deverá haver muita gente teve intenção ou a vontade responder, mas depois perdeu o questionário ou não teve tempo ou qualquer coisa e esqueceu-se e aquilo não chegou, por via telefónica efetivamente nós

conseguimos taxas de respostas muito superiores, não é, conseguimos taxas de respostas 60, 70, 80% depende das situações, depende dos cursos e depende das instituições, regra geral a minha experiência com este tipo de trabalho é que as pessoas gostam de responder, porque eu penso que os diplomados de uma determinada instituição ficam de alguma maneira com uma certa ligação efetiva à instituição, foram um dia parte, uma parte da vida deles andarem naquela instituição, e a experiência que eu tenho é que recebem com algum agrado o telefonema ou o contacto, esperem aí querem saber o que me aconteceu depois de sair de lá, portanto as pessoas tem uma apetência, não é, não conheço, a mim nunca me aconteceu em nenhum dos vários questionários que já fiz, não conseguir obter respostas em número significativo, claro que nunca se obtém todas e há dificuldades aqui, no sentido em que, na atualização das moradas por exemplo é uma grande dificuldade que nós temos e atualização hoje em dia dos emails e dos telefones ainda mais complicado é, não sei se quer que entre por esses detalhes, pronto

**P7:** Por esse motivo é que fazem mais por telefone do que por email?

**R7:** Exatamente.

**P7:** em termo de custo (email) menos dispendioso.

**R7:** Temos sérios problemas com os emails, nós dentro da universidade X constatamos isso, deixe-me dizer-lhe relativamente aos inquéritos por via postal tradicionalmente nos acontecia, era que a pessoa podia já não residir naquela morada que estava registada nos serviços académicos da instituição, mas residiam país, porque a morada que tinha indicado era dos pais, isso implicava que nós antes de mandar o questionário tínhamos que contactar aquelas pessoas por via telefone, perguntar a pessoa tal ainda reside aí, fosse a casa dos pais eles desejavelmente indicavam-nos onde a pessoa podia ser contactável, não é, não fosse a casa dos pais ou fosse que tinha alugado a casa etc e que já não tinha ligação com a pessoa com quem tinha alugado a casa, muitas vezes perdem-se muitos contactos por essa via, e portanto quando fazíamos os inquéritos por via postal esta fase de atualizar as moradas por telefone era fundamental, era para nós percebermos da listagem toda que tínhamos, quais eram contactos efetivamente válidos, havia contactos que nós não tínhamos maneira de saber onde aquele diplomado estava, ficava completamente incontactável para nós, o que tem estado acontecer agora, agora estamos a funcionar essencialmente com telefone e não com o email, porque que não funcionamos com email porque o que nós detetamos é que as pessoas quando começam a trabalhar, passam a ter um email que tem a ver com sua própria atividade profissional, ligado à sua empresa ou à instituição onde venha a trabalhar e nós não temos registo desse email nas bases dados que temos nas universidades, muitas

universidades e instituições de ensino superior atribuem um email ao seu aluno não é, que é um email institucional da própria instituição, quando eles acabam o curso, até pode acontecer que a instituição de ensino superior não feche a conta de email, mas eles é que deixam de consultar aquela conta de email, portanto para nós de facto o email não constituiu uma solução, não é, há muitas instituições de ensino superior que tem instituído uma outra coisa, que é quando as pessoas acabam curso ficam com email institucional, eu do pouco que tenho ouvido dos colegas, acho que há casos de algumas instituições de ensino superior funciona bem, porque os diplomados continuam a receber informação através desse tal email institucional que têm e até o consultam, mas no caso da universidade X e das unidades orgânicas, isso não acontece, o email para nós não era de facto uma possibilidade por essa razão as pessoas mudam de endereço de email quando tem um email que usavam durante o curso e estava ligado ao seu estatuto como estudante deixam de utilizar o email, os telefones tem corrido muito bem, mas também tem um problemas, quando pedimos às várias unidades orgânicas que nos dê listagem dos diplomados, pedimos sempre que nos dê todos os contactos telefónicos que tem, hoje em dia a maior parte dos contactos telefónicos que nos chegam, pelo menos no caso da universidade X não são fixos, são móveis e portanto isso também tem custos, não é, e isso para a questão dos custos também é importante, isso também tem custos, mas efetivamente os fixos que nos chegam muitas vezes estão desatualizados é tal situação que era casa dos pais, que era casa alugada e já não está, qualquer coisa desse tipo, os móveis normalmente nós conseguimos, era um receio que nós tínhamos era que as pessoas ao começando a trabalhar tinha um número de telemóvel do serviço ou qualquer coisa que deixassem de utilizar, enfim pode acontecer, acontece-nos que há alguns diplomados que não conseguimos localizar, de um modo geral tem funcionado muito bem por via telefone, entre um e outro contacto telefónico nós conseguimos chegar, quando e já estamos assim para o fim da listagem já nos falta contactos e já não estamos a conseguir chegar aos diplomados, às vezes também é o “bola de neve”, acaba de se fazer um questionário a uma pessoa de um determinado ano de um determinado curso, e pode-se perguntar olhe o seu colega com nome assim não estamos a conseguir encontra, tem algum contacto isso já isso tem sortido efeito porque às vezes estamos ali, com algum curso em que não estamos a conseguir a fazer os questionários suficientes para uma taxa resposta aceitável, isso também já tem funcionado, não é, é um recurso que se usa em ultima instancia não é, porque se não gastamos mais tempo em todo aquele processo de inquirição.

Deixe só completar só uma coisa que me estava a lembrar em relação aos contactos, deixe-me só dizer isto. Ainda tem a ver com a pergunta anterior ou com as perguntas anteriores. Uma das vantagens que tem a inquirição por via telefone também tem é que nós ficamos com os inquéritos validados, quase na altura, quando o questionário nos

chega por via postal nós temos sempre de analisar o questionário todo e ver até se há congruência nas várias perguntas, se aquilo está bem preenchido e às vezes está mal preenchido e no limite pode acontecer que não pode aproveitar o questionário. O que acontece via telefone é que a interação é direta com a pessoa, enquanto o inquiridor está a preencher o questionário normalmente quando chegamos ao fim temos um questionário válido, porque as situações de incompreensão de perguntas ou de mal preenchimento são logo eliminadas no momento em que o questionário está ser aplicado, isso penso que é uma das vantagens do inquirido por via postal, cada um dos métodos tem as suas vantagens e as suas desvantagens mas penso que essa é vantagem da inquirição por via telefónica, a desvantagem é tempo, não é, nós temos conseguido, o tempo que a pessoa está ao telefone não é, a pessoa pode cansar-se efetivamente não é, de estar a responder a tantas perguntas por telefone, pronto, não tem acontecido, tem corrido lindamente, mas pronto, é dificuldade pela qual tem de se ter cuidado, e portanto é preciso ter algum cuidado com a própria formação dos entrevistadores e com atitude que eles tem que ter relativamente à pessoa que estão entrevistar e o cuidado e atenção que devem ter também a essa situação.

**P8:** Que outras atribuições poderão os observatórios assumir e desenvolver para além das que mantêm hoje, num futuro próximo?

**R8:** Ora bem a pergunta que me colocou agora tem a ver com, o quê que os observatórios, eu penso nomeadamente o observatório Universidade X, o que eu penso é que, sobretudo no caso Universidade X, nós temos estado uma fase de implementação, foi a primeira vez que se fez isto para universidade toda, foi a primeira vez que tivemos esta experiência de inquirição de tratamento de dados, divulgação de dados, eu acho que há imenso para fazer em termos do observatório Universidade X e diria mesmo uma das partes mais interessantes ainda estão para fazer, porque é no fundo uma grande questão o que nós fazemos com a informação, eu acho que a primeira fase foi montar uma estrutura e um sistema que nos permite recolher a informação e que neste 2.º ano já temos isso, temos uma estrutura montada que nos permite recolher informação com regularidade sobre os percursos de inserção dos diplomados Universidade X. Agora a questão que se coloca o que nós fazemos com essa informação, é claro que esta informação serve e já está servir para responder aos tais guiões da autoavaliação que agência da avaliação do ensino superior tem, não é, e é claro que também servido para as unidades orgânicas colocarem panfletos e darem também aos potenciais alunos sobre as taxas de emprego, desemprego, situações profissionais dos diplomados dos vários cursos, há essa questão, por um lado a responder às exigências da avaliação pela A3ES, pela agência da avaliação do ensino superior e há essa outra questão que é da imagem pública digamos assim dos cursos e

da instituição, o que eu penso que está mais por fazer, é o que internamente a universidade e várias unidades orgânicas vão fazer com estes dados, como disse à pouco estes dados podem ser muito uteis para nós pensarmos, a própria oferta formativa que temos para fazer ajustamentos nos planos curriculares, para fazer ajustamentos nos modos de funcionamento pedagógico dos vários cursos, para pensar em ofertas de cursos que sejam pertinentes, que sejam adequadas, para reestruturar alguns cursos que estejam em funcionamento, para reorientar os modelos pedagógicos, portanto ai é que eu penso que há muito, muito, muito, muito trabalho que pode ser feito, que é no fundo, é por as pessoas da instituição a ter aqueles dados em consideração para equacionarem o próprio modo de funcionamento, e de ensino e aprendizagem na instituição.

**P8:** E também, parte em relação às empresas, ou seja, feiras de emprego, é feito neste momento.

**R8:** Sim, Sim, Isso sim é feito, portanto a divulgação desta informação em feiras de emprego, etc , sim isso é feito, isso...

**P8:** São vocês como observatório que fazem?

**R8:** Não, o observatório essencialmente o que faz é fornecer essa informação às instituições, isto também tem a ver com caso específico Universidade X, não é que tem unidades orgânicas muito diferentes, cada uma das unidades orgânicas corresponde a áreas disciplinares científicas e áreas de emprego muito diferentes, temos ciências sociais e humanas, tem aqui as engenharias, tem a economia, portanto é que essas feiras emprego e esses gabinetes de saídas profissionais são iniciativas das próprias unidades orgânicas, o observatório no fundo fornece informação às unidades orgânicas, e são elas que promovem esses tipo de iniciativas, o observatório não tem essa função, efetivamente não tem. Agora outra dimensão também que o observatório gostaria de ter, tem a ver com a questão dos empregadores que eu à bocadinho referi não é, ter essa outra perspectiva.

**P8:** Através de inquérito ou entrevista?

**R8:** A nossa intenção nem era bem o inquérito, era mais ter um painel de empregadores, portanto qualquer tipo um focus group que regularmente iríamos auscultando e seria um painel de empregadores, que no fundo contemplaria pessoas de grandes empresas, pessoas de pequenas empresas, pessoas de diferentes setores de atividades, dado que estamos a falar da Universidade X no seu conjunto, estamos a falar de muitas áreas disciplinares diferentes e muitas áreas profissionais diferentes, a ideia era ter um painel de empregadores, que nós periodicamente pudéssemos auscultar relativamente a estas questões e que eu penso que era ainda uma linha de desenvolvimento futuro que

poderia ter interesse, que nos poderia dar mais informação, justamente para aquilo que eu penso que deve ser o objetivo central de qualquer observatório que é recolher a informação e trabalhar com ela para melhor, para um melhor funcionamento da própria instituição de ensino superior, não é, portanto conseguir que, o modo como a instituição de ensino superior organiza os seus cursos e funciona com esses cursos é uma forma que permite efetivamente melhores resultados, estes melhores resultados não é só empregar ou desempregar, não é, como eu dizia à bocadinha, às vezes é formar as pessoas serem mais capazes de construir os seus próprios projetos de vida, nós também sabemos que hoje em dia os percursos de inserção profissional são muito incertos, muito imprevisíveis, tem, tem muitas inflexões, até a algumas décadas atrás falamos sobretudo de carreiras não é, que a pessoa entrava num determinado emprego ou numa determinada organização e podia ficar anos e anos, hoje o que nós vemos é que a mobilidade profissional é muito mais acentuada, a gente pode gostar ou não gostar é um facto que isso acontece, e isso também coloca desafios ao trabalho que nós fazemos na universidade, simplesmente preparar as pessoas para responder às necessidades do mercado de trabalho, até que as necessidades do mercado de trabalho mudam com muita frequência e portanto é pensar também como nós preparamos as pessoas para viverem nesses tempos de incerteza e para irem mudando de emprego e reequacionando os seus projetos de vidas e as suas identidades não é, eu não vejo observatórios como uma forma de fazer com que as universidades ou as instituições de ensino superior esteja ajustada às necessidades de trabalho, porque acho que isso é uma coisa que não existe, porque as necessidades do mercado de trabalho não sabemos bem o que são e depois modificam-se muito não é, isso significa que nós no ensino superior temos de estar sempre a recolher informação sobre isso, para indo ajustando a nossa oferta e nosso modo de funcionamento, mas também para pensar como é que preparamos as pessoas para lidar com essa incerteza toda e com essas dificuldades que lhe vão surgindo no mercado de trabalho.

**Anexo X – Análise de conteúdo**

<b>Categoria</b>	
<b>A - Contextualização da discussão do tema Inserção profissional dos diplomados</b>	
<b>Subcategoria</b>	<b>Unidades de Registo</b>
<b>A1 - Marco temporal</b>	Quando na década de 60, você tinha 80.000 estudantes universitários (...) tinha uma situação altamente favorável, ou seja você tinha pouquíssimos alunos no ensino superior
	Na década de 60 (...) quem é que estava na universidade (...) eram fundamentalmente os indivíduos que vinham de uma burguesia ou com grande capital cultural ou com grande capital económico na maior parte dos casos as duas juntavam-se.
	A partir da década de 80, vai ter a explosão brutal ao nível do ensino superior
	Você neste momento tem 300.000 e tal alunos a frequentarem o ensino superior
<b>A2 - Relação entre ensino superior e mercado de trabalho</b>	década de 60 (...) havia de alguma forma, uma clara articulação entre o que eram as formações de ensino universitárias e aquilo que era o mercado de trabalho
	neste momento (...) a velocidade a que são formados os jovens não acompanha a velocidade a que são criados empregos na economia
	neste momento (...) o ritmo de crescimento do emprego está muito mais lento, do que o ritmo de produção das classificações de nível superior
	a permanência no ensino superior funciona digamos como uma espécie de moratória, espécie de parque de estacionamento de desempregados
<b>A3 - Abordagem do tema na comunicação social</b>	apesar de tudo os indivíduos entendem que não completando o ensino superior tem menos probabilidades de ter sucesso ao nível profissional do que se não o tivessem completado
	os media dizem (...) que há licenciados a mais (...) que não vale apenas formar mais licenciados (...)
	quando nós temos das taxas mais reduzidas de licenciados
	Em 2001, nós tínhamos tantos licenciados como analfabetos
<b>A4 - Contraposição de dados científicos aos dados mediáticos</b>	a comunicação social tem tido ao longo dos anos (...) uma logica de divulgação da informação que enfatiza sobre tudo as dificuldades e os constrangimentos que os diplomados sentem no mercado de trabalho
	O que podemos contrapor do lado de um conhecimento rigoroso e científico sobre a temática (...) é que temos visto ao longo dos anos e dos vários estudos que vão sendo realizados por várias instituições de ensino superior que há um grande contraste, entre aquilo que nós vemos nas notícias de comunicação social
	é verdade que existem situações de desemprego (...) de precaridade contratual (...) que existem situações que há um desajustamento claro entre o diploma escolar e a profissão que a pessoa está desempenhar mas quantitativamente nos estudos que vão sendo realizados essas situações (...) não são maioritárias.
	no campo da investigação não temos sido capazes (...) de tronar publico que realmente as dificuldades existem em termos de inserção profissional mas não são tão graves, nem tão generalizadas quanto as notícias da comunicação social na maior parte das vezes veiculam
	há problemas graves de comparabilidade dos resultados, isso torna mais difícil (...) dizer aqui estão os dados e não é assim tanto as notícias da comunicação social

<b>Categoria</b>	
<b>B - Identificação dos fatores que conduziram à criação do observatório</b>	
<b>Subcategoria</b>	<b>Unidades de Registo</b>
<b>B1 - Como despertou o interesse pelo acompanhamento dos diplomados</b>	a minha entrada nesse campo surge ainda antes da criação do observatório, portanto, eu vou...eu sou convidada (...) para fazer o primeiro estudo de inserção dos diplomados da universidade X, que aliás em boa verdade foi o primeiro a ser feito em Portugal
	constatação que faltava dados sociologicamente relevantes sobre o destino profissional dos diplomados dos diferentes cursos
	penso que a informação que nós podemos obter com um observatório de inserção profissional é informação muito útil para a própria organização e para o próprio funcionamento da instituição do ensino superior
<b>B2 - Os motivos da importância da criação do observatório</b>	é criado o observatório dos percursos dos estudantes que contempla uma dupla vertente se quiser, que é, por um lado a universidade e equipa reitoral não estava satisfeita com os dados que existiam sobre as características dos nossos estudantes, nós não sabíamos quem eles eram, quais eram os percursos, qual era origem social, qual era as habilitações dos pais, nós não tínhamos, essa informação
	então as duas vertentes, é uma de caracterização dos nossos alunos, quem eles são, de onde vem, permite todos os anos que tenhamos um retrato de todos os alunos que entram no 1.º ano, qualquer que seja o ciclo, licenciatura, mestrado ou doutoramento e por outro lado a parte mais orientada para questões da inserção profissional(...) a preocupação da universidade com o saber o que andam a fazer os seus licenciados
	tem por objetivo a capacidade de ser um retorno, desta informação retornar às unidades orgânicas para poderem ser pensadas as ofertas formativas
	há uma pressão crescente para que as universidades se responsabilizem pelos seus alunos (...)uma pressão enorme para que esses dados estejam produzidos, por questões de avaliação externa
	tem ver com agência, com aquilo que são os critérios depois das avaliações internacionais, e por aí fora e que tem aqueles indicadores estandardizados e que é preciso responder (...)são claramente uma forma de responder aquilo que são as solicitações, por um lado à A3ES.
	também é utilizado por uma forma de marketing, não é, poder dizer que temos 90% dos nossos graduados a trabalhar é uma coisa, na sua área de formação e empregados é claramente um cartão de visita excelente
	universidade precisa de dados acerca da situação da inserção dos seus diplomados para poder produzir opções(...) que se prendem sobretudo da sua oferta formativa, racionalizando-a, digamos também assumindo(...)a importância desse aspeto que é a inserção profissional dos diplomados e por outro podendo adequar os próprios currículos e as necessidades de desenvolvimento por exemplo de formações complementares
	a necessidade de responder à informação (...) solicitada pela tutela, em particular pela direção geral do ensino superior, pelo ministério da educação via agência de acreditação
	penso que as instituições de ensino superior devem estar atentas aquilo que se passa com os seus diplomados e poderá haver casos em que esta informação que nós recolhemos pode ser útil para o próprio, própria oferta formativa da instituição do ensino superior (...) a informação que se obtém com os observatórios de inserção profissional pode ser cruzada para reajustar a oferta que nós temos, a informação que temos, essencialmente é porque considero e acredito que os observatórios de inserção profissional, podem dar este contributo à melhoria das instituições de ensino superior que me parece importante os observatórios de inserção profissional e concretamente o observatório da Universidade X (...) é importante que as universidades e instituições de ensino superior de um modo geral tenham este tipo de informação e de estruturas, permitem recolher estes dados
	produzir um conhecimento absolutamente necessário para gestão da universidade e (...) produzir informação relevante no plano científico
	objetivo central de qualquer observatório é recolher a informação e trabalhar com ela para melhor, para um melhor funcionamento da própria instituição de ensino superior, portanto conseguir que, o modo como a instituição de ensino superior organiza os seus cursos e funciona com esses cursos é uma forma que permite efetivamente melhores resultados, estes melhores resultados não é só empregar ou desempregar, (...) às vezes é formar as pessoas serem mais capazes de construírem os seus próprios projetos de vida
	é garantir que informação é fidedigna, que as margens de erro são baixas que realmente estamos não só caracterizar a situação ao fim de um ano, mas ao fim de cinco, é recolher um manancial de informação que nos permita efetivamente informação rigorosa aprofundada fidedigna e que seja comparável

Estudo Preparatório para a Criação do Observatório de Inserção Profissional dos Diplomados da ESTeSL

<b>Categoria</b>	
<b>C - Procedimentos para criação do Observatório</b>	
<b>Subcategoria</b>	<b>Unidades de Registo</b>
<b>C1 - Procedimentos institucionais e administrativos inerentes ao processo de criação do Observatório</b>	esta iniciativa do observatório foi assumida pela reitoria, portanto é um trabalho que está sediado na reitoria
	é necessário uma vontade firme da reitoria das unidades orgânicas que constituem a universidade onde observatório for implantado, beneficiado até eventualmente contribuindo para os seu custos de manutenção, meios logísticos, pessoal qualificado que conheça a área da inserção profissional, ou então que se procure investir muito nesse conhecimento
	vontade firme das reitorias, das faculdades ou das unidades orgânicas que compõem a universidade, meios logísticos e também desde logo meios financeiros necessários, mesmo que se fazem grandes contrações de despesa e pessoal habilitado do ponto de vista científico
	uma visão e uma estratégia da própria instituição relativamente a esta área, uma vontade do fazer
	existir visão estratégia da universidade ou da instituição de ensino superior mas existir mas também alguma liberdade para quem é especialista na área
	o observatório é uma iniciativa de reitoria procurando evidentemente que todas as unidades orgânicas estejam presentes da mesma maneira
<b>C2 - Estrutura Serviços/pessoas de um Observatório (Recursos físicos (espaço, infra-estruturas); Recursos humanos; Recursos técnicos)</b>	o nosso observatório (...) não (...) tem nenhum funcionário afeto. o facto de passarmos a utilizar plataformas tornou tudo muitíssimo mais fácil, plataformas informáticas não é, porque diminuiu consideravelmente o trabalho que é necessário afetar a isto não é, se eles preenchem é logo exportado para SPSS ou para Excel há uma pessoa que é da garantia da qualidade que faz os apuramentos, preenche os quadros, nós no nosso lado fazemos uma introdução e uma análise e fica feito, os inquéritos à inserção dos licenciados, neste caso conseguimos ter uma bolsreira, como eles foram respondidos online, o trabalho foi fundamentalmente trabalhar a base dados, produzir a informação e agora escrever sobre ela
	são necessários recursos logísticos, espaço, no nosso caso que fazemos aplicação telefónica, implica linhas telefónicas disponíveis
	são necessárias (...) pessoas com vocação e interesse na área e com conhecimento da área, que permitam desde de garantir a construção do questionário com qualidade, acompanharem o processo de aplicação, construir posteriormente bases dados, analisarem essa informação, de acordo com critérios (...) cientificamente comandados, digamos produção de informação, quanto mais não seja gerando relatórios, portanto, é necessário pessoal (...) habilitado
	é necessário (...) uma vontade firme da universidade, da própria reitoria e das unidades orgânicas que a compõem, em despende meios financeiros que permitam que um observatório funcione, e que se envolvam no próprio funcionamento do observatório, quanto mais não seja facilitando a cedência dos dados dos seus diplomados, construindo base de dados que permitem contacta-los telefonicamente
	é possível(...) trabalhar apenas com dois supervisores
	aplicação do inquérito é acompanhada por supervisores
	os inquiridores tem de estar concentrados na mesma sala
	são necessários espaços
	dois professores, eu e Prof.X que tínhamos trabalho na área, para coordenar o trabalho e essencialmente o que nós fazemos é coordenação de todo o trabalho
	é necessário apoio financeiro e depois é preciso apoio logístico também em termos de espaço de dimensões, de acesso ao telefone, acesso a computadores que permitem registar a informação que é feita, é recolhida através do questionário, a existência de rede, ao fim ao cabo, de equipamento informático também e de rede telefónica
	temos lá uma salinha lá na reitoria onde estão os nossos entrevistadores
	tendo o apoio (...) de um grupo de pessoas que fazem a inquirição, que faz a supervisão de todas essas tarefas inquirição, de tratamento e de análise de dados
	Agora nós trabalhamos com muito poucos recursos (...) é uma atividade sazonal.
	são necessários meios logísticos (...) salas, uma sala para aplicação dos inquéritos, (...) inclusive salas com condições com ligações telefónicas
<b>C3 - Apoios necessários para criação de um observatório (quem e como)</b>	um forte apoio da reitoria uma vez que se percebia absolutamente que a produção de informação a este nível era absolutamente vital
	apoio institucional fundamentalmente
	Primeiro vontade Política...sem a vontade da equipa reitoral (...) portanto a primeira coisa é que a universidade, a equipa reitoral tenha vontade em que exista um observatório (...)

Estudo Preparatório para a Criação do Observatório de Inserção Profissional dos Diplomados da ESTeSL

<b>Categoria</b>	
<b>D - Atividades desenvolvidas pelo Observatório</b>	
<b>Subcategoria</b>	<b>Unidades de Registo</b>
<b>D1 - Acompanhamento do percurso dos diplomados</b>	observatório desta natureza deve (...) produzir a informação extensiva sobre a situação dos diplomados no mercado de trabalho
	os inquéritos à inserção dos licenciados (...) foram respondidos online, o trabalho foi fundamentalmente trabalhar a base dados, produzir a informação e agora escrever sobre ela
	em horário de final de tarde vão contactando os nossos diplomados e vão realizando o inquérito através do telefone, portanto vão descarregando os dados para o inquérito e depois vão ter o procedimento normal, constituição de base de dados
	inquirição por via telefone
	um lançamento de um questionário, a realização de inquérito ou inquéritos ao longo do tempo
<b>D2 - Contacto com potenciais empregadores</b>	nem era bem o inquérito, era mais ter um painel de empregadores, portanto qualquer tipo um <i>focus group</i> que regularmente iríamos auscultando e seria um painel de empregadores, que no fundo contemplaria pessoas de grandes empresas, pessoas de pequenas empresas, pessoas de diferentes setores de atividades
<b>D3 - Realização de feiras com serviços/estruturas internas parceiras</b>	divulgação desta informação em feiras de emprego, etc , sim isso é feito, isso (...)Não, o Observatório essencialmente o que faz é fornecer essa informação às instituições, isto também tem a ver com caso específico da universidade X, não é que tem unidades orgânicas muito diferentes, cada uma das unidades orgânicas corresponde a áreas disciplinares científicas e áreas de emprego muito diferentes, temos ciências sociais e humanas, tem aqui as engenharias, tem a economia, portanto é que essas feiras emprego e esses gabinetes de saídas profissionais são iniciativas das próprias unidades orgânicas, o observatório no fundo fornece informação às unidades orgânicas, e são elas que promovem esses tipo de iniciativas, o observatório não tem essa função, efetivamente não tem

Estudo Preparatório para a Criação do Observatório  
de Inserção Profissional dos Diplomados da ESTeSL

Categoria	
E - Perspectivas futuras	
Subcategoria	Unidades de Registo
<b>E1 - Outras formas de atuação/atividades possíveis</b>	conseguir por inquéritos telefónicos ter amostras representativas pelo menos por unidade orgânica
	não quer dizer que outros observatórios não possam encomendar esse estudo a empresas que aplicam inquéritos
	atualizem os endereços eletrónicos, porque nós a partir de aí conseguimos, vamos conseguir claramente aumentar as taxas de resposta
<b>E2 - Potencialidade de um observatório no futuro</b>	objetivo central de qualquer observatório que é recolher a informação e trabalhar com ela para melhor, para um melhor funcionamento da própria instituição de ensino superior, portanto conseguir que, o modo como a instituição de ensino superior organiza os seus cursos e funciona com esses cursos é uma forma que permite efetivamente melhores resultados, estes melhores resultados não é só empregar ou desempregar(...) às vezes é formar as pessoas serem mais capazes de construir os seus próprios projetos de vida
	pudesse traduzir e ajustar a informação que vão recolhendo às necessidades de gestão das próprias instituições nomeadamente no plano na oferta formativa, mas na realidade é também digamos de assumir um papel na publicitação dos dados que recolhem um publico mais geral e em particular aos meios de comunicação, e portanto devem assumir um papel duplo para além do da produção da informação, um papel crescente no ponto de vista da sua publicitação publica e no ponto de vista do acompanhamento dos órgãos de gestão da universidade, no sentido que as políticas de desenvolvimento das universidades tenham também em conta os objetivos de facilitar a inserção dos seu diplomados
	outro tipo(...)funções que atualmente até pode ser, até pode ser do observatório desde que tenha recursos para isso, estava a lembrar o que (...)um organismo em Itália (...) congrega quase todas universidades publicas italianas e são eles que fazem a monitorização do próprio estudo da inserção no mercado de trabalho mas simultaneamente tem uma outra vertente que é tem uma bolsa de emprego brutal, é assim uma coisa extraordinária, mais como aquilo já tem muitos anos, digamos, já há uma tradição quer por parte das empresas, que por parte dos próprios alunos e ex-alunos de usarem aquela plataforma, isto par dizer o que é possível que possamos caminhar para uma situação destas agora, caminhar para uma situação dessas, implica necessariamente mais recursos, uma coisa dessa não pode ser feita na base do voluntariado individual
	outra dimensão (...) que observatório gostaria de ter, tem a ver com a questão dos empregadores(...) ter essa outra perspectiva. A nossa intenção nem era bem o inquérito, era mais ter um painel de empregadores, portanto qualquer tipo um <i>focus group</i> que regularmente iríamos auscultando e seria um painel de empregadores, que no fundo contemplaria pessoas de grandes empresas, pessoas de pequenas empresas, pessoas de diferentes setores de atividades